

DIOGO RODRIGUES PUCHTA

A FORMAÇÃO DO HOMEM FORTE: educação física e *gymnastica* no ensino público primário paranaense (1882-1924).



Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, no Programa de Pós-Graduação em Educação, linha de História e Historiografia da Educação, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

CURITIBA
2007

DIOGO RODRIGUES PUCHTA

A FORMAÇÃO DO HOMEM FORTE: educação física e *gymnastica* no ensino público primário paranaense (1882-1924).

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, no Programa de Pós-Graduação em Educação, linha de História e Historiografia da Educação, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

ORIENTADOR: PROF. DR. MARCUS AURELIO TABORDA DE OLIVEIRA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



PARECER

Defesa de Dissertação de **DIOGO RODRIGUES PUCHTA** para obtenção do Título de **MESTRE EM EDUCAÇÃO**. Os abaixo-assinados **DR. MARCUS AURÉLIO TABORDA DE OLIVEIRA**, **DR. TARCÍSIO MAURO VAGO** e **DR. CARLOS EDUARDO VIEIRA** argüiram, nesta data, o candidato acima citado, o qual apresentou a seguinte Dissertação: **“A FORMAÇÃO DO HOMEM FORTE: EDUCAÇÃO FÍSICA E GYMNÁSTICA NO ENSINO PÚBLICO PRIMÁRIO PARANAENSE (1882-1924)”**.

Procedida a argüição, segundo o Protocolo aprovado pelo Colegiado, a Banca é de Parecer que o candidato está apto ao Título de **MESTRE EM EDUCAÇÃO**, tendo merecido as apreciações abaixo:

BANCA	ASSINATURA	APRECIÇÃO
DR. MARCUS AURÉLIO TABORDA DE OLIVEIRA		Aprovado
DR. TARCÍSIO MAURO VAGO		Aprovado
DR. CARLOS EDUARDO VIEIRA		Aprovado

Curitiba, 30 de agosto de 2007

Profª Drª Tânia Maria Baibich-Faria
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação

DEDICATÓRIA

À professora Solange, minha mãe,
pelo apoio incondicional.

AGRADECIMENTOS

Ao Marcus, por me proporcionar um crescimento enquanto pesquisador, por acreditar no meu trabalho e por toda a atenção dedicada durante todos estes anos, consequência da forma admirável que lida com o trabalho e com a vida acadêmica.

Aos professores da banca – Dr. Tarcísio Mauro Vago e Dr. Carlos Eduardo Vieira – não apenas pelo aceite do convite, mas também pelas contribuições recebidas a partir do exame de qualificação.

À Prof^ª Gizele de Souza, pelas contribuições decorrentes da participação no seminário de dissertação.

Aos demais professores da linha de pesquisa em história e historiografia da educação – Prof^ª Liane Maria Bertucci Martins, Prof. Marcus Levy Albino Bencostta, Prof^ª Nádia Gonçalves Gaiofato, Prof^ª Serlei Maria Fischer Ranzi e Prof^ª Vera Regina Beltrão Marques – que também me ajudaram no decorrer de todo o curso.

À Prof^ª Fernanda Paiva, pela prontidão com que me atendeu nos momentos em que precisei e a quem sou grato por ter me proporcionado o primeiro contato com a obra de Schreber.

À Ana Paula e à Rose, funcionárias do Arquivo Público do Paraná, pelo auxílio e atenção dedicada durante todas as visitas e pesquisas que realizei naquele acervo.

Às mulheres que me acolheram com respeito e muita risada na turma de mestrado de 2005, Caroline Marach, Flávia Rubick, Lausane Pykosz, Lílian Campos, Roberlaine Roballo e Telma Valério.

A todos os mestrandos e doutorandos que convivi durante as aulas, especialmente a Leziane, a Liliana, a inesquecível Maria Helena, o Ricardo, a Márcia, o Ronie e a Silvia Pandini.

Aos colegas do grupo de pesquisa coordenado pelo Marcus, tanto os que já participaram quanto aqueles que participam atualmente, gostaria de agradecer: a Luciane e a Talita, que leram meu anteprojeto de pesquisa entregue para o processo de seleção do mestrado; a Cris, pelo incentivo e apoio; e a todos os que ainda encontro regularmente – Fábio, Henrique, Lausane, Leandro, Lúcia, Paola, Rubens, Sérgio e Sidmar.

À minha mãe, Solange Maria Rodrigues da Cunha.

Ao meu pai, Dante Puchta.

Aos meus irmãos mais velhos, Thiago Rodrigues Puchta e Suzane Fritzen Puchta.

À minha irmã mais nova, Ananda Hadah Rodrigues Puchta.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS.....	vi
LISTA DE FIGURAS.....	viii
RESUMO.....	ix
ABSTRACT.....	x
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I – O reconhecimento da <i>gymnastica</i> como prática escolar obrigatória no Paraná.....	17
1. A <i>gymnastica</i> doméstica, médica e higiênica de Schreber.....	25
2. A <i>gymnastica</i> recomendada por Domingos Nascimento.....	40
CAPÍTULO II – A disciplina de <i>gymnastica</i> do ponto de vista da legislação do ensino.....	55
1. A presença da <i>gymnastica</i> nos regulamentos, regimentos e códigos de ensino da instrução pública paranaense.....	55
2. Inovação educacional no ensino da <i>gymnastica</i>	75
3. A <i>gymnastica</i> sob a responsabilidade de Aristóteles Xavier.....	87
CONCLUSÃO.....	102
REFERÊNCIAS.....	106
FONTES.....	110

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 –	Décima prescrição extraída do compêndio de Schreber para auxiliar o desenvolvimento normal do corpo e completar esse desenvolvimento nas crianças dos dois sexos.....	33
QUADRO 2 –	Organização da <i>gymnastica</i> no ensino público primário ofertado pelo estado do Paraná.....	54
QUADRO 3 –	Organização da <i>gymnastica</i> no ensino público primário ofertado pelo estado do Paraná – 1895.....	57
QUADRO 4 –	Organização da <i>gymnastica</i> no ensino público primário ofertado pelo estado do Paraná – 1901 e 1903.....	61
QUADRO 5 –	Organização da <i>gymnastica</i> no ensino público primário ofertado pelo estado do Paraná – 1907.....	66
QUADRO 6 –	Organização da <i>gymnastica</i> no ensino público primário ofertado pelo estado do Paraná – 1909.....	69
QUADRO 7 –	Organização da <i>gymnastica</i> no ensino público primário ofertado pelo estado do Paraná – 1912 e 1914.....	71
QUADRO 8 –	Organização da <i>gymnastica</i> no ensino público primário ofertado pelo estado do Paraná – 1915.....	72
QUADRO 9 –	Conteúdo de <i>gymnastica</i> publicado no programa do Grupo Escolar Modelo e similares – 1917.....	72
QUADRO 10 –	Conteúdo de <i>gymnastica</i> publicado no programa dos grupo escolares do Paraná – 1921.....	76
QUADRO 11 –	Número de alunos divididos por sexo e idade que freqüentavam as aulas de <i>gymnastica</i> ofertadas nos grupos escolares da Capital – 1923.....	90
QUADRO 12 –	Resumo do efetivo de alunos divididos por sexo que freqüentavam as aulas de <i>gymnastica</i> ofertadas nos grupos escolares da Capital – 1923.....	92
QUADRO 13 –	Médias dos exames individuais aplicados aos alunos que freqüentavam as aulas de <i>gymnastica</i> ofertadas nos grupos escolares da Capital – 1923.....	95

QUADRO 14 – Horário das aulas de <i>gymnastica</i> dos grupos escolares de Curitiba.....	98
---	----

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 –	Domingos Nascimento.....	41
FIGURA 2 –	Domingos Nascimento – Herma localizada na Praça Osório em Curitiba.....	42
FIGURA 3 –	Capa do livro Homem Forte de autoria de Domingos Nascimento.....	45
FIGURA 4 –	Alunas fazendo <i>gymnastica</i> – Grupo Escolar Tiradentes.....	60
FIGURA 5 –	Aula de <i>gymnastica</i> – Grupo Escolar Xavier da Silva.....	65
FIGURA 6 –	Aristóteles Xavier.....	80

RESUMO

O presente trabalho versa sobre o estudo histórico da *gymnastica* no ensino público primário paranaense, em um período compreendido entre as duas últimas décadas dos oitocentos e o primeiro quartel do século XX. Estamos preocupados mais especificamente com a trajetória desta disciplina no plano das idéias e prescrições provenientes das atividades de políticos e intelectuais da época e, ao privilegiarmos este aspecto no texto, não significa que não abordaremos no decorrer do mesmo alguns aspectos das práticas escolares propriamente ditas. Neste sentido, nosso trabalho surge com o intuito de contribuir com os estudos relacionados à linha de história e historiografia da educação, sobretudo aqueles voltados à educação do corpo na escola. Paralelamente, ao propormos a realização de um exercício nesta direção, buscamos analisar quais eram, em que momento e como deveriam ser aplicadas as práticas corporais prescritas para os exercícios de *gymnastica*, assim como verificar quem eram os responsáveis por ministrá-la nas escolas. Com isso, em nosso trabalho procuramos abordar esta disciplina em uma perspectiva diacrônica, no intuito de explorar suas transformações – rupturas e permanências – ao longo do processo de escolarização da infância e da mocidade paranaense na instrução pública primária daquele período. Para uma melhor compreensão sobre os diferentes aspectos que influenciaram a educação do corpo na escola e, principalmente, a atuação dos exercícios físicos e de *gymnastica*, importante se faz interrogar e interpretar os relatórios, regulamentos, regimentos e códigos de ensino referentes à instrução pública da época, bem como os compêndios e livros didáticos adotados. Trabalhando com este *corpus* documental, produzido por políticos, intelectuais, inspetores e professores escolares, encontramos algumas expressões ou discursos que nos ajudam a entender como estes lidavam com as questões afeitas à educação, seja do ponto de vista moral e intelectual, ou, neste caso, corporal ou *physica*. Conseqüentemente, ao levantar questões relacionadas à história das disciplinas escolares e do currículo, sentimos a necessidade de dialogar com um referencial teórico formado por autores como GOODSON (1995), CHERVEL (1990), HEBRARD (1990) e JULIA (2002). Deste modo, constatamos que entender a complexidade que é o processo de escolarização exige primeiramente um investimento a respeito das disciplinas escolares, seus caminhos de constituição, transformação, “morte” ou sobrevivência no cotidiano escolar. Por fim, percebemos que a inserção da *gymnastica* no ensino público primário paranaense destacou o interesse dos políticos do estado do Paraná, preocupados com a formação de cidadãos úteis e de espíritos esclarecidos, formação esta que só seria possível por meio da educação e da constituição de corpos fortes e saudáveis.

Palavras-chave: história da educação; história das disciplinas escolares; história da educação física; educação do corpo; *gymnastica*.

ABSTRACT

This assignment focuses on the historical study of gymnastics on the public primary school system of Paraná State. It concerns the period between the two last decades of the nineteenth century and the first quarter of the twentieth century. Our main concern is specifically the way this subject has been taught in its theory and prescriptions that came from the work of politicians and intellectuals within that time. By privileging this aspect on this study, by no means do we object to cover the practical aspects of activity in the school themselves. Our assignment has the objective of contributing with the studies related to the line of history and historiography of education, especially those associated to the education of the body in schools. In a parallel situation, suggesting the realization of an exercise in this direction, we have tried to analyze which were, in what moment and how the body practices prescript were applied for the gymnastics' exercises, in addition to checking who was responsible for teaching them in schools. Therefore, in our paper we've tried to deal with this subject in a diachronic way, intended to explore its transformations – ruptures and remains – while the schooling process of childhood and youth from Paraná on the public primary school system of that period. For a better comprehension of the different aspects that influenced the education of the body in schools and, mainly, the performance of physical exercises and gymnastics, it is important to question and interpret reports, regulations, regiments and teaching codes that regard to the public institutions of the time as well as textbooks. Working with this documental approach, produced by politicians, intellectuals, inspectors and school teachers, we have found expressions or speeches that helped us understand how they dealt with questions related to education, not only through a moral and intellectual point of view, but also, in this case, corporal or physical. Consequently, rising up questions related to the history of school subjects and curriculum, we have felt the necessity of dialoging with theoretical references made by authors like GOODSON (1995), CHERVEL (1990), HEBRARD (1990) and JULIA (2002). By this way, we verified that understanding the complexity of the schooling process requires first of all an investment regarding school subjects, its ways of constitution, transformation, “death” or survival in school everyday life. At last, we have realized that the addition of gymnastics to the public primary school system pointed out the interest of politicians from the Paraná State, worried about the formation of useful citizens and more enlightened minds. This education would only be possible by teaching and constituting strong and healthy bodies.

Key words: history of education; history of school subjects; history of physical education; education of the body; gymnastics.

INTRODUÇÃO

Foi por meio dos ideais republicanos e diante da necessidade de implementação de um novo plano social para o desenvolvimento e progresso da nação brasileira e, tendo em vista os exemplos oriundos dos países desenvolvidos da Europa e dos Estados Unidos da América, que surgem nos finais do século XIX os primeiros delineamentos de um projeto cujo trabalho culminou em uma gradativa, porém significativa reformulação da educação em todo o país. Marcado por um período de sucessivas transformações e atrelado a um espírito de mudança, a criação de uma pedagogia moderna apresenta-se como uma inovação na história da educação de muitos países, não sendo diferente no Brasil. Ao abordarmos o advento da “pedagogia moderna”, estamos nos referindo ao processo de criação, recomendação e implementação de novas perspectivas de ensino provenientes das inovações veiculadas nos estudos médicos e científicos, associadas aos interesses dos dirigentes do ensino quanto à formação dos educandos e ao desenvolvimento da educação nas escolas.

Com o objetivo de modernizar a instrução pública da época e espriar a educação escolarizada às massas, o surgimento de um novo formato de organização escolar distingue-se significativamente do modelo de administração do ensino praticado anteriormente à sua chegada. Em vista disso, tanto a instalação de prédios apropriados quanto a implementação do modelo graduado de ensino, constituíram um dos principais destaques desta reformulação da educação¹. Concomitantemente, as inovações seguem à medida que um novo formato na organização do trabalho pedagógico e a constituição do espaço escolar configuram-se em conjunto com uma nova abordagem dada à questão do tempo. Desta maneira, as novas concepções de ensino foram ganhando um formato próprio, adquirindo importância e apresentando-se repletas de peculiaridades não só na reformulação dos métodos de ensino mas, sobretudo, na determinação de regras e condutas de bem viver.

¹ Tem-se como exemplo mais expressivo de tais mudanças o surgimento dos então denominados grupos escolares. Sobre a criação destas instituições no Brasil, ver SOUZA (1998). Em relação à inserção dos grupos escolares no Paraná, ver os trabalhos de BENCOSTTA (2001) e SOUZA (2004).

Diante deste quadro de reforma, um vasto programa de ensino foi sendo estabelecido frente à necessidade de uma educação integral. Com isso, tem-se na tríade formada pela educação física, moral e intelectual uma oportunidade para contemplar os objetivos visados pelos políticos e intelectuais da época. Estes, por sua vez, buscavam através da instrução pública civilizar as massas, dulcificar seus costumes e formar/moldar o futuro cidadão. Sendo assim, fica nítido através desta política educacional, a intencionalidade composta pela difusão de um amplo e notório discurso calcado na civilização e na racionalidade dos modos de pensar, agir e se comportar frente a um mundo que se pretendia moderno.

Juntamente com esta inovação educacional e, considerando o alargamento dos programas de ensino, estudos como o de Rosa Fátima de SOUZA (2000), relacionado à construção do currículo da escola primária no Brasil, nos ajudam a entender que

a introdução de novas disciplinas nos programas de ensino primário, especialmente ciências, desenho e educação física, articulou-se com a linguagem da modernidade, isto é, a justificativa para a inclusão destes conteúdos culturais assinalava as contribuições que eles trariam para a modernização. (p. 12)

Ao realizar este estudo, a autora utiliza como fonte o parecer sobre a reforma do ensino primário escrito por Rui Barbosa, o qual foi apresentado em setembro de 1882 à Câmara dos Deputados e posteriormente publicado no ano de 1883. Por meio do referido trabalho, podemos perceber que

a introdução da *educação física* foi apresentada como uma inovação relevante. A satisfação da vida física era a primeira necessidade da infância, justificando, assim, a importância fundamental da ginástica num plano de estudos que postulava a inseparabilidade do espírito do corpo. De acordo com Rui, a educação física havia sido introduzida nos programas de ensino de vários países tendo em vista sua função moralizadora, higiênica e patriótica. O substitutivo destaca as finalidades morais e sociais da ginástica: agente de prevenção dos hábitos perigosos da infância, meio de constituição de corpos saudáveis, fortes e vigorosos, instrumento contra a degeneração da raça, ação disciplinar moralizadora dos hábitos e costumes responsável pelo cultivo dos valores cívicos e patrióticos imprescindíveis a defesa da pátria. (p. 16)

Na mesma direção que apontava Rosa Fátima a respeito da construção do currículo da escola primária no Brasil, Fernanda PAIVA (2003) também indica que juntamente com esse processo de construção de uma nova escola, de uma nova

educação, surge também a necessidade de implementação de novos saberes. Segundo ela,

nos traços produtores dessa *outra* educação e dessa *outra* escola que se objetivava diferenciada do que até então se identificava como *casas de educação* pairam vestígios da produção da especificidade que, também com saberes e práticas específicas, forjavam um novo campo de intervenção e conhecimento – o da educação física. (p. 314)

Com efeito, promover a educação física da infância era fundamental tanto para o desenvolvimento e cultivo do corpo, quanto para a formação do espírito. Diante de tamanha responsabilidade, é notória uma certa primazia da educação física em relação à formação dos futuros cidadãos. Ao trabalhar com as teses médicas produzidas pelos doutorandos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX, e preocupada com o engendramento do campo da Educação Física no Brasil, Fernanda PAIVA (2003, p. 349) considera que “seria ela a primeira educação porque, sendo a educação representada como um rol de hábitos a ser incorporados, era no corpo, pelo corpo e com o corpo que toda a educação (escolarizada) deveria se centrar e, a partir dele, se organizar”.

Realmente, dentre os diferentes saberes escolarizados, boa parte deles contribuíram para a educação do corpo dos alunos. Em vista disso, era no corpo que recaíam boa parte das práticas desenvolvidas no cotidiano escolar. Segundo TABORDA DE OLIVEIRA (2005), disciplinas como a *gymnastica*, os trabalhos manuais, as prendas domésticas, os exercícios militares, assim como os preceitos de higiene, entre outras, de maneira “direta ou indireta, com mais ou menos centralidade, (...) incidiam sobre o corpo para educá-lo e mesmo para produzir um conhecimento *sobre* o corpo” (p. 6).

Responsável pela educação física dos alunos que freqüentavam seus espaços, à escola caberia o papel de formar corpos apumados e disciplinados. Para VIGARELLO (1978, p. 9, apud SOARES, 1998, p. 17), “o corpo é o primeiro lugar onde a mão do adulto marca a criança, ele é o primeiro espaço onde se impõem os limites sociais e psicológicos que foram dados à sua conduta, ele é o emblema onde a cultura vem inscrever seus signos como também seus brasões”. Conseqüentemente, é

no corpo que se define e se manifesta toda a regulamentação do que é permitido ou proibido, moral ou imoral, bárbaro ou civilizado. De acordo com SOUZA (1998, p. 144),

o espaço escolar determina, pois, modos de usos do corpo dentro e fora da escola. Submete o corpo a um conjunto de representações consubstanciadas nos padrões de “bom comportamento”, dos “bons costumes”, incluindo-se até mesmo a forma de referir-se a ele e a tudo que lhe diz respeito.

Neste sentido, os cuidados com o corpo começavam desde a promoção de hábitos de higiene, até o desenvolvimento da musculatura por meio da realização de exercícios físicos. É diante deste quadro que os preceitos com relação à educação do corpo das crianças foram sendo pensados e elaborados por políticos e intelectuais de diferentes procedências, como é o caso dos médicos e dos militares. Para estes, pelo menos, a relevância das preocupações com a educação física na formação das novas gerações era tida como um ideal hegemônico de formação. Desenvolver corpos fortes e sadios, aprimorar a raça, estabelecer a ordem, eis alguns dos objetivos da educação física.

Desta maneira, as práticas e intervenções corporais deixam ao longo do tempo uma certa relação entre corpo e história. Embora seja visto como “lugar da biologia, das expressões psicológicas, dos receios e fantasmas culturais, o corpo é uma palavra polissêmica, uma realidade multifacetada e, sobretudo, um objeto histórico” (SANT’ANNA 1995, p. 12). As manifestações corpóreas expressam um pouco da interação do indivíduo com o meio ao qual está inserido. É por meio desta interação que ele passa a se situar e se comunicar. Sendo assim, podemos considerar que não existe corpo sem intervenção da cultura, “os gestos, as atitudes, os comportamentos individuais são aquisições sociais, o fruto de aprendizagens e de mimetismos formais ou inconscientes” (SCHMITT 1995, p. 141). Sobre este aspecto, estudos como o de SOARES (2001) nos auxiliam a encarar o corpo como objeto de intervenção e educação, submetido a uma determinada gestão social. Segundo a autora, o corpo

é inscrição que se move e cada gesto aprendido e internalizado revela trechos da história da sociedade a que pertence. Sua materialidade concentra e expõe códigos, práticas,

instrumentos, repressões e liberdades. É sempre submetido a normas que o transformam, assim, em texto a ser lido, em quadro vivo que revela regras e costumes engendrados por uma ordem social.

Como lugar de inscrição da cultura, dos corpos são retirados e acrescentados elementos que apresentem desvios, excesso, falta... Atos de extração ou de acréscimo em relação ao corpo remetem-no a determinados códigos e o submetem a normas que são internalizadas por um meticuloso processo de educação. (p. 109).

Este processo de internalização de hábitos e costumes, de respeito às regras e à determinadas condutas, apresenta um maior impacto sobretudo nas relações entre o corpo e o processo de escolarização. Apesar dos investimentos sobre ele estarem presentes em diferentes tempos e espaços sociais – como na relação do corpo com a cidade, por exemplo – e, mesmo sabendo que tais relações não são estanques, pelo contrário, apresentam interação entre si tendo em vista a circulação do mesmo no decorrer destes diferentes tempos e espaços, é da educação do corpo que freqüenta a escola que estamos nos referindo. Neste sentido, vamos ao encontro de expressões como a de TABORDA DE OLIVEIRA (2005b, p. 4), para quem a educação do corpo

é uma das marcas históricas mais tangíveis do espraiamento mundial da educação primária, no período compreendido entre as décadas finais do séc. XIX e as primeiras décadas do séc. XX. Para a sua realização contribuíram discursos, dispositivos, práticas e saberes distintos no seu conteúdo e na sua origem. Para dimensioná-los basta remetermos às preocupações com a definição de espaços e tempos apropriados ao projeto de escolarização, ao conjunto de formulações que refletiriam sobre a higiene, a saúde, o cansaço dos escolares, à disposição dos chamados *utensils* – materiais e equipamentos básicos necessários para o fazer cotidiano nas escolas –, ao debate sobre os efeitos formativos da aplicação dos castigos corporais ou a sua impropriedade, à retórica da necessidade de disciplinar os comportamentos infantis e ao desenvolvimento de rotinas e rituais que viriam a dar ênfase e visibilidade a todas essas dimensões de um projeto de formação moral, intelectual e, sobretudo, corporal.

Com o intuito de contribuir com a pesquisa histórica do processo de constituição da educação física² no ensino público primário ofertado no estado do

² É preciso deixar claro que a educação física na qual estamos falando não é a disciplina Educação Física escolar na forma como a conhecemos hoje, e sim o termo utilizado na época para referenciar as práticas e os cuidados necessários para a educação do corpo. No conjunto destas práticas corporais estavam as prescrições de atividade física assim como os exercícios de *gymnastica*. Neste sentido, vamos ao encontro de observações como a exposta por LINHALES (2006, p. 17), ao constatar que: “Desde o século XIX, várias “educações físicas” foram produzidas e legitimadas. Pode-se pensar a educação física como um conceito alargado (relativamente à educação higiênica/educação dos corpos), como prescrição de métodos e de exercícios físicos e/ou corporais (também denominados exercícios *gymnásticos* e/ou atividade física), ou como um componente curricular (atividade ou disciplina escolar). São mudanças e matizes que revelam, também, o movimento de reconstrução permanente da

Paraná e, levando em consideração esta no decorrer de um período que vai das duas últimas décadas do século XIX ao primeiro quartel do século XX, o presente trabalho sinaliza como objeto de pesquisa a disciplina de *gymnastica* que, segundo PAIVA (2003, p. 85), caracteriza-se como a “cadeira e/ou atividade que se tornou a forma autorizada e sistematizada de exercitação física na escola”.

Privilegiamos em nosso trabalho a análise da *gymnastica* na instrução pública paranaense, visto que é na passagem do modelo doméstico para o modelo graduado de ensino que a educação física começou a conquistar seu espaço e inserir-se com maior afinco no cotidiano escolar. O modelo doméstico de ensino é constituído por escolas isoladas de classe única. Ou seja, nestas escolas o professor era responsável pela educação de crianças situadas em diferentes níveis de ensino de modo a formá-las simultaneamente em todo o curso primário. Neste modelo a escola geralmente funcionava na própria casa dos professores cujo aluguel era pago pelo Estado, assim como o salário dos mesmos. Já no ensino graduado, ocorre uma divisão do trabalho escolar uma vez que o curso primário é dividido em séries ou anos. Desta maneira, cada professor ficava responsável por uma série de ensino. Conseqüentemente, as escolas passaram a funcionar em um único prédio escolar onde o governo reunia vários professores sob a supervisão de um diretor. No entanto, é preciso salientar que a implantação do modelo graduado de organização escolar não excluiu por completo a manutenção e até mesmo a criação de novas escolas domésticas, pelo contrário, estes dois modelos de ensino coexistiram por muito tempo na história da educação. Com efeito, é neste período – fins do século XIX e anos iniciais do século XX – que encontramos um maior número de fontes relacionadas à educação física na escola.

O processo de implementação do ensino graduado estava ligado a necessidade de ser ofertada uma educação integral, que se responsabilizasse pela formação da nova geração. Segundo PAGNI (1997, p. 70),

própria instituição escolar. Assim sendo, torna-se importante escapar, aqui, de uma perspectiva evolucionista que aprisiona, na cronologia, um idealizado progresso linear: da *educação physica* (sentido alargado) para a *gymnastica* (seus *methodos*); desta para a educação física (componente curricular) e desta para a educação física/esportiva (que pode ou não estar na escola)”.

a educação física seria uma das medidas a ser adotada por essa educação geral, isto é, um projeto que começava se delinear no início deste século e tinha a pretensão de ser estendido, através de várias instituições (principalmente a escola), para a maioria da nossa população. Nesse projeto, a educação física tinha um papel fundamental na solução dos problemas relacionados à saúde individual e coletiva, bem como na formação do caráter e da identidade próprias do chamado “homem brasileiro”. Uma identidade que, além de ter por fim último estabelecer uma relação do indivíduo com o seu próprio corpo – forma-lo fisicamente e aprimorar sua saúde individual –, objetivava ser um dos meios de desenvolver a disciplina necessária à formação do caráter e à internalização de hábitos, costumes e normas necessários para o aprimoramento de nossa civilização.

Em vista disso, tem-se na prática de *gymnastica* um dos principais dispositivos utilizados para promover a educação física das crianças. Escolhemos estudar tal disciplina uma vez que, responsável pela educação do corpo, esta tinha o objetivo de corrigir determinados defeitos, excluir tudo aquilo que não fosse passível de concerto e, (re)construir, diante desta perspectiva, um novo corpo, um novo cidadão. Deste modo, sua atuação no ensino primário estava atrelada à promoção da saúde por meio do desenvolvimento físico das crianças. Sua inserção no currículo escolar associava-se ao tratamento do qual dispunha como principal meio de atingir a educação do corpo tanto dos meninos como das meninas. De acordo com VAGO (2002), sua prática proporcionava a realização de movimentos ágeis porém com emprego econômico das forças e, sobretudo, a necessidade de transformar e endireitar os fracos corpos infantis.

O período delimitado para a construção deste trabalho justifica-se pelo fato de em 1882 a prática de *gymnastica* ter sido reconhecida pelo Estado do Paraná, visto que neste ano sua realização no cotidiano das instituições escolares de ensino primário do sexo masculino adquire um caráter obrigatório (cf. Ato da Presidência da Província assinado em 30 de junho de 1882). Com isso, nota-se que naquele momento origina-se um movimento de enraizamento escolar da *gymnastica*. Por outro lado, tem-se no início dos anos 20 do século passado a consolidação de um processo mais acentuado de reforma da instrução pública do referido Estado. Este momento também representa o período em que Cesar Pietro Martinez esteve à frente da instrução pública do Paraná como Inspetor Geral do Ensino (1920-1924). Neste sentido, sua atuação foi bastante significativa para a continuidade da reforma da educação ofertada no Estado em questão, bem como para a realização de importantes mudanças no desenvolvimento da *gymnastica*. É na gestão de Pietro que verificamos a iniciativa de designar um

professor responsável somente pelo ensino desta disciplina nas escolas, mais especificamente, nos grupos escolares de Curitiba. Outra inovação efetivada em sua gestão refere-se à realização do exame médico nos alunos por meio da implantação do serviço de inspeção médico-escolar. Desta maneira, marcamos como data final para o término de nossas investigações o ano de 1924, uma vez que foi neste ano que o referido inspetor encerrou suas atividades no cargo em questão.

Conseqüentemente, acredita-se que com o desenvolvimento desta pesquisa estaremos contribuindo não só para a análise do papel da *gymnastica* no processo de escolarização da infância paranaense no período por nós delimitado, mas também para um maior entendimento da história das disciplinas escolares no estado do Paraná e no Brasil.

Devido à carência de estudos voltados à implementação das práticas de *gymnastica* na instrução pública paranaense e, por ser um período ainda insuficientemente explorado pelos historiadores da educação em nosso estado, acreditamos que este trabalho virá a contribuir com a pesquisa na área temática de história e historiografia da educação através de diferentes aspectos: seja no que diz respeito ao processo de escolarização da *gymnastica* e o seu papel na formação humana da época, seja por meio do entendimento da constituição da Educação Física no estado do Paraná, ou ainda, ao contemplar e promover um pouco da compreensão das práticas corporais escolares prescritas a partir do pensamento educacional no seu intuito de atingir o cotidiano escolar.

Em vista disso, acreditamos que as investigações provenientes de pesquisas como esta podem auxiliar no entendimento e na construção de estudos e pesquisas que pretendem interpretar a cultura escolar³ neste período ou, por que não, que pretendem investigar diferentes culturas escolares sobretudo no que diz respeito ao aspecto corporal, da dimensão *physica* ou da educação do corpo.

³ Sobre o conceito de cultura escolar como categoria de análise e como um importante meio de entender a instituição educativa a partir de suas características internas, ver os trabalhos de VIÑAO (1995, p. 68 e 69) e JULIA (2001, p. 10 e 11).

Ao refletir sobre a relação entre as práticas corporais presentes na educação física das crianças e a sua inserção no ensino público primário paranaense, uma série de questões suscitam à investigação. Deste modo, é interessante observar: quais as práticas e seus respectivos métodos foram pensadas para engendrar a *gymnastica* dos alunos e das alunas que freqüentavam as escolas primárias paranaenses? Como estas práticas e a realização dos exercícios físicos e de *gymnastica* foram planejados na constituição do tempo e na ocupação dos espaços escolares? A quem foi destinada a responsabilidade de prescrever e ensinar tais atividades?

Em busca de respostas para tais questionamentos, importante se faz interrogar e interpretar os relatórios referentes à instrução pública da época. Característicos pela riqueza das informações contidas em suas linhas (e entrelinhas), estes são bastante relevantes à medida que apresentam um pouco de como as autoridades de ensino estavam pensando e deliberando sobre as questões referentes à instrução pública, sobretudo em relação ao aspecto da educação física e da *gymnastica*. É em vista de tais perspectivas que privilegiamos a análise deste *corpus* documental.

Ainda no horizonte de nosso trabalho também encontramos, em periódicos do período – como a revista pedagógica “O Ensino” – mais algumas contribuições para o desenvolvimento da pesquisa. Além disso, tem-se nos programas de ensino e nos manuais relacionados a *gymnastica* outra oportunidade para melhor compreendermos esta disciplina, sobretudo no que diz respeito ao que estava previsto para a realização da mesma. Por conseguinte, não podemos esquecer que as informações provenientes da legislação do ensino – leis, atos, decretos, regulamentos, regimentos, códigos de ensino – por exemplo, também nos auxiliam neste sentido.

Paralelamente, ao propormos a realização de um exercício nesta direção, pretendemos problematizar qual o papel que a disciplina de *gymnastica* deveria atuar no ensino público primário ofertado pelo estado do Paraná no período em questão, assim como verificar quem eram os responsáveis por ministrá-la nas escolas. Conseqüentemente, estamos preocupados mais especificamente com a *gymnastica* no plano das idéias proveniente das atividades de políticos, professores e agentes envolvidos com a educação, do que com as práticas escolares propriamente ditas. No

entanto, ao operar com as análises em nível de prescrição muitas vezes acabamos estabelecendo considerações no âmbito das práticas. A partir disto, buscamos analisar quais eram, em que momento e como deveriam ser aplicadas as práticas corporais prescritas para os exercícios de *gymnastica* que precisavam ser realizados no cotidiano das escolas. Com isso, em nosso trabalho procuramos abordar esta disciplina em uma perspectiva diacrônica, no intuito de explorar suas transformações – rupturas e permanências – ao longo do processo de escolarização da infância paranaense na instrução pública primária daquele período.

Por conseguinte, ao propormos uma pesquisa referente à história das disciplinas escolares, sentimos a necessidade de um maior entendimento a respeito do papel da escola nas relações sociais, assim como das finalidades do ensino em relação às iniciativas tomadas por parte da sociedade na busca por uma escolarização de saberes.

Neste sentido, HEBRARD (1990) estabelece em seu trabalho uma discussão a respeito da escolarização dos saberes elementares na época moderna. Segundo ele, “trata-se antes de dar às crianças que pertencem aos meios diversificados das pequenas, médias e grandes burguesias urbanas os primeiros elementos dos saberes desejados por suas famílias, mas que a maioria delas não saberia lhes transmitir” (p. 77). Estudos como este nos dão alguns indícios de como determinados saberes passam a ser indispensáveis para a inserção das novas gerações na sociedade e, a partir disso, de como necessidades como esta recaem no aparecimento e na criação de instituições destinadas para tal finalidade, qual seja, as instituições escolares.

Por outro lado, HAMILTON (2001) ao investigar sobre os primórdios de uma escolarização de saberes que culminou na existência do que hoje conhecemos como currículo, nos mostra que a escolarização moderna não teve ancestrais institucionais. Ou seja, após discorrer sobre diferentes aspectos que incorreram na necessidade de uma escolarização de saberes, o autor parte da premissa de que não podemos denominar o que viabilizou o surgimento da escola nos moldes como a encontramos hoje, pelo contrário, para ele, a escolarização moderna veio de lugar nenhum.

Diante disso, qual seria o papel destas instituições além de transmitir determinados saberes e/ou conhecimentos? De acordo com CHERVEL (1990, p. 200),

a função real da escola na sociedade é então dupla. A instrução das crianças, que foi sempre considerada como seu objetivo único, não é mais do que um dos aspectos de sua atividade. O outro, é a criação das disciplinas escolares, vasto conjunto cultural amplamente original que ela secretou ao longo de decênios ou séculos e que funciona como uma mediação posta a serviço da juventude escolar em sua lenta progressão em direção à cultura da sociedade global. No seu esforço secular de aculturação das jovens gerações, a sociedade entrega-lhes uma linguagem de acesso cuja funcionalidade é, em seu princípio, puramente transitória. Mas esta linguagem adquire imediatamente sua autonomia, tornando-se um objeto cultural em si e, apesar de um certo descrédito que se deve ao fato de sua origem escolar, ela consegue contudo se infiltrar sub-repticiamente na cultura da sociedade global.

Independente de sua origem, podemos perceber que a escola exerce um papel importante nas relações sociais mais amplas, visto que é por meio das práticas escolares que identificamos tanto a configuração de um ideal de formação – ordenado pela aquisição de determinados saberes e/ou conhecimentos – quanto as relações que por meio delas os alunos podem estabelecer não só dentro como fora dos muros escolares. Com efeito, é diante da transmissão de saberes cada vez mais extensos e conteúdos cada vez mais especializados, que nos deparamos com as chamadas disciplinas escolares.

Para Chervel, “uma disciplina é, (...), em qualquer campo que se a encontre, um modo de disciplinar o espírito, quer dizer de lhe dar os métodos e as regras para abordar os diferentes domínios do pensamento, do conhecimento e da arte” (p. 180).

Deste modo, a criação das disciplinas escolares contribui como elemento indispensável para a consolidação e cumprimento dos objetivos reservados à escola, uma vez que esta possui como meta não apenas instruir como também educar o corpo discente. Em vista disso, “as disciplinas escolares estão no centro desse dispositivo. Sua função consiste em cada caso em colocar um conteúdo de instrução a serviço de uma finalidade educativa” (p. 188).

A preocupação em torno das disciplinas escolares – diante de sua importância para melhor entendermos os objetivos do ensino escolar – também nos leva a preocupação de analisarmos como o estudo do currículo pode nos ajudar para uma maior compreensão do processo de escolarização. Conseqüentemente, na busca de tais esclarecimentos, encontramos estudos como o de GOODSON (1995).

Analisando o trabalho do referido autor, percebemos a importância de encararmos o currículo a partir de duas perspectivas: o currículo pré-ativo e o currículo do ponto de vista interativo.

O currículo pré-ativo, segundo Goodson, é formado por normas e critérios preestabelecidos, juntamente com seus significados. Para ele, “o estabelecimento de normas e critérios tem significado, mesmo quando a prática procura contradizer ou transcender esta definição pré-ativa. Com isso, ficamos vinculados a formas prévias de reprodução, mesmo quando nos tornamos criadores de novas formas” (p. 18).

Já o currículo do ponto de vista interativo, é formado pelas intervenções e ações subjetivas apresentadas tanto pelos professores, como pelos próprios alunos. Trata-se de uma construção que se estabelece no decorrer do trabalho escolar⁴.

Por isso, para um melhor entendimento em relação à história das disciplinas escolares, é preciso encarar o currículo levando em consideração os dois aspectos acima mencionados. Portanto, entender como este se estabelece a partir destas duas perspectivas, bem como a relação que estas duas concepções apresentam no processo de construção curricular, constitui o principal desafio proposto por Ivor Goodson em seu trabalho. Para ele,

o potencial para uma estreita relação – no extremo oposto, uma não relação – entre teoria e prática ou entre currículo escrito e currículo ativo, depende da natureza da construção pré-

⁴ Para melhor entendimento destas duas concepções de currículo, encontram-se nas duas formulações desenvolvidas por YOUNG e WHITTY (1977, p. 237), apud GOODSON (1995, p. 18), uma outra possibilidade de compreensão e análise. De acordo com Goodson, Young apresenta duas idéias de currículo. A primeira, ele a denomina “currículo como fato” e propõe:

o “currículo como fato” precisa ser considerado não como mera ilusão, camada superficial da prática escolar de alunos e professores, mas como uma realidade social, historicamente específica, expressando relações de produção particulares entre pessoas. Semelhante currículo é uma mistificação quando se apresenta como algo que possui vida própria e confunde as relações humanas nas quais, como qualquer conceito de conhecimento, está embutido, fazendo da educação uma coisa que as pessoas não podem compreender nem controlar.

Já em relação à segunda, Young afirma que o conceito de “*currículo como prática*” pode também mistificar, na medida em que:

Reduz a realidade social de “curriculum” às intervenções e ações subjetivas de docentes e discentes, impedindo-nos de entender o surgimento e persistência históricos de determinados conceitos, conhecimentos e convenções (como, por exemplo, as matérias escolares). Ao sermos impedidos de poder situar historicamente os problemas da educação contemporânea, ficamos também impossibilitados de entendê-los e controlá-los.

ativa dos currículos – quanto à exposição e quanto à teoria – bem como da sua execução interativa em sala de aula (p. 24).

Em vista disso, o autor propõe em primeiro lugar, a necessidade de estudos no que diz respeito à construção social do currículo, facilitando, com isso, um melhor entendimento de como o currículo é estabelecido e de que maneira ele repercute no ambiente escolar. Segundo Goodson, é nesta tensão que o currículo é construído e, se é necessário entendermos como se processa esta construção, não podemos nos distanciar destes conflitos.

Encarar o currículo como construção social é analisá-lo “primeiramente em nível da própria prescrição, mas depois também em nível de processo e prática” (p. 67), uma vez que, “o que está prescrito não é necessariamente o que foi aprendido, e o que se planeja não é necessariamente o que acontece” (p. 78). Por isso, devemos procurar estudar a construção social do currículo tanto no nível da prescrição como no plano da interação.

Por outro lado, CHERVEL (1990) muito próximo do alerta feito por Goodson, também explora esta mesma tensão ao tratar das finalidades do ensino. Segundo ele, as instituições escolares, responsáveis pela aplicação de tais finalidades, advêm da demanda por escolarização imposta pela sociedade de uma maneira geral, e são identificadas, assim como organizadas, por aqueles que respondem por esta oferta educacional. Com efeito,

pode-se globalmente supor que a sociedade, a família, a religião experimentaram, em determinada época da história, a necessidade de delegar certas tarefas educacionais a uma instituição especializada, que a escola e o colégio devem sua origem a essa demanda, que as grandes finalidades educacionais que emanam da sociedade global não deixaram de evoluir com as épocas e os séculos, e que os comanditários sociais da escola conduzem permanentemente os principais objetivos da instrução e da educação aos quais ela se encontra submetida. (p. 187).

No entanto, o que era (ou está) prescrito não significa que foi (ou está sendo) de fato executado. Neste sentido, Chervel nos questiona: “de que lado colocaremos as finalidades? Do lado da lei ou do lado das práticas concretas?” (p. 189). Para o autor, “as finalidades de ensino não estão todas forçosamente inscritas nos textos. Assim,

novos ensinamentos às vezes se introduzem nas classes sem serem explicitamente formulados. Além disso, pode-se perguntar se todas as finalidades inscritas nos textos são de fato finalidades “reais” ” (p. 189).

Por conseguinte, podemos constatar a importância das observações colocadas tanto por Goodson, como pelo próprio Chervel, ao lembrarmos que muito do que é recomendado e, conseqüentemente, encontra-se prescrito, não leva em consideração os recursos necessários para sua execução. Diante disso, é a partir destas possíveis contradições que Chervel aponta o estudo das finalidades do ensino também sobre dois aspectos: de um lado as finalidades de objetivo e de outro as finalidades reais. O autor salienta, portanto, que o estudo de tais finalidades “não pode, pois, de forma alguma, abstrair os ensinamentos reais. Deve ser conduzido simultaneamente sobre os dois planos, [...], a dos objetivos fixados e a da realidade pedagógica” (p. 191).

São inúmeros os aspectos que envolvem uma análise apurada a respeito da história das disciplinas escolares e sua relação com a construção social do currículo⁵.

Entender a complexidade que é o processo de escolarização exige primeiramente um investimento a respeito das disciplinas escolares, seus caminhos de constituição, transformação, “morte” ou sobrevivência no cotidiano escolar. Neste sentido, perspectivas de estudo como esta apresentam grande importância, uma vez que,

a disciplina é, por sua evolução, um dos elementos motores da escolarização, e que se encontra sua marca em todos os níveis e em todas as rubricas da história tradicional do ensino,

⁵ Apesar de não estar no horizonte de nosso trabalho, uma outra observação importante consiste na necessidade de levarmos em consideração o processo de aculturação por parte dos alunos. Trata-se do paradoxo existente entre aquilo que foi dito, em relação ao que realmente foi aprendido por eles, ou seja, o ensino propriamente dito e os seus efeitos no processo de aprendizagem.

Segundo JULIA (2002, p. 60), “uma disciplina escolar se encontra presa entre os objetivos que lhe são conferidos e o público ao qual se dirige: as mudanças que intervêm no dispositivo pedagógico são freqüentemente ligadas a modificações das características dos alunos”. É neste sentido, que devemos estar atentos às conseqüências do processo de aculturação. Como os alunos estão recebendo as atividades propostas e desenvolvidas?

Os possíveis desgostos, assim como os sucessos de determinados exercícios, estão diretamente ligados à forma como as disciplinas devem e/ou são abordadas nas escolas. Por isso, a resposta sobre se as finalidades do ensino foram (ou não) preenchidas, como nos lembra CHERVEL (1990), é possível ser debatida a partir do “estudo histórico da cultura escolar recebida e também criada pelos alunos” (p. 212).

desde a história das construções escolares até a das políticas educacionais ou dos corpos docentes.

As disciplinas escolares intervêm igualmente na história cultural da sociedade. Seu aspecto funcional é o de preparar a aculturação dos alunos em conformidade com certas finalidades: é isso que explica sua gênese e constitui sua razão social. (p. 220).

Com isso, pensar a disciplina de *gymnastica* com a pretensão de escrever parte de sua história nos instiga a compreender como ela foi pensada e organizada em nível de prescrição. Apesar de privilegiar alguns aspectos em detrimento de outros, lembramos que antes de caracterizar-se como um trabalho voltado à história das disciplinas escolares, o presente estudo está relacionado à história da educação. Em consequência disso, ao trabalharmos com esta linha de pesquisa, concordamos com TABORDA DE OLIVEIRA (2003, p. 19), ao considerar que

a história da educação pode ser estudada em três níveis distintos, mas indiscutivelmente imbricados. Sem qualquer precedência de um sobre os outros, os qualificaria como o nível das práticas escolares, o nível das políticas educacionais e o nível do pensamento educacional. Estudar um desses níveis implica, necessariamente, fazer incursões pelos demais.

Sendo assim, nosso trabalho encontra-se dividido em dois capítulos. No primeiro deles, discorreremos sobre o processo de inserção da *gymnastica* como prática escolar obrigatória no ensino público primário paranaense. Juntamente com este processo também localizamos o uso e a adoção de manuais didáticos como referência para a realização destas atividades. Em vista disso, procuramos apresentar um pouco do pensamento e do contexto de produção que mobilizou autores como Schreber e o Capitão Domingos Nascimento a escreverem sobre a *gymnastica* em seus respectivos compêndios. Para isso, buscamos compreender como estes autores viam a implantação desta no ambiente escolar e como eles recomendavam que fossem realizados e ministrados os exercícios *gymnasticos* nas escolas.

Procedimentos como os realizados no primeiro capítulo expressam um pouco da relação existente entre a história do livro didático e a história das disciplinas escolares. De acordo com BITTENCOURT (1993, p. 136), “as disciplinas escolares se constituíram em um meio de legitimação de determinados conhecimentos”. Desta maneira, “o livro escolar inscreve-se, assim, na história da disciplina na medida em

que ocorria a construção do saber escolar” (idem). Entretanto, é preciso salientar que ao optarmos por trabalhar com os manuais em questão analisamos estes documentos como fonte e não como objeto.

No segundo capítulo, trabalhamos entre outras fontes com a documentação oficial – coleção de leis, decretos e regulamentos – para apresentar um pouco da disposição legal conferida à disciplina de *gymnastica*. Neste momento procuramos abordar como suas práticas foram regulamentadas pelos dirigentes do ensino, após o seu reconhecimento como conteúdo obrigatório nas escolas. Em vista disso, tem-se como principal objetivo na construção deste capítulo, verificar o tratamento dado à *gymnastica* ao longo do processo de construção da legislação do ensino paranaense estabelecida através de diferentes leis, regulamentos, regimentos escolares e códigos de ensino produzidos no decorrer do período por nós delimitado.

CAPÍTULO I

O reconhecimento da *gymnastica* como prática escolar obrigatória no Paraná

Analisando o enraizamento da *gymnastica* na instrução pública primária paranaense assim como a inserção dos exercícios físicos nas atividades desenvolvidas nas escolas, constatamos que, no Paraná, o reconhecimento da prática de *gymnastica* como parte integrante do currículo se dá no ano de 1882. Com o intuito de melhorar a formação do cidadão paranaense, sobretudo no que diz respeito ao aspecto da educação física das crianças do sexo masculino, o então Presidente da Província – Carlos de Carvalho – determinou a instituição do ensino de *gymnastica* nas escolas públicas primárias do estado por meio de um Ato assinado em 30 de junho daquele ano. De acordo com o exposto neste documento,

O presidente da província, attendendo á conveniencia de melhorar a educação phisica das creanças do sexo masculino e considerando que a gymnastica, desenvolvendo a musculatura e as vitalidades geraes tende a estabelecer o equilíbrio, como ensinam os hygienistas, entre todas as funcções, entre as aptidões phisicas e a capacidade intellectual, resolve:

Art. 1º Os professores das escolas publicas primarias do sexo masculino são obrigados a ensinar gymnastica aos alumnos tres vezes por semana e por tempo que não exceda de uma hora.

Art. 2º Enquanto a provincia não fizer distribuir os instrumentos e aparelhos necessarios, o ensino da gymnastica, será feito pelo methodo do professor Schreber, de Leipsig – devendo os professores guiar-se exclusivamente pela – *Gymnastica domestica, medica e hygienica* desse professor, traduzida por Julio de Magalhães.

Art. 3º A directoria geral da instrucção publica remetterá a cada professor um exemplar da obra de Schreber e providenciará de modo que o ensino da gymnastica comece quinze dias depois de ter o professor recebido o alludido exemplar.

§ unico. Incurrerá nas penas indicadas no Regulamento Geral da instrucção publica o professor que deixar de cumprir o disposto neste acto.

Art. 4º A directoria geral da instrucção publica expedirá as instrucções que entender conveniente.

Nota-se que da realização dos exercícios ginásticos as meninas ficaram de fora. No caso desta diferença de educação entre os sexos, realmente não eram todas as práticas que serviam para a formação tanto dos meninos como das meninas. Do

mesmo modo que a inserção da *gymnastica* restringiu-se apenas aos alunos do sexo masculino, algumas disciplinas, como prendas domésticas, eram destinadas exclusivamente ao sexo feminino. Medidas como estas estavam relacionadas às diferenças existentes nos ideais previstos para atuação social tanto do homem quanto da mulher.

Outra observação registrada no Ato assinado pelo presidente da província refere-se à necessidade de imposição de penas disciplinares aos professores que não cumprissem a legislação. O Regulamento Geral da Instrução Pública no qual o § único do art. 3º se refere, data de 1876. Segundo o art. 6º deste Regulamento,

Os professores publicos que por ignorancia, descuido, frouxidão ou má vontade faltarem ao cumprimento de seus deveres, exercendo a disciplina sem criterio, deixando de dar aula sem motivo justificado, ou infringido as disposições do presente regulamento, ficam sujeitos ás seguintes penas:

Admoestação.

Reprehensão.

Multa até quarenta mil réis.

Suspensão de exercicio e de vencimentos até tres mezes.

Remoção para cadeiras inferiores.

Perda de Cadeira.

Desta maneira, para viabilizar o ensino da *gymnastica* nas escolas percebemos que no Paraná se estabeleceu um movimento de imposição. Com a adoção do compêndio de Schreber, o estado obrigou os professores a ministrarem o conteúdo sob ameaça. Ao disponibilizarem o material – através da compra e distribuição dos manuais – o governo paranaense informou como os professores deveriam proceder. De posse do compêndio estes poderiam se inteirar do problema e, com isso, estariam aptos para trabalhar com mais esta disciplina. Para que nada desse errado, além de fazer valer a legislação o estado também não poupou o serviço de inspeção escolar.

Na mesma data de publicação do Ato estabelecendo a prática de *gymnastica* nas escolas públicas primárias do sexo masculino, o presidente da província – Carlos de Carvalho – enviou um ofício ao diretor geral da instrução pública – José Joaquim Franco Valle – comunicando-o da existência do referido documento, cuja cópia encaminhou em anexo. Alguns dias depois, em 03 de julho de 1882, outro ofício da

presidência da província foi enviado à diretoria geral da instrução pública. Neste, Carlos de Carvalho informou estar encaminhando

15 exemplares da *Gymnastica domestica, medica e hygienica* do professor Schreber, de Leipzig, a fim de serem distribuídos pelos professores publicos de instrução primaria das cidades desta Província, devendo V.S^a advertil-os de que, no caso de substituição dos professores, deve o exemplar distribuído ficar na escola para uso do respectivo substituto. Por esta occasião, declaro a V.S^a que esta Presidencia fez encomenda de mais exemplares da referida obra para completar a distribuição.

Além dos exemplares acima mencionados, Carlos de Carvalho também encaminhou ao diretor geral em outro ofício, com data de 10 de julho de 1882, cópias impressas do Ato que estabeleceu o ensino da *gymnastica* para serem distribuídos aos professores.

Após receber as cópias do Ato encaminhadas pelo Presidente, bem como os exemplares da obra de Schreber, o diretor geral – José Joaquim Franco Valle – repassou o material para que o mesmo chegasse ao destino previsto, ou seja, às mãos dos professores. Foi o que pudemos constatar por meio de alguns ofícios como, por exemplo, o assinado por Franco Valle e encaminhado ao inspetor escolar da cidade de Ponta Grossa – Tristão Cardoso de Menezes – em 11 de julho de 1882. Segundo consta, assim se manifestou o diretor geral:

Para seu conhecimento e fins convenientes, remetto a V.S^a copia do Acto da Presidencia da Província datado de 30 do mez próximo findo estabelecendo o ensino da *Gymnastica* nas escolas publicas primarias do sexo masculino. Envio aos professores copia identica e um exemplar da obra do professor Schreber sobre o referido ensino.

Este ofício encaminhado pela diretoria geral também foi recebido por professores como o da 2^a cadeira do sexo masculino da cidade da Lapa – Pedro Fortunato – que em resposta declarou estar ciente do exposto na dita circular e que a ela daria cumprimento.

Não só o ofício em questão, mas o próprio exemplar da obra de Schreber teve uma boa aceitação por parte de alguns professores. Tendo como base o uso deste material, estes possuíam mais informações sobre como proceder na educação física das crianças por meio do ensino dos exercícios de *gymnastica*. Nesta direção, encontramos

relatos como o do professor da 1ª cadeira do sexo masculino de Antonina – Arthur Ferreira de Loyola – por meio de seu relatório encaminhado ao inspetor escolar da região – João Manuel Ribeiro Vianna – em dezembro de 1882. Naquele momento escrevia o professor: “Tenho, em cumprimento ao acto do Sr. Dr. Presidente, enviado, por meio d’este utilissimo exemplar de gymnastica do Professor Schreber, os meios precisos para o desenvolvimento physico dos meninos, que necessariamente tirarão d’ella grandes vantagens”.

A partir do mapeamento destas e de outras correspondências pudemos levantar uma série de informações a respeito do estabelecimento da *gymnastica* em algumas regiões do estado do Paraná. De acordo com o ofício assinado pelo inspetor escolar de Morretes – José Gonçalves de Moraes – e encaminhado ao Diretor Geral da Instrução Pública em 17 de julho de 1882, percebemos que naquele município também chegou o ofício da diretoria geral com data do dia 11 do mesmo mês e ano. Em resposta, o inspetor escolar além de acusar o recebimento das informações, declara que: “de accordo com os Srs. Professores deste municipio, tenho designado os dias 24, 25 e 26 do corrente para dar-se começo ao ensino da Gymnastica em suas escolas, durante a visita mensal que ahi farei”.

No caso de Morretes, as deliberações tomadas pelo inspetor escolar juntamente com os professores foram confirmadas através de alguns ofícios encaminhados ao diretor geral. Dois deles, ambos com data de 19 de julho de 1882, são de autoria de dois professores de escolas do sexo masculino existentes na época naquele município. Um deles é o professor Lindolpho de Siqueira Bastos, cuja informação transmitida à diretoria geral nos mostra que, em sua escola, “ficou determinado o dia 24 d’este [mês], para ter lugar o primeiro exercicio de gymnastica, de conformidade com o exposto pelo professor Schreber”. O outro professor, Cassiano N. Silvino, declarou que em sua escola ficou designado o dia 25 do mesmo mês “para ter lugar a inauguração d’esses trabalhos”.

Ainda sobre o processo de inserção da *gymnastica* no município de Morretes e, levando em consideração os termos de visita assinados pelo inspetor escolar – José Gonçalves de Moraes – encontramos mais alguns depoimentos. Em visita feita à

escola do professor Lindolpho no dia 24 de julho de 1882, o referido inspetor deixa as seguintes considerações:

Acabo de visitar esta escola.

Achavão-se presentes 52 alumnos.

O Sr. Professor Lindolpho Bastos inaugurou na minha presença o curso de *gymnastica*, **mandado admittir** nas classes pelo governo provincial.

Mais uma vez mostrou o referido professor o zelo e aptidão que o caracterisão no **cumprimento dos seus deveres**, pelo que louvo-o. (sem negrito no original).

Apesar de registrar a inauguração do curso de *gymnastica*, o inspetor escolar não apresenta maiores detalhes a respeito de como foi o desenvolvimento da aula. Em relação à escola do professor Cassiano Silvino, José Gonçalves efetuou a inspeção somente no dia 27 de julho de 1882. Conseqüentemente e, de acordo com o termo de visita, o professor informa que “ja tinha inaugurado o curso de *gymnastica*”. Mesmo não tendo assistido às aulas, o inspetor elogia o professor “pelo cumprimento que [soube] dar aos seus deveres”.

Uma outra região onde percebemos a presença da *gymnastica* nas escolas públicas de ensino primário, tendo em vista a determinação do Ato de 1882, foi a cidade de Castro. Ao analisarmos os relatos dos professores que ali residiam encontramos mais alguns encaminhamentos em resposta ao prescrito na lei. Em ofício enviado ao diretor geral – Moyses Marcondes⁶ – no dia 06 de agosto de 1882, o professor responsável pela 1ª cadeira do sexo masculino – Pedro Saturnino de Oliveira Mascarenhas – comentava a respeito do ensino da *gymnastica* em sua escola. Segundo ele,

Respeitosamente levo ao conhecimento de V.S^a, que, em virtude da circular do Sr. Dr. Director Geral da Instrucção Publica de 11 de julho ultimo, cobrindo a cópia do Acto do Ex.mo Sr. Dr. Presidente da Provincia, de 30 de junho do corrente anno, pelo qual ordena, que estabeleça na aula sob meu cargo o ensino de *Gymnastica medica hygienica* do Professor Schreber, no dia 3 do corrente dei principio a este trabalho, leccionando na semana 3 dias, e em cada dia 1 hora, conforme o art. 1º das Instrucções do Ex.mo Sr. Dr. Presidente da Provincia.

⁶ Na ocasião José Joaquim Franco Valle necessitou se ausentar da Diretoria Geral da Instrução Pública, sendo convidado Moyses Marcondes para substituí-lo durante o período de sua ausência.

Como toda disciplina presente no programa de ensino, ao final das atividades desenvolvidas durante o ano letivo a *gymnastica* também deveria fazer parte dos exames de habilitação. Para isso, os professores deveriam comunicar o inspetor escolar para que o mesmo pudesse examinar os alunos nas matérias previstas. Em vista disso, Pedro Mascarenhas juntamente com o professor da 2º cadeira para o sexo masculino da cidade de Castro – Joaquim Duarte de Camargo – submeteu os alunos de sua escola a exame. As atividades de exame realizadas tanto na escola de Pedro Mascarenhas, quanto na do professor Duarte de Camargo, foram coordenadas pelo inspetor escolar da região – Major Raphael Teixeira Cardoso Pimentel.

O exame dos alunos da 1º cadeira do sexo masculino, procedido no dia 30 de novembro de 1882, teve além da presença do Major Pimentel e do professor responsável Pedro Mascarenhas, a contribuição de Duarte de Camargo atuando como professor convidado. De acordo com o termo de exame, naquela ocasião foram examinados 13 alunos submetidos as seguintes provas: “leitura, escripta, arithmética, grammatica, doutrina chistã e exercicios de gymnastica medica domestica”. Foram aprovados plenamente os alunos da 1º e 2º classe perfazendo um total de 8 crianças. Os alunos da 3º classe foram “obrigados a frequentar a referida escola, a fim de adquirirem mais pratica”.

Em relação ao exame dos alunos da 2º cadeira do sexo masculino, este ocorreu um dia antes das provas realizadas na escola do professor Pedro Mascarenhas. Antes de realizar o exame em sua escola, Mascarenhas atuou como professor convidado na avaliação dos alunos da escola do professor Duarte de Camargo. Além da presença dos dois professores, as atividades também foram coordenadas pelo Major Pimentel. Neste caso, encontram-se relacionadas no termo de exame as avaliações em “leitura, escripta, arithmetica e exercicios de gymnastica”. Desta vez, foram examinados 12 alunos (6 de 1ª classe e 6 de 2ª classe) que foram aprovados para “as classes immediatamente superiores”.

Em nenhum dos termos catalogados encontramos maiores informação a respeito dos exercícios cobrados dos alunos em seus exames. Provavelmente, o conteúdo da prova aplicada era o mesmo extraído do compêndio de Schreber utilizado

para a realização das aulas de *gymnastica* que deveriam ser ministradas no cotidiano das escolas (ver quadro 1).

Na capital, algumas destas aulas também foram visitadas pelo serviço de inspeção escolar. Conforme os termos de visita por nós coligidos, o inspetor escolar de Curitiba – Euclides Francisco de Moura – visitou ao menos duas vezes no ano de 1882 tanto a 2ª como a 3ª cadeira do sexo masculino.

A primeira visita feita à 2ª cadeira – de responsabilidade do professor Miguel Lourenço Schleder – ocorreu em 30 de agosto. Assim que chegou à escola, Francisco de Moura descreve tê-la encontrado “funcionando com trinta e oito alumnos presentes”. Segundo consta, o inspetor assistiu “ao ensino da *gymnastica* que fazia o Sr. Professor, verificando que os alumnos Bruno e Manoel Marcondes [executavam] quase todos os exercicios ou figuras da *Gymnastica domestica*, medica e higienica de Schreber mandada executar”.

Aproximadamente um mês depois, Francisco de Moura retorna à 2ª cadeira do sexo masculino da capital para realizar mais uma inspeção. No dia 26 de setembro compareceram às aulas “quarenta e oito alumnos, os quaes sob a direcção e instrucção de seu professor, fazião o exercicio da *gymnastica domestica* de Schreber, no pateo interior da casa em que funciona esta escola”.

Tratando-se da 3ª cadeira do sexo masculino de Curitiba – regida pelo professor Domingos Carneiro da Silva Braga – a visita do inspetor a esta escola aconteceu no dia 21 de julho. Naquela ocasião, Francisco de Moura encontrou-a funcionando estando presentes 31 alunos. Após examinar “as escriptas do dia”, o referido inspetor assistiu “ao ensino da *Gymnastica*, que fazia o Sr. Professor, visto ser este um dos dias para isso designado”.

Em uma outra oportunidade Francisco de Moura retorna à 3ª cadeira do sexo masculino onde realizou mais uma inspeção. No dia 31 de agosto estavam presentes trinta e sete alunos. Desta vez o inspetor pôde observar “parte do ensino de *Gymnastica domestica* cujos movimentos [os alumnos executavam] regularmente na máxima parte das figuras do compendio de Schreber mandado adoptar”.

Apesar da presença do Ato instituído pela presidência da província obrigando a prática dos exercícios ginásticos nas escolas paranaenses, este novo conteúdo do programa não chegou a abranger todas as localidades e estabelecimentos de ensino do estado do Paraná conforme o previsto em lei. De acordo com as observações feitas pelo professor Paulino Eugênio de Freitas – responsável por uma escola da freguesia Therezina situada em uma das regiões mais remotas do estado naquele período – a falta de atenção dos governantes com as comunidades mais distantes impede a implementação de novas políticas como, por exemplo, o ensino da *gymnastica* nas escolas de ensino público primário (cf. ofício encaminhado ao Presidente da Província – Carlos de Carvalho – em 16 de junho de 1883). Os fatores que geraram impasses desta natureza podem ser visualizados a partir de reclamações como a presente no depoimento de Paulino de Freitas. Segundo ele,

estamos em pleno sertão e longe dos centros povoados, as comunicações e notícias nos chegam ou retardadas ou cá não chegam. Soube que V. Ex.^a modificou o nosso regulamento e mandou ensinar *gymnastica* nas escolas, aqui não chegou essa ordem e nem respectivo compêndio, por essas eu pedia muito respeitosamente a V. Ex.^a a graça de nos ser remetido o jornal oficial da província.

Não estando ciente das informações e principalmente sem o compêndio disponibilizado pelo estado ficava difícil para o professor ministrar estas aulas. Como pudemos ver, a circulação deste manual era de fundamental importância para a formação dos professores. Aliás, mesmo com a defesa dos higienistas a respeito da importância da educação física das crianças, esta era a realidade das escolas de ensino primário do estado do Paraná antes da instituição do Ato assinado por Carlos de Carvalho. Sem a obrigatoriedade do ensino da *gymnastica* a presença desta nas escolas só ocorreria por meio da iniciativa de alguns professores, ao acreditarem na relevância deste conteúdo, de buscarem informações a respeito dos exercícios que poderiam ministrar aos alunos.

Com a inserção da *gymnastica* nas escolas do sexo masculino o governo estava preocupado com a necessidade de estabelecer o equilíbrio entre as capacidades tanto físicas quanto intelectuais. A iniciativa de melhorar a educação física dos meninos

esteve relacionada aos estudos desenvolvidos por Schreber no compêndio mandado adotar. Para melhor compreendermos quais os conteúdos trabalhados e a partir de que métodos foram aplicados, torna-se necessário a análise deste material. Com a instituição do Ato de 1882 o compêndio de Schreber passou a representar o primeiro programa para o ensino da *gymnastica* nas escolas públicas primárias do Paraná.

1. A *gymnastica* doméstica, médica e higiênica de Schreber

O homem, quando diligencia adquirir ou conservar a saúde por meio de sua atividade pessoal, tem muito maiores probabilidades de conseguir bons resultados, assim como dá prova de mais dignidade, do que quando, tendo perdido a saúde, espera recuperá-la pela ação simples dos recursos da natureza, ou com o auxílio dos remédios dos phamaceuticos.

D. G. M. Schreber

Daniel Gottlieb Moritz Schreber (1808-1861) era membro de uma família de burgueses, protestantes e cultos da Alemanha. Formou-se em medicina, área na qual obteve uma maior inserção no ramo da ortopedia. Dentre os cargos que ocupou ao longo de sua vida como médico, estão: a carreira de professor clínico da escola de medicina da Universidade de Leipzig e o posto de diretor do Instituto Ortopédico e Médico-ginástico da mesma cidade. Além de ortopedista Schreber também se dedicou à pedagogia. Em suas publicações apresentava interesse especial por problemas relativos à educação física, ginástica, medicina preventiva, higiene escolar e saúde pública (NIEDERLAND, 1981). Escreveu e publicou cerca de vinte livros dedicados tanto à ortopedia como à orientação educacional para crianças. Dedicava seu tempo não só à criação de aparatos para tratar de problemas ortopédicos, como também freqüentava um ginásio onde praticava exercícios físicos regularmente⁷.

Não temos conhecimento exato da data em que Schreber publicou seu compêndio de *Gymnastica* doméstica, médica e higiênica. A tradução portuguesa de

⁷ Para maiores informações a respeito da biografia de Daniel Gottlieb Moritz Schreber consultar também SCHREBER (2006).

Julio de Magalhães – a qual se refere o Ato de 1882 – que tivemos acesso encontra-se sem data. De acordo com as informações coletadas da cópia microfilmada deste exemplar, sabemos que esta tradução foi decorrente da 13ª edição alemã. Apenas de posse destas informações é possível perceber que se trata de uma obra de bastante circulação. Segundo anotações cedidas por Fernanda Paiva, “a Biblioteca Nacional também possui uma versão francesa desse livro. O exemplar francês é de 1879, na sua 4ª edição, por sua vez traduzida da 15ª edição alemã”. Sendo assim, a partir dos dados que conseguimos levantar sabemos que o compêndio de Schreber circulou, além da Alemanha, em países como Portugal, Brasil e também na França.

Destinado a um público bastante heterogêneo, o livro continha exercícios corporais esquematizados pelo autor para uso tanto dos próprios médicos, quanto de homens, mulheres, crianças dos dois sexos e “velhos” de mais de sessenta anos. Escrita de forma clara, com uma linguagem acessível, a obra apresentava prescrições de exercícios direcionadas a pessoas sedentárias, com problemas de saúde, em desenvolvimento – como é o caso das crianças – ou simplesmente com o intuito de promover a integridade física e preservar a saúde. Além destes, o manual também era indicado aos que tinham de cumprir quaisquer deveres de educação, quais sejam: os pais e os professores. Neste caso, os exemplares poderiam ser utilizados tanto de maneira individual como coletiva e os exercícios realizados tanto em casa como nas escolas.

Para iniciar a análise do conteúdo presente no compêndio de Schreber optamos por começar pelo contexto de produção do mesmo. Neste sentido, vamos ao encontro de observações como as apresentadas por CHOPPIN (2004) ao considerar que juntamente com a proposição e a elaboração de um manual didático, os autores se debruçam sobre uma certa problemática que os incomoda, ou seja, “os autores de livros didáticos não são simples espectadores de seu tempo: eles reivindicam um outro status, o de agente” (p. 557).

Que outra problemática poderíamos esperar de um médico que não fosse algo relacionado à saúde das pessoas? Neste caso, não era somente esta a questão abordada por Schreber em seu livro. Além disso, o autor estava preocupado mais precisamente

com os determinantes sociais que fizeram com que as pessoas apresentassem um certo descaso no tratamento dado à saúde do corpo. Partindo do pressuposto de que o homem é constituído tanto de uma força material como de outra espiritual, o ortopedista alemão acreditava que também era da natureza humana manter em estado de atividade estas duas forças: uma eminentemente corporal e a outra representada pelo desenvolvimento da cultura por meio do exercício intelectual humano. Segundo ele, “A falta de proporção das exigências da vida do espírito e da posição social com as necessidades da vida corporal manifesta-se em muito grande numero de individuos de um modo que dia a dia se torna mais evidente” (p. 10). Neste sentido, ele atribuiu este desequilíbrio entre as forças ao estilo de vida levado pelas pessoas na época. Podemos visualizar denúncias como esta a partir de fragmentos extraídos da obra como os que destacamos a seguir:

Muitas pessoas, desempenhando apenas uma das duas obrigações que a vida lhes impõe, concentram todos os seus esforços no desenvolvimento da actividade do espirito, e desprezam as exigências da porção de sua natureza, que é constituída pelo corpo: esta falta anda indubitavelmente ligada aos progressos da civilisação, e ao requinte das relações sociaes, sem que todavia deva ser considerada consequencia immediata e forçada d’essas circumstancias (p. 8).

Com effeito, e em consequencia dos constantes progressos da civilisação, as exigências do desenvolvimento e da actividade do nosso espirito augmentam cada vez mais, e reclamam portanto muito tempo, muita attenção, e por assim dizer a totalidade de nossos esforços. E por isso ao maior numero de individuos falta, não só a vontade, como também o tempo necessario para, alem das occupações da sua tarefa diaria e habitual, dar uma caminhada de muitas horas, a qual de mais a mais não teria um fim determinado e immediatamente vantajoso (p. 10).

Diante disso, Schreber criou um sistema de *gymnastica* simples, o qual batizou de *gymnastica* alemã. Trata-se de um sistema de movimentos corporais medidos pelo autor e fáceis de executar em quaisquer circunstâncias. “Procurou-se pois, no intuito de se restabelecer o necessario equilibrio, organizar um processo methodico, convenientemente graduado, e por assim dizer artificial” (p. 10 e 11).

Segundo o ortopedista, o homem forte e robusto era aquele que não se deixava enfraquecer pela falta de atividade, tampouco esgotava suas energias por meio de um trabalho excessivo. A atividade a qual o autor se referia consistia em exercitar os músculos do corpo. Prática tida como o primeiro e principal meio de evitar a

“corrosão” do organismo. Tais perspectivas decorrem da crença de que a melhor maneira de prevenir e tratar determinados problemas de saúde seria por meio do uso das forças do próprio corpo – através da realização de exercícios físicos cientificamente calculados e bem definidos – procedimento este considerado pelo autor como “o verdadeiro e mais valioso triunfo da therapeutica” (p. 2).

Todavia, é importante destacar que a situação de progresso em que se encontrava a Alemanha era completamente diferente do contexto paranaense.

O Paraná, última província criada pelo império, tem como aspecto distinto de sua história a produção de erva mate. De acordo com VICTOR (1913), a erva mate era reconhecida como a “folha de ouro” dos paranaenses, assim como o café foi considerado como o “grão de ouro” dos paulistas. Além da exploração do mate, os paranaenses também se beneficiaram da extração e exportação de madeira e exerciam uma atividade eminentemente agrícola. Nas primeiras décadas após a criação da província, devido à dificuldade de comunicação e transporte, a agricultura existente encontrava-se em alguns pontos muito atrasada. As primeiras estradas de ferro começaram a aparecer no final do século XIX. No ano de 1900 habitavam o estado cerca de 331.509 pessoas, terminando a primeira década do século XX com aproximadamente 600.000 habitantes.

Desde que conquistou a independência e se desvinculou da província de São Paulo, o Paraná tem como capital a cidade de Curitiba. Em 1889 a capital paranaense contava com 12.000 habitantes no quadro urbano e 20.000 em todo o município. População esta que atingiu em 1905 a cifra de 53.928 habitantes. Além dos nativos, a cidade foi colonizada por imigrantes alemães – se estabeleceram no comércio trabalhando no quadro urbano como “cervejeiros, ferreiros, carpinteiros, salsicheiros, ferradores, constructores de carros, estalajadeiros, padeiros, açougueiros etc.” (p. 100) – seguidos por poloneses, ucranianos, italianos, entre outros, cuja maioria eram lavradores. Como pudemos perceber, exceto os alemães e os italianos, a outra parcela de imigrantes que habitaram terras paranaenses eram procedentes do leste europeu. A vida dos Curitibanos daquela época ainda era “bem insípida e parada, bem estrictamente provinciana” (p. 110). A paisagem de Curitiba no final dos oitocentos e

início dos novecentos era marcada pelos vastos campos pouco acidentados onde podia-se avistar os pomares e parreirais. Associado às inúmeras chácaras estava o comércio, acompanhado de uma atividade industrial ainda incipiente.

Segundo Nestor Victor, no que diz respeito à vida intelectual esta “era muito limitada e muito pobre” (p. 111). Desconhecia-se a venda avulsa de jornais – a maioria era destinada aos assinantes destes periódicos – demonstrando que a leitura não era um hábito de uma parte significativa dos cidadãos que habitavam a região. No final do século XIX, “publicavam-se tres ou quatro folhas semanaes na Capital. Mas ainda não se formara um nucleo consideravel de homens consagrados á vida do espirito propriamente dita” (p. 111)⁸. Em vista disso, como explicar uma preocupação com o excesso de atenção dedicada à atividade intelectual em detrimento do desenvolvimento do corpo em um estado cujo cultivo do espírito não era predominante? Sabemos que a falta de exercício do corpo definitivamente não fazia parte do cotidiano da maioria dos paranaenses. Sabemos também que quando o estado adota o livro didático como oficial significa que ele adere às concepções ideológicas estabelecidas no mesmo (CHOPPIN, 2000). Sendo assim, como explicar a implantação da *gymnastica* como prática escolar obrigatória, de acordo com os preceitos veiculados no compêndio de Schreber mandado adotar nas escolas do sexo masculino em 1882?

Na tentativa de responder tais questionamentos é preciso levar em consideração que os políticos procuravam pensar no Paraná do futuro. Por mais que o estado ainda não apresentasse um quadro acentuado de sedentarismo, provavelmente os dirigentes do ensino estavam preocupados com a possibilidade dos paranaenses também sofrerem do mesmo mal diagnosticado pelo ortopedista alemão. Sendo assim, trataram de colocar a *gymnastica* como prática obrigatória nas escolas, ou seja, para que desde cedo os cidadãos do futuro pudessem incorporar o hábito de cuidar não só do espírito, mas também do corpo. Com a aplicação desta no ensino primário, eles poderiam esperar que a nova geração crescesse ciente de como cuidar do próprio corpo. Desta maneira, antes de dar prosseguimento ao ideal de progresso a partir do aprimoramento

⁸ Sobre a atividade intelectual de alguns paranaenses no início do século XX, mais precisamente de um pequeno grupo identificado pela freqüente publicação de artigos em um periódico relacionado às questões afeitas à instrução pública paranaense, ver MARACH (2007).

do espírito, os meninos deveriam dedicar um tempo para a prática de exercícios físicos mesmo que por meio de métodos artificiais.

Considerando que a responsabilidade de administrar o espaço público e pensar as questões sociais estava direcionada apenas ao sexo masculino, acreditamos ser este um dos motivos da prescrição dos exercícios corporais somente para os meninos. Com efeito, seriam eles que iriam substituir os governantes, ocupar os cargos públicos e zelar pelo futuro do Paraná. Para isso deveriam ser formados aptos a apresentar um espírito esclarecido dentro de um corpo forte e saudável. Com o olhar fito no progresso era preciso imaginar que este número de indivíduos cresceria com o passar dos anos. Em vista disso, apenas aos homens dever-se-ia esperar um equilíbrio entre a atividade do espírito e o desenvolvimento do corpo.

A partir das considerações de Schreber, podemos perceber que a atenção dedicada em estudos referentes à aplicação da *gymnastica* esteve diretamente relacionada com a crença de ser da natureza humana, a necessidade de manter em constante desenvolvimento a atividade do corpo. Para ele, “tal é a origem da *gymnastica* actual, que não é mais do que um exercício muscular baseado no desenvolvimento natural do corpo e na conservação da saúde” (p. 12).

Constatou-se também que havia diferenças no uso destes exercícios de acordo com o objetivo que se pretendia extrair deles. O autor denominou como *gymnastica* terapêutica o conjunto dos meios empregados “para remediar certas e determinadas imperfeições e doenças do organismo” (p. 13). Para fazer uso deste tipo de tratamento era necessário o auxílio e a supervisão de um médico. Já os exercícios corporais voltados para a prevenção contra estas doenças e imperfeições compunham a então denominada *gymnastica* higiênica. Esta, por sua vez, estando de acordo com alguns procedimentos metodológicos tidos como essenciais – conforme veremos adiante – poderia ser executada por qualquer um, em qualquer lugar e a qualquer hora do dia. “A ligação d’estes dois ramos diferentes da *gymnastica* forma a chamada *gymnastica medica*” (p. 13).

Apesar de apresentar no compêndio alguns exercícios e prescrições de cunho terapêutico, o objetivo no qual o ortopedista de Leipzig se deteve foi expor ao leitor a

descrição e a aplicação da *gymnastica* domestica, ou seja, entendendo-a como um “plano determinado de movimentos das articulações, que [pudessem] ser executados livremente, sem aparelhos ou qualquer outro auxilio estranho, e por consequencia de modo continuo, e em qualquer local” (p. 37). Em vista disso, nosso interesse encontra-se direcionado as prescrições voltadas mais à aplicação da *gymnastica* higiênica. Interesse este decorrente da perspectiva do autor de que prevenir é muito mais fácil do que curar. Segundo ele, “nosso corpo é nem mais nem menos do que uma propriedade confiada á nossa guarda, e aos nossos cuidados *previdentes*” (p. 33, grifos do original).

Pensando na aplicação da *gymnastica* nas escolas, a finalidade do ensino de mais este saber estava associada à necessidade de promover e preservar a saúde dos alunos. Cientes da importância dos exercícios *gymnasticos* e de como executá-los, estes poderiam desenvolver e conservar a força proveniente da atividade do corpo para manter em plena prosperidade a vida do espírito. Por meio dos movimentos buscava-se não só o desenvolvimento do corpo, mas, sobretudo, mantê-lo em constante atividade. Acreditava-se que a prática dos exercícios corporais apropriados a cada indivíduo tinha sua importância “para a cura de um infinito numero de affecções e de doenças, para o desenvolvimento do organismo, e para a conservação da saude e do vigor do corpo até idade avançada” (p. 39).

Na *gymnastica* doméstica, médica e higiênica de Schreber, os exercícios estão organizados numericamente perfazendo um total de quarenta e cinco. Encontram-se exercícios tanto para os membros superiores como para os inferiores. Ao todo foram registrados movimentos com a cabeça, com os ombros, com os braços, as mãos, as pernas e com o tronco. Através deles deveriam ser trabalhados a maioria dos músculos e das articulações. Cada exercício é acompanhado de informações a respeito de sua execução, quais efeitos cada um deles produz no organismo – “significação fisiológica essencial” (p. 39) – quais as indicações e contra-indicações de cada movimento, bem como quais as doenças e os problemas ortopédicos poderiam ser solucionados com a repetição dos mesmos.

Schreber prescreveu para cada exercício uma escala de repetição contendo três níveis: a primeira para os iniciantes, a segunda para aqueles que completavam duas

semanas de prática e a terceira para aqueles que já estava há oito semanas praticando a *gymnastica*. Atingido o último estágio da escala o indivíduo deveria manter a série de repetições. “As series de numeros acham-se estabelecidas como sendo proprias para um homem adulto, admittindo que existe n’elle uma intensidade media de força muscular” (p. 63). No caso da aplicação da *gymnastica* doméstica para as mulheres (com exceção de alguns exercícios), os idosos e as crianças, o autor recomendava a diminuição da intensidade dos exercícios pela metade. Quando o objetivo fosse trabalhar com fins terapêuticos poder-se-ia aumentar a intensidade dos exercícios correspondentes à região afetada. Nestes casos, era necessário diminuir a intensidade daqueles considerados menos importantes.

Após a descrição de cada um dos movimentos Schreber apresentou algumas prescrições contendo uma seleção dos exercícios convenientes para a solução de casos específicos. Dentre estas prescrições interessa-nos mais especificamente a décima, cuja série foi construída “para auxiliar o desenvolvimento normal de todo o corpo, e completar esse desenvolvimento para as crianças dos dois sexos” (p. 149). É por meio da realização dos exercícios constantes nessa prescrição que os professores deveriam realizar o ensino da *gymnastica*. A série de exercícios que compõem a décima prescrição encontra-se relacionada no quadro a seguir. As figuras correspondentes a cada exercício estão organizadas por ordem numérica (crescente) e localizadas em seguida do quadro.

QUADRO 1

DECIMA PRESCRIÇÃO

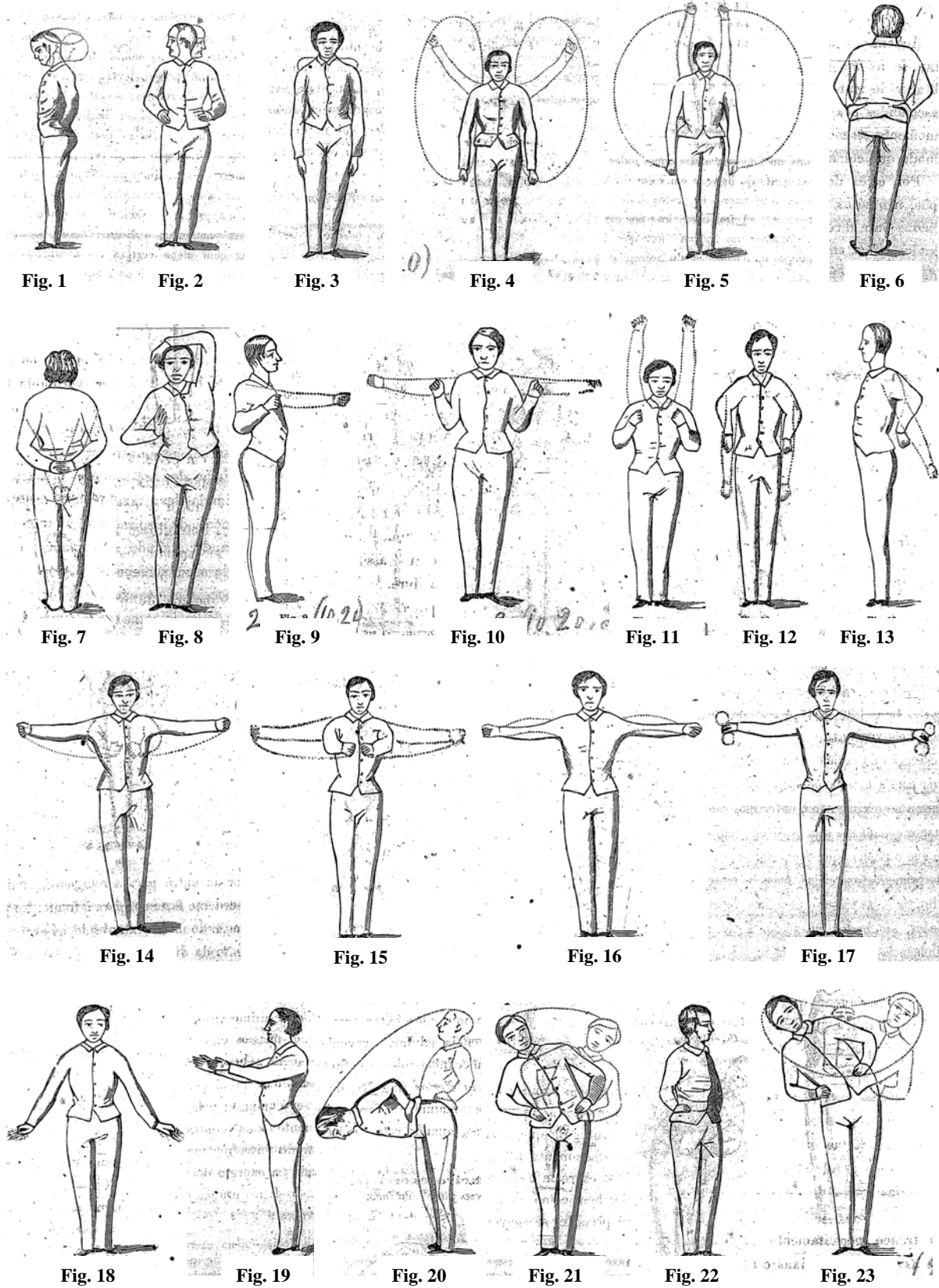
Para auxiliar o desenvolvimento normal de todo o corpo e completar esse desenvolvimento nas crianças dos dois sexos.

Descrição	Número do Exercício	Escala Repetição*
Movimento circular com a cabeça	1	5,10,15
Voltar a cabeça para cada um dos lados	2	3,4,5
Movimento circular com os braços	4	4,6,10
Elevar lateralmente os braços	5	5,10,15
Aproximar os cotovelos por detrás	6	4,6,8
Juntar as mãos atrás das costas	7	4,6,8
Estender o braço para a frente	9	5,10,15
Estender os braços para os lados	10	5,10,15
Estender os braços para cima	11	2,4,6
Estender os braços para baixo	12	5,10,15
Estender os braços para traz	13	3,5,8
Executar um movimento circular com as pernas	25	2,3,4
Elevar as pernas lateralmente**	26	3,5,8
Aproximar os braços horizontalmente um do outro	14	4,6,8
Afastar os braços horizontalmente um do outro	15	4,6,8
Curvar o corpo para a frente e para a retaguarda	20	5,10,15
Inclinar o corpo lateralmente	21	10,15,20
Fazer rodar sobre si os braços	16	15,20,25
Descrever uma espécie de oito com as mãos	17	10,15,20
Dobrar e estender os dedos	18	6,8,10
Fazer rodar as pernas sobre si	27	10,15,20
Aproximar as pernas uma da outra	28	2,3,4
Voltar o tronco	22	5,10,15
Estender para deante e dobrar os joelhos	29	3,4,5
Dobrar e estender para traz os joelhos	30	5,6,8
Estender e curvar os pés	31	10,15,20
Elevar os joelhos**	32	2,4,6
Erguer o tronco	24	2,4,6
Executar um movimento analogo ao de ceifar	39	4,8,12
Executar um movimento analogo ao de rachar lenha**	40	3,6,10
Acocorar-se	33	4,8,12
Passar uma bengala por sobre a cabeça	34	2,6,8
Caminhar com uma bengala passada transversalmente entre as costas e as curvas dos cotovellos.	35	durante 5,8,10 minutos.

* Os números já estão adequados ao público infantil e equivalem, respectivamente, a: alunos iniciantes, alunos com duas semanas de prática e alunos com oito semanas de prática ininterrupta.

** Deve ser suprimido para o sexo feminino.

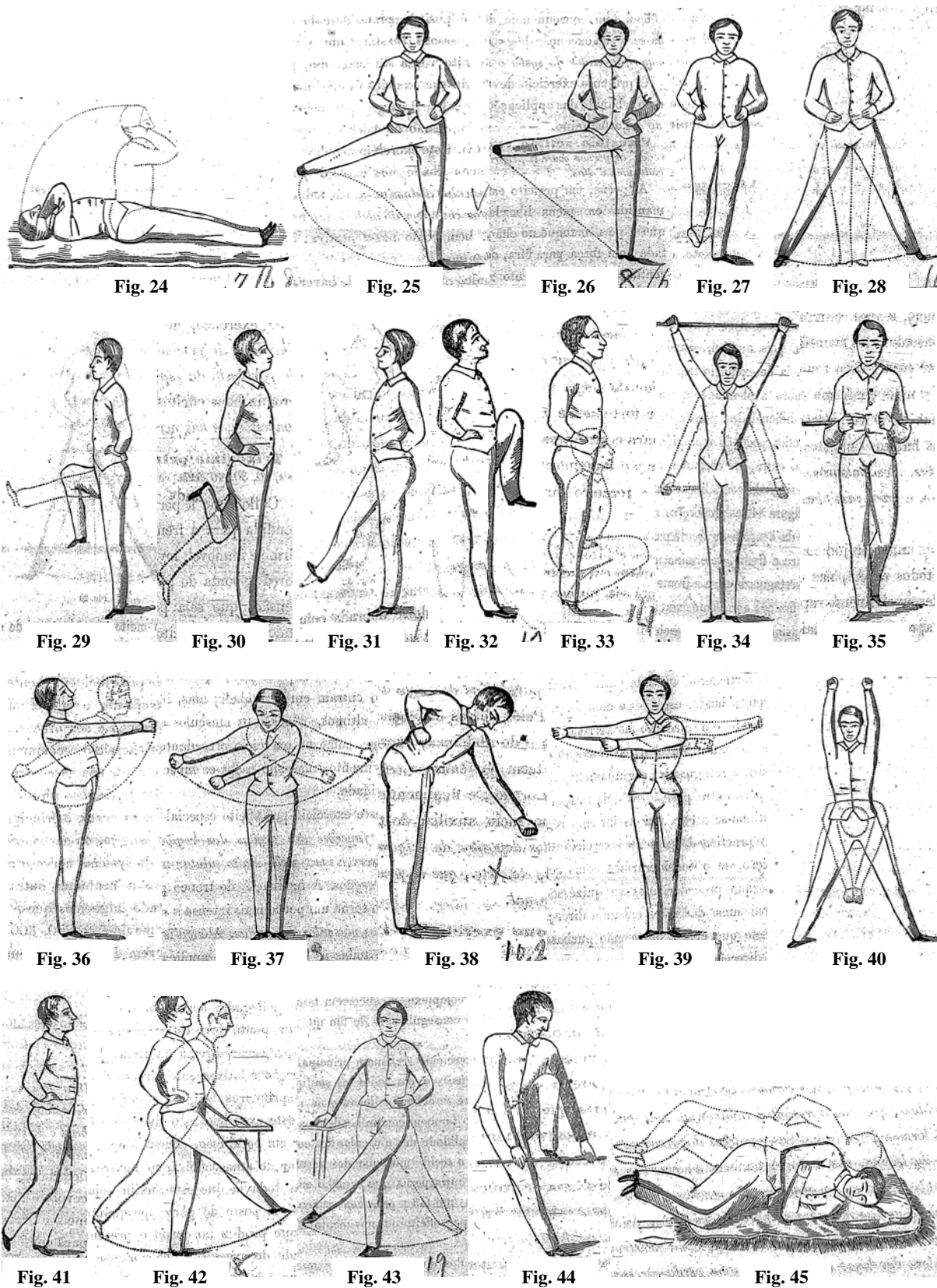
Fonte: Compêndio de “Gymnastica domestica, medica e hygienica” de D. G. M. Schreber, versão portuguesa de Júlio de Magalhães, Lisboa, s/d.



Relação das figuras demonstrando todos os exercícios prescritos por Schreber.

Nota: cada figura representa o exercício de número correspondente.

Fonte: Compêndio de "Gymnastica domestica, medica e hygienica" de D. G. M. Schreber, versão portuguesa de Júlio de Magalhães, Lisboa, s/d.



Relação das figuras demonstrando todos os exercícios prescritos por Schreber.

Nota: cada figura representa o exercício de número correspondente.

Fonte: Compêndio de "Gymnastica domestica, medica e hygienica" de D. G. M. Schreber, versão portuguesa de Júlio de Magalhães, Lisboa, s/d.

A *gymnastica* doméstica aplicada às crianças era recomendada a partir dos quatro e cinco anos de idade. Schreber também defendia que o conjunto dos exercícios prescritos por ele em seu compêndio deveria ser realizado pelo menos duas vezes por semana, respeitando as necessidades individuais. Vale salientar que quando da obrigatoriedade da prática de *gymnastica* no Paraná, esta era para ser realizada três vezes por semana com a duração de até uma hora cada aula (Cf. as observações determinadas no Ato de 1882).

Nota-se que para as crianças foi destinada à realização de quase todos os exercícios, ou seja, dos 45 relacionados no livro foram suprimidos apenas 12. A série destinada às crianças era uma das mais completas entre as prescrições. Os exercícios deixados de fora apresentavam outras finalidades. Parte deles destinava-se mais para uso terapêutico, na correção de problemas mais específicos, do que para o desenvolvimento geral do corpo indispensável para a manutenção da saúde. No entanto, Schreber não expõem a forma como montou cada prescrição. Consta no manual apenas o objetivo almejado com cada uma delas e os exercícios correspondentes.

Na aplicação do método propriamente dito o professor deveria cuidar da organização das atividades fazendo com que, por meio de sua exposição, todos executassem os exercícios em conjunto, de maneira uniforme e ao mesmo tempo. Ele deveria dirigir os exercícios e se possível executá-los junto com os alunos. Caso isso não fosse possível, Schreber recomendava que os professores deveriam pelo menos dirigir e vigiar atentamente a realização dos exercícios. “Sem isto, a criança não toma por muito tempo a sério o exercício, cuja execução se torna ao cabo de algum tempo pouco cuidadosa, ou degenera em uma prática rotineira de movimentos sem utilidade” (p. 151). Segundo as recomendações do autor, “depende do tacto do professor ou director dos exercicios gymnasticos saber conservar sempre interessado e animado o espirito da creança, o que podera conseguir variando, combinando e multiplicando as formas do movimento” (p. 151). Juntamente com a organização dos exercícios, os professores também deveriam estar atentos aos erros que por ventura estivessem ocorrendo para que a partir deles pudesse realizar as correções necessárias.

Já as crianças deveriam repetir atentamente os exercícios observando o ritmo e intensidade das repetições. Precisavam atentar-se a maneira como deveriam realizar cada movimento para que cada uma das funções decorrentes da realização dos mesmos fosse alcançada. Através da prática reiterada da *gymnastica* doméstica os alunos deveriam ter conhecimento de todos os movimentos, assim como superar os limites e dificuldades provenientes da execução de cada um deles. Desta maneira, a participação dos alunos caracterizava-se pela reprodução dos exercícios e tarefas trazidas pelo professor.

Contudo, não era qualquer conteúdo ou de qualquer modo que os professores poderiam trabalhar. Schreber também chama a atenção sobre a importância e a necessidade de método. Segundo ele, “é evidente que não podemos obter o fim que temos em vista, executando a esmo quaisquer movimentos, e não submettendo a sua execução a leis definidas e determinadas” (p. 39). Para ministrar a *gymnastica* era preciso estar atento para uma série de questões levantadas pelo autor como, por exemplo: a função dos exercícios, a maneira de os executar, a duração de cada um deles e, principalmente, “a conveniencia individual da *natureza* e da *somma* dos movimentos” (p. 40, grifos do original).

Neste sentido, encontra-se no manual sucessivas observações enumeradas pelo autor contendo os procedimentos necessários para a prática dos exercícios, tais como:

- I. As diferentes formas de movimento, que vamos descrever, são em geral coordenadas de maneira a poderem adaptar-se *a todas as circunstancias, assim como a todas as condições de sexo e de idade*. Só a gravidez pode ser considerada como um estado geral de excepção, durante o qual, para de algum modo dar satisfação á necessidade de exercicio corporal, é muito mais conveniente recorrer a movimentos suaves, mas continuos, taes como por exemplo o passeiar, do que a quaisquer outros exercicios de uma grande intensidade de acção. Devemos tambem consignar aqui, embora pareça ociosa a recommendação, que os exercicios gymnasticos devem em geral ser absolutamente postos de parte em todos os estados inflammatorios e febris bem declarados.
- II. Uma vez começados, os exercicios gymnasticos devem *ser continuados com a mais firme perseverança*, sendo em todo o caso absolutamente necessario que a sua proporção seja augmentada, quando se julgue sufficiente a *somma* dos outros movimentos.
- III. A parte do dia, mais propria e conveniente para a execução dos exercicios gymnasticos, é *aquella que precede uma das refeições ordinarias de cada dia*, quer seja o almoço (refeição da manhã), quer o jantar (refeição do meio do dia), quer a ceia (refeição da noite); convem todavia dispôr as coisas de modo que medeie sempre, entre o fim do exercicio e a refeição, um intervallo pelo menos de um quarto de hora, a fim de que possa

acalmar-se a excitação dos musculos, a qual poderia exercer uma influencia nociva na digestão. O abdomen deve estar quanto possivel desembaraçado; e para isso deve aconselhar-se a conveniencia de *se satisfazer a necessidade, quando a haja, de evacuação dos excrementos e das ourinas antes de começar cada exercicio.*

- IV. O primeiro preparativo a fazer para o começo do exercicio deverá ser, *pôr de parte todas as porções do vestuario, que possam causar qualquer aperto, principalmente no pescoço, no peito e no ventre.*
- V. *Quando exista tendencia para fortes congestões das partes internas do corpo, para hemorragias, e para transformações organicas importantes das hernias intestinaes, (...), a escolha dos exercicios, assim como a maneira de os executar, devem ser determinadas unica e exclusivamente por um medico, conformando-se, com a mais escrupulosa exactidão, com a idiosyncrasia individual.*
- VI. *Se os movimentos respiratorios ou as pulsações do coração se accelerarem notavelmente por effeito de qualquer exercicio, é necessario, para continuar, esperar que serene a acceleração que se manifestara.*
- VII. Os intervallos de repouso entre cada phase de um exercicio devem ser utilizados, pelo menos quando não exista nem a mais pequena tendencia para tosse, na execução de *respirações profundas*, convenientemente reguladas, compostas de inspirações e de expirações, lentas, cheias, vigorosas, e *apresentando a maior extensão, que seja possivel*, isto é, formadas por inspirações que se aproximem do bocejo, e de expirações que determinem a mais completa expulsão do ar que serviu para a revivificação do sangue.
- VIII. Os exercicios devem ser executados *moderadamente*, sem precipitação, e com os convenientes intervallos de repouso, mas ao mesmo tempo *com vigor, com a plenitude da força de tensão dos musculos*, e quanto mais possivel em completa e absoluta harmonia com as indicações das figuras, assim como com as descrições que as acompanham. Devem ser principalmente evitados os movimentos hesitantes, angulares, spasmodicos. Todos elles devem ser *accentuados e plenos*, resultado este que de ordinario só a pouco e pouco se obtem pelo effeito do habito.
- IX. A realisação do resultado, que se deseja obter por meio dos exercicios gymnasticos, depende geralmente em todos os casos do maior ou menor grau de justeza da sua proporção. Todavia é evidente que esta proporção deve variar com relação a cada individuo; alem d'isto, deve ser sempre menor no começo, e seguidamente ser augmentada a pouco e pouco, e á medida que, por effeito da pratica, a execução dos exercicios gymnasticos se transforma em um verdadeiro habito. Com referencia a este ponto da questão, temos duas condições, que devem ser fiel e escrupulosamente observadas, a saber: 1a. *que o exercicio produza um tal ou qual cançasso momentaneo, o qual porem deverá desapparecer completamente durante o intervallo de repouso, que segue o exercicio;* 2a. *que d'esse exercicio não resulte qualquer dôr viva e persistente.* Devemos procurar sempre *proceder por transições bem graduadas, bem medidas, e manter-nos em perfeito equilibrio n'essa escala.* Uma relação bem proporcionada á idiosyncrasia individual entre os periodos de actividade e os periodos de repouso é em geral para todas as nossas forças a condição fundamental da prosperidade e florescencia do seu estado.
- X. Quando, depois de longa pratica dos exercicios musculares, se tornar supportavel e sobretudo oppotuno qualquer augmento na intensidade da actividade muscular, poderá tirar-se excellent resultado, principalmente em todos os exercicios dos braços, do uso em cada mão de um *haltère*. N'este ponto porém deve haver o maior cuidado em fugir ao excesso.
- XI. Poderemos tambem, durante a execução dos exercicios em casa, accrescentar-lhes, se quizermos, *o bom effeito do ar livre abrindo as janellas.* Para as pessoas affectadas de doenças de peito, é evidente que convem examinar previamente, se o estado do ar exterior na occasião do exercicio será ou não salutar. Em todos os casos porém haverá grande conveniencia em que seja *puro* o ar que se respira durante os exercicios.

XII. N'esta como em qualquer outra especialidade, resultará grandíssima vantagem da pratica de um regimen [alimentar] *simples e regular*, que todavia não chegue aos excessos de um *rigor pedantesco*, e principalmente de uma *alimentação não excitante*, isto é, que não se componha de *especiarias e bebidas excitantes*, e pelo contrario tenha em si tal ou qual caracter de sobriedade.

XIII. Em caso de indisposição, não deveremos ainda assim suspender os exercicios, que se acharem estabelecidos como regra habitual, senão *quando a sua execução exerça sobre o estado geral do nosso organismo uma acção prejudicial verdadeiramente notavel*. (p. 49-61, grifos do original).

Considerando que um dos objetivos do livro didático está relacionado à tentativa de desenvolver hábitos individuais no leitor (CHOPPIN, 2000), acreditamos também ser este o intuito de Schreber com a elaboração do seu compêndio. Não temos dúvida quanto à crença do autor na prática constante dos movimentos ginásticos como meio de promoção da saúde. Neste sentido, a realização freqüente destes exercícos por parte dos alunos poderia levá-los a adquirir o hábito de manter em constante desenvolvimento a atividade do corpo. Através das aulas de *gymnastica* pretendia-se trabalhar com os alunos uma série de exercícos corporais – aqueles prescritos no compêndio juntamente com suas possíveis variações e a criação de novos exercícos trazidos pelos professores – de maneira que eles pudessem proporcionar uma maior agilidade proveniente da liberdade articular dos movimentos. Ao praticar com certa freqüência os exercícos, as crianças teriam os mecanismos necessários para crescerem cada vez mais fortes, imponentes e, acima de tudo, saudáveis.

Sabendo que no estado do Paraná o ensino da *gymnastica* nas escolas primárias foi instituído a partir do sistema desenvolvido por Schreber, divergimos de SOARES (1995) sobre a inserção do método ou escola alemã no Brasil⁹. Segundo ela, “quanto às escolas primárias, o método alemão não foi considerado pelos brasileiros como o mais adequado. Rui Barbosa o combateu para as escolas, preferindo que as mesmas adotassem o método sueco” (p. 57). Independente das observações de Rui Barbosa sobre a educação física em nosso país, assim como o ortopedista alemão, os paranaenses possivelmente consideravam o método sueco “um meio termo de actividade, [que] consiste na maior parte dos casos, em complicados movimentos de

⁹ Nos referimos aqui às escolas de *gymnastica* ou movimento *gymnastico* surgido na Europa ao longo do século XIX e que influenciaram a *gymnastica* aplicada em outros países do globo. A respeito dos diferentes métodos *gymnasticos* ver MARINHO (s.d.).

resistencia, de pouca ou nenhuma utilidade resulta, e que só podem ser executados com o auxilio de pessoas estranhas, ou em atitudes forçadas e destituídos de movimentos” (p. 4). Na mesma direção, veja o que escreveu Domingos Nascimento: “a gymnastica sueca, bellissima no seu genero, impõe contudo a necessidade da aquisição de aparelhos especiaes, alguns dos quais custosos, como ainda exige a presença de auxiliares para certos movimentos. É mais uma gymnastica para casas de saude” (p. 14). Neste sentido, vale salientar que, de acordo com GINZBURG (1989), quando a documentação é insuficiente, ou ambígua, cabe ao historiador recorrer a expressões como talvez, pode ser, provavelmente e outras semelhantes.

A opção pela *gymnastica* doméstica, médica e higiênica de origem alemã apresentava uma série de vantagens para a educação física da mocidade. Além de promover o equilíbrio das forças vitais, os exercícios prescritos eram de fácil realização e, conforme alertava Schreber, possibilitavam a manutenção da saúde até idade avançada. Proporcionavam também força e agilidade por meio do fortalecimento dos músculos e das articulações. Entre os resultados esperados estava a possibilidade de viver com mais vigor, aptidão, perseverança, satisfação e resistência. Contudo, o compêndio de Schreber não foi o único livro a fazer parte da trajetória da *gymnastica* no ensino público primário ofertado no estado do Paraná.

2. A *gymnastica* recomendada por Domingos Nascimento

Domingos Virgilio do Nascimento nasceu em Guaraqueçaba, município de Paranaguá, em 31 de maio de 1862. Seus pais – Francisco Luis do Nascimento e Antônia Luiza do Nascimento – não dispunham de muitos recursos. Após concluir os estudos primários, Domingos resolveu seguir a carreira militar. Carreira esta na qual assentou praça em 21 de fevereiro de 1881 e obteve êxito, subindo até a patente de major. Segundo NICOLAS (1954, p. 201), após entrar para as forças armadas, “seguiu pouco tempo depois para Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Aí iniciou os estudos profissionais. Na hospitalidade da terra gaúcha filiou-se a um grupo de alunos republicanos. Fez-se adepto da nova doutrina política”. De volta ao Paraná, aos 32

anos elegeu-se deputado. Frequentou o congresso estadual durante três mandatos: no final do século XIX, biênios 1894-1895 e 1896-1897, e no início do século XX, biênio 1906-1907. Em todos os mandatos participou da comissão de instrução pública, catequese e civilização dos índios.

FIGURA 1

Domingos Nascimento



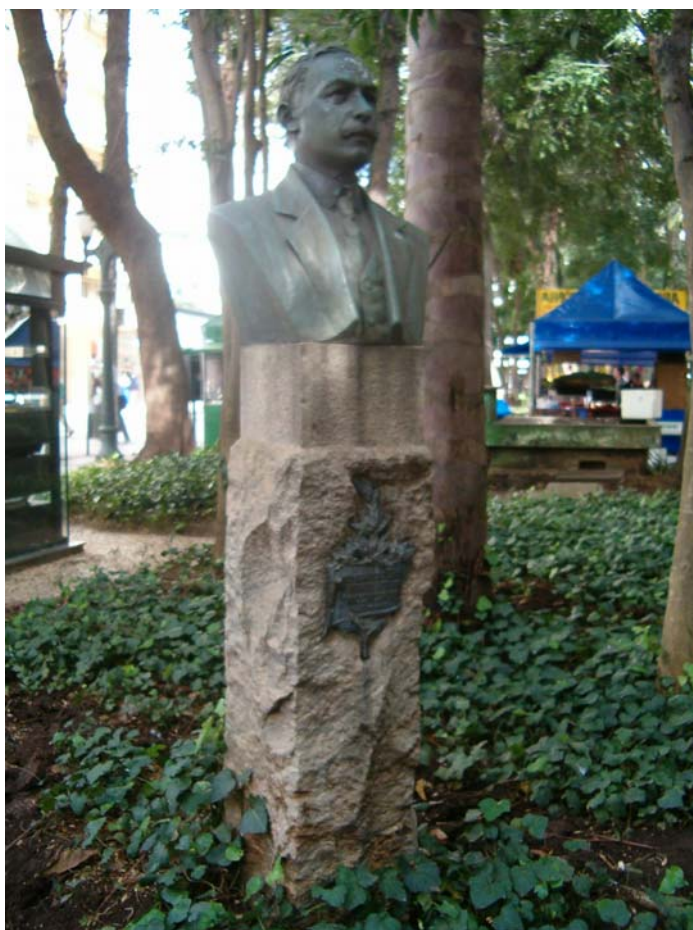
Fonte: Homem Forte – gymnastica domestica – natação – esgrima – tiro ao alvo. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1905.

Além da carreira militar e da vida parlamentar, Domingos Nascimento também se dedicou à literatura destacando-se na poesia. Escreveu: “Revoadas”; “Trenós e Arruídos” (poesias); “O Sul” (crítica política); “Em caserna” (contos militares); “Pela Fronteira” (descrição da viagem à Foz do Iguaçu); “Hulha branca” e “Flora têxtil”

(ambos sobre o Paraná). De acordo com COELHO (2002, p. 38), este dono de engenho¹⁰ também foi “poeta, jornalista e prosador de elevado merecimento”. Na capital paranaense fundou os jornais: “A Folha Nova”; “A Tarde”; “A Notícia” e redigiu o “Correio do Sul”. Paranaense de importância reconhecida faleceu em 30 de agosto de 1915. Em sua memória encontra-se esculpida uma herma na Praça Ozório em Curitiba.

FIGURA 2

Domingos Nascimento Herma localizada na Praça Osório em Curitiba



Fonte: Foto do autor, jun. 2007.

¹⁰ Segundo Nestor Victor (1913, p. 145 e 146), Domingos Nascimento foi responsável, juntamente com “outros dois distintos militares”, pela redução do mate em tabletes.

Exceto as incursões no campo da literatura e os trabalhos jornalísticos, no que diz respeito às questões referentes à instrução pública Domingos Nascimento se interessava por um ramo da pedagogia em especial, qual seja: o da educação física. Neste sentido, também produziu um livro intitulado “Homem Forte”. Esta publicação, impressa sob os auspícios de Vicente Machado, Governador do Paraná naquela ocasião, data de 1905. Segundo consta no prefácio da obra, assinado pelo próprio autor,

não é preciso grande esforço para demonstrar que no Brazil ainda não se cuidou seriamente de tal assumpto; si alguma tentativa fora feita nesse sentido, não me consta que ella se tivesse convertido em realidade, muito menos que a propaganda dos novos methodos de educação physica por acaso introduzidos tenha sido productiva (1905, p. 6).

Em vista disso, na tentativa de contribuir para o debate tendo em vista a situação em que descrevera a educação física brasileira – sobretudo o ensino da *gymnastica* – o então capitão de artilharia também procurou intervir nas práticas corporais realizadas nas escolas paranaenses. Em ofício encaminhado ao diretor geral da instrução pública – Arthur Pedreira de Cerqueira – em agosto de 1905, assim se manifestou Domingos Nascimento: “tenho a honra de apresentar a V. Ex.^a trez exemplares do meu livro de educação physica, intitulado – Homem Forte –, afim de que V.Ex.^a se digne de submettel-o ao juizo do Conselho de Instrucção, para dar parecer sobre a sua adopção nas escolas publicas do Estado”.

De acordo com a legislação que regulamentava o ensino primário no Paraná desde 1901, para que os livros didáticos pudessem ser adotados nas escolas era necessário que os mesmos fossem aprovados pelo governo, mediante proposta. Tais propostas deveriam partir da congregação presidida pelo diretor geral da instrução pública e composta pelos professores do Ginásio Paranaense e Escola Normal. Entre as funções desta congregação, estava a necessidade de prestar as informações e dar os pareceres que lhe fossem exigidos por autoridade superior. Segundo o art. 53, parágrafo único: “O Director Geral [nomearia] uma comissão de tres lentes para dar juízo critico sobre taes livros, antes de subirem á approvação do Governador do

Estado, a qual [apresentaria] parecer á Congregação, que o [discutiria]” (Cf. Regulamento da Instrução Pública de 1901, p. 96).

No entanto, não encontramos nenhuma resposta por parte da diretoria geral da instrução pública em relação ao ofício de Domingos Nascimento. Também não tivemos contato com nenhum parecer sobre a obra. Porém, examinando um relatório encaminhado à mesma diretoria em dezembro de 1908, de autoria da professora Elvira da Costa Faria Paraná – a qual diz reger uma cadeira na Capital, apesar de não identificá-la –, pudemos constatar a presença do livro em questão. Livro este, utilizado pela professora como manual para a realização do ensino de *gymnastica* na escola sob sua direção. Segundo Elvira Paraná, “para o desenvolvimento physico das crianças, tão necessario, adopto os 1ºs exercícos gymnasticos tirados do excellent livro Homem Forte, do Capitão Domingos do Nascimento. Além disso, fazem os meus alumnos todos os dias exercicios de marchas, evoluções e militares, etc”.

Propor que o estado avaliasse a obra e a implantasse como manual de *gymnastica* para o ensino primário possibilitaria que, pelo menos em algumas escolas, como pudemos perceber na cadeira da professora Elvira Paraná, os exercícos trabalhados com os alunos estivessem de acordo com as concepções nela defendidas. De posse do livro, os professores poderiam tomar conhecimento do conteúdo trabalhado pelo autor e das observações feitas pelo mesmo sobre a educação física das crianças. A partir da planta carregada de frutos desenhada na capa, era possível vislumbrar a tão propalada idéia da necessidade de cuidar dos alunos como quem cultiva uma espécie de vegetal. Esta idéia de cultivo ou atenção (de algo) nos remete aos primeiros usos ou a um dos sentidos básicos do termo cultura (WILLIAMS, 2001). Nota-se também a figura de um homem, que com seus músculos desenvolvidos demonstrava a relevância de se ter um corpo forte e saudável. O alvo que se encontra apontado para ele não está ali por acaso, e sim representa tanto a prática do tiro ao alvo, um dos conteúdos abordado pelo autor, quanto a mira do estado, da família e da sociedade, que dele também esperavam colher muitos frutos.

FIGURA 3
Capa do livro Homem Forte



Ao produzir o livro em questão, Domingos Nascimento estava preocupado com a forma como a *gymnastica* vinha sendo ministrada nas escolas. O problema central que o incomodava já há algum tempo – desde quando fora aluno da escola militar – referia-se aos métodos de ensino e aos conteúdos escolarizados. Esta é uma preocupação premente na história das disciplinas escolares. De acordo com CHERVEL (1990, p. 202), “é esse o componente que chama prioritariamente a atenção, pois é ele que a distingue de todas as modalidades não escolares de aprendizagem, as da família ou da sociedade”.

Segundo Domingos Nascimento,

Os exercicios evidentemente violentos, sem um methodo regular conseqüente da co-relação que deve existir entre as funções do corpo e do espirito, só podem trazer serios prejuizos aos que delles façam uso.

É assim que no Brazil o ensino da gymnastica ainda se acha apegado aos condemnaveis systemas de pretender-se transformar os indivíduos em verdadeiros acrobatas e atletas, deformando o corpo e desequilibrando o espirito, sem attender-se que a educação physica propriamente dita deve ser comprehendida antes como um complemento da educação intellectual e moral e como um agente hygienico e poderoso do afeiteioamento da especie, do que como elemento de formação de homens exclusivamente robustos, muitas vezes disformes, quando não escravos da vontade intelligente de outrem pela sua inferioridade cerebral.

Não assim têm comprehendido os modernos investigadores do magno problema da educação humana. Para estes, por exemplo, estão postos de lado, como inuteis e ruinosos á saúde da mocidade, as parallelas, as barras fixas, as argolas, os trapézios, os saltos duplos, etc, da antiga gymnastica, causas muitas vezes de accidentes fataes, como: rupturas musculares, hérnias, deslocamentos, torceduras, fracturas, hydartroses, etc, etc (p. 7).

A *gymnastica* acrobática na qual o autor se referia não estava preocupada com os efeitos de cada movimento no organismo de quem a praticava. Os exercícios aplicados assim como os objetivos almejados também não estavam de acordo com os novos preceitos defendidos pelos estudos de higiene. Ao contrário, representavam a ausência de método em uma atividade que não era nem um pouco racional, vista pelo autor como velha e ultrapassada. Para ele, a maneira como os exercícios eram aplicados e os resultados que eram esperados distorcia inclusive a finalidade da própria educação física. Através dos movimentos exigidos nos diferentes aparelhos, as aulas serviam muito mais para a educação atlética do que para o aperfeiçoamento do corpo. Direcionadas para a formação de verdadeiros ginastas, privilegiava-se mais a

participação de “individuos destinados á cultura excessiva de certas qualidades *physicas innatas*” (p. 8).

Porém, apesar da crítica de Domingos Nascimento à prática de *gymnastica* por meio de aparelhos, uma das dificuldades da realização desta no ensino primário estava relacionada justamente à inexistência dos aparelhos necessários para este fim nas escolas públicas em todo o estado do Paraná. Alegando a falta de recursos, nada era feito por parte dos governantes para solucionar este problema. Em alguns casos, como o da escola regida pelo professor Ernesto Boese, boa parte dos móveis e demais utensílios eram adquiridos e pagos pelos próprios professores. Segundo Boese, além da aquisição de “varios aparelhos para os exercicios gymnasticos, mandei cercar uma praça (...) para estes exercicios que concedi a mocidade da minha aula” (cf. relatório encaminhado ao Diretor Geral da Instrução Pública – João Manoel da Cunha – em 15/09/1883). Apesar de encontrarmos relatos da presença de aparelhos de *gymnastica* em algumas escolas, esta não era a realidade de toda a instrução pública primária paranaense.

A falta de recursos na qual passava o estado e, por que não, os próprios professores, para estruturar as escolas pode ser observada no relatório do então Secretário dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, Antonio Augusto de Carvalho Chaves. Para ele, a situação da educação no Paraná não é das melhores principalmente nas escolas do interior, que “ainda se encontram em estado muito primitivo”. Ao criticar a má orientação dos professores na aplicação dos métodos de ensino, o secretário reconhece

que lhes fallecem em parte os meios de empregar para melhoria d’esses methodos como construcções escolares especiaes, mobílias e aparelhos adequados, inclusive destinados á *gymnastica prophylatica*, etc, mas não é menos certo que pouco ou quasi nada têm elles concorrido para obviar esses inconvenientes. (cf. relatório encaminhado ao governador em 1896).

Nota-se no relatório de Carvalho Chaves que, mesmo com o uso de aparelhos, a prática de *gymnastica* era vista como medida preventiva para a preservação da saúde

da população. Através da inserção de mais este saber, os políticos sabiam que poderiam utilizá-la como recurso para prevenir e evitar doenças.

Outro exemplo da carência de materiais pudemos constatar na 1ª cadeira para o sexo masculino da cidade de Antonina. Associado ao reconhecimento dos dirigentes do ensino em relação a esta privação estava a cobrança por parte dos professores. Em ofício enviado ao Inspetor Escolar, o professor Francisco Tavares da Rosa encaminhou a relação solicitada da mobília e demais materiais existentes em sua escola. De acordo com a listagem, lá encontravam-se disponíveis: “15 carteiras de 2 assentos, 2 bancas longas, 2 cabides, 2 quadros negros, 1 meza e estrado”. De propriedade do professor, existiam: “3 mappas – planifério – Brasil – Paraná, 1 compasso”. Já na relação de materiais que, segundo ele, era composta “d’aquelles cuja aquisição reputo indispensavel”, continham: “1 talha para água, 1 mappa d’America, 1 mappa d’Europa, 1 globo para ensino pratico de Geographia, 10 carteiras, 1 cadeira, Regua, esquadro, transferidor, té, etc. Apparelhos para Gymnastica”.

Com efeito, entre as precauções necessárias para que a *gymnastica* pudesse ser realizada nas escolas estava não só a aquisição dos aparelhos, mas também a disponibilidade de espaço para alocá-los. A partir dos fragmentos acima expostos é possível perceber as intenções dos políticos sendo submetidas às circunstâncias das escolas ou, em outras palavras, a necessidade de confrontar as possíveis divergências existentes entre o currículo prescrito e o efetivado (GOODSON, 1995).

Insatisfeito com “esses exercicios violentos e inuteis, quando não nocivos á saude, com tanta pertinácia e obscuridade empregados em nossas escolas” (p. 9 e 10), Domingos Nascimento buscou estabelecer um método de ensino “rasoavel e compativel com o meio” (p. 6). Conforme ele afirmava,

não se cuidou ainda, no Brazil, que me conste, de *modificar o systema de educação physica*, pondo de lado esses *instrumentos de deformação* para substituil-os por exercicios compatíveis com as funções da natureza humana, encarando-a pelo lado hygienico e do equilibrio das forças vitaes (sem grifos no original, p. 11).

Conseqüentemente, o método adotado por ele foi justamente o sistema de *gymnastica* alemão desenvolvido por Schreber. Apesar de fazer menção ao método

sueco, o capitão paranaense resolveu adotar as séries de movimentos prescritas pelo ortopedista alemão em detrimento da *gymnastica* sueca pelos mesmos motivos que este, ou seja, a necessidade da aquisição de aparelhos e do auxílio de terceiros. A opção pelo método alemão fica evidente no próprio texto do autor. Ao elogiar e sintetizar a obra alemã, Domingos Nascimento fez pequenas modificações sem, com isso, comprometer o conteúdo original. Entre tais modificações estão: mudança na ordem de alguns exercícios e divisão dos mesmos em pequenas lições.

Diante da escolha do capitão, será que ele ficou sabendo da implantação da *gymnastica* como prática escolar obrigatória no estado do Paraná a mais de 20 anos antes da publicação do seu livro? Será que ele tinha conhecimento que naquela ocasião o compêndio de Schreber também foi adotado e difundido por toda a província? Não temos como precisar quando e como Domingos Nascimento teve o primeiro contato com esta obra. Sabemos apenas que no início dos anos oitenta do século XIX ele foi para Porto Alegre freqüentar a escola militar. Instituição na qual recebeu a educação atlética que criticou. Entretanto, como veremos adiante, a *gymnastica* só irá aparecer no rol das disciplinas referentes ao ensino primário paranaense, sem contar com o Ato assinado em 1882, no regulamento de 1895. Desta vez não conseguimos identificar qual o método empregado.

Apesar de combater veementemente a educação atlética, Domingos Nascimento acreditava que o esporte poderia ser considerado como parte da educação física, bem como ser ensinado nas escolas. No entanto, ao defender tais atividades o autor era contra qualquer abuso ou especialização. Para ele o esporte estava associado à prática de “exercícios dos musculos com o fim hygienico” e, assim como a *gymnastica*, também exigia a racionalidade na aplicação dos exercícios destacando sempre as funções dos movimentos em relação ao organismo das pessoas. Ao tratar deste assunto em seu livro o militar paranaense recorre a Roblot e define o esporte como “todo o trabalho imposto ao aparelho locomotor para um fim hygienico e de diversão” (p. 7). Entre as atividades relacionadas no texto encontram-se: “a marcha, a corrida, o salto, a esgrima, a natação, a velocipedia, o exercicio de remar, a patinagem, a equitação, o canto e a dança” (p. 7).

Além da falta de método e da crítica à educação atlética, outras questões animaram o paranaense a escrever seu livro sobre educação física. Questões estas incorporadas e destacadas pelo autor a partir do contato que tivera com a obra do ortopedista de Leipzig. O primeiro problema decorre da fadiga provocada nas crianças em virtude das sucessivas horas de estudos ininterruptos. Procedimentos como este prejudicavam significativamente a educação física e exigiam a necessidade de um momento para amenizar as longas horas de trabalho que a rotina escolar impunha. Forçar as crianças durante muito tempo sem proporcioná-las um intervalo sequer, feria uma das questões mais caras a um médico ortopedista, qual seja: os problemas de coluna gerados por uma postura incorreta e viciada. Segundo o depoimento de Schreber, reiterado pelo militar brasileiro,

Não devo deixar de dar aos preceptores da mocidade um conselho que se me afigura de summa importancia debaixo do ponto de vista medico. A consideração da attitude, do desenvolvimento do corpo e da saude geral das creanças, a que é de TÃO RIGOROSA NECESSIDADE attender nos estabelecimentos de instrucção de nossa epoca, conduz-nos com effeito á seguinte regra positiva: NENHUMA CREANÇA DEVE PERMANECER ASSENTADA MAIS DE DUAS HORAS. O habito de forçar as creanças a estar na posição de assentadas de um modo continuo e sem interrupção, e até as vezes sem que se lhes permitta mover um pouco o corpo, chegando as costas a fatigar-se, por se acharem durante muito tempo curvadas, é, nas creanças, uma das mais manifestas e freqüentes causas dos vicios de conformação que apresentam na columna vertebral e na pelvis, e por consequência pode exercer uma influencia verdadeiramente perniciosa no futuro das creanças do sexo feminino (destaques do original, p. 62 e 63).

Atender a postura dos educando era fundamental para o desenvolvimento de corpos apumados, mas não o suficiente. Para desenvolver os músculos das costas, tão necessários para a sustentação da coluna, era indispensável a realização dos exercícios corporais. Não é por acaso que a necessidade do intervalo, bastante reivindicado pelos médicos, estava diretamente relacionado com a inserção da *gymnastica* nas práticas escolares. Tais recomendações refletem a transição de um corpo inerte e apático que aos poucos ganha movimento dentro da escola. De acordo com VAGO (2002), “a preocupação com a fadiga escolar afetou a concepção e a distribuição do tempo e do trabalho escolar nas três primeiras décadas do século XX” (p. 237). Segundo ele, nos grupos escolares de Belo Horizonte, “a idéia de intercalar os “Exercicios Physicos” e o

Canto às demais disciplinas expõe uma preocupação de caráter higiênico, revelada na pretensão de proporcionar às crianças um descanso (relaxamento) dos trabalhos considerados intelectuais, realizados nas outras cadeiras, em sala de aula (p. 235)”.

Associado ao cansaço físico estava o problema da fadiga intelectual, identificada, da mesma forma, pelo semblante das crianças. Como pudemos ver, exigir por muito tempo a atenção necessária para o acompanhamento dos demais conteúdos escolarizados também contribuía para a estafa mental dos estudantes. Para o Dr. Miguel Santiago¹¹ – delegado do Estado do Paraná no IV Congresso Médico das Nações Latino-Americanas, realizado no Rio de Janeiro em 1909 –

a fadiga e a surmenagem psychica e somatica dos escolares deve ser uma das maiores preocupações do medico escolar e do pedagogo.

A atenção voluntaria requer um esforço, avaliado para as crianças n’um espaço de tempo compreendido entre 30 e 40 minutos e durante o qual o organismo accelera as suas funções para manter o cerebro em condições de realizar o phenomeno psychico da compreensão ou assimilação intellectual. Findo o prazo estipulado a cellula nervosa soffre modificações em sua nutrição por accumulo de detricitos.

Sobrevem o phenomeno inhibitorio e subjectivo da fadiga. O trabalho realizado dahi por diante é todo reaccionario, manifestando-se no retardamento das pulsações e da respiração, nas modificações dos productos de excreção, no augmento de temperatura, no relaxamento dos musculos, sobretudo os do orgão da visão, com divergencia occular, dilatação da pupilla e achatamento do crystallino. A fadiga não sendo reparada dá lugar a surmenage dita escolar. O limite do esforço productivo do cerebro, isto é, o realiado até ao phenomeno da fadiga, é assumpto que tem occupado a atenção de diversos physiologistas, que em experiências successivas chegaram a conclusões mais ou menos positivas.

Por ellas vê-se quanto é reduzida a aptidão cerebral das creanças para a atenção voluntaria, capaz de produzir um trabalho util. Exceder d’esses limites é contribuir para os inconvenientes graves da surmenage, considerada sob o ponto de vista intellectual e physico. O estafamento intellectual pode trazer para os heredo-nervosos complicações serias, devidas a uma sollicitação congestiva e intensa do cerebro, e para os tarados da syphilis e da tuberculose, affecções nas meninges d’esse orgão. As deformações do esqueleto, resultantes de uma immobilidade prolongada, acompanham de perto os efeitos da surmenage escolar.

¹¹ Natural de Fortaleza, Miguel Severo Santiago formou-se em 1901 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e transferiu-se em seguida para Curitiba. Na capital paranaense atuou como médico legista onde iniciou, em 1904, a organização do Serviço de Identificação e Serviço Médico-Legal, sendo o seu primeiro diretor. A 19 de dezembro de 1912, no ato de instalação da Universidade do Paraná, foi empossado no lugar de lente catedrático de Noções de Microbiologia e de Higiene, dos cursos de Odontologia e Farmácia, não exercendo as citadas cátedras. Em abril de 1913 permutou a cadeira de Microbiologia com a de Anatomia Descritiva e Topográfica da Cabeça do 1º ano de Odontologia e, em outubro do mesmo ano, transferiu-se à cadeira de Anatomia Médico-Cirúrgica e Operações e Aparelhos do 3º ano do curso de Medicina e Cirurgia. Em 1917 o professor Santiago foi dispensado, por motivo de saúde, da regência da cadeira de Anatomia Descritiva, vindo a falecer em 1919, aos 43 anos (cf. COSTA, Iseu ; LIMA, Eduardo 1992, p. 44 e 45).

Para elucidar o problema da fadiga intelectual ou *surmenage* Miguel Santiago apresenta alguns resultados extraídos de uma pesquisa realizada por outro médico, Dr. Friedrich, a qual teve acesso. Segundo consta no relatório,

Friedrich ensaiou processos diversos para medir a atenção voluntaria e productivas dos collegiaes de idade de 10 annos na media, instituindo dictados, cálculos etc, sobre a classe ensaios collectivos – e sobre cada alumno – ensaios individuaes. Para não me tornar muito extenso, reproduzirei aqui os seus resultados sobre os ensaios collectivos de dictado:

Resultados Collectivos

- 1º Manhã (8 horas) antes dos estudos: 47 faltas.
- 2º Depois de uma hora de estudos (manhã): 70 faltas.
- 3º Depois de 2 horas de estudos com recreio de 8 minutos entre as duas horas: 122 faltas.
- 4º Depois de 2 horas de estudos sem recreio: 158 faltas.
- 5º Depois de 3 horas de estudos (manhã) com 2 recreios de 15 minutos cada um, entre o 1º e 2º e entre o 2º e 3º estudos: 112 faltas.
- 6º Depois de 3 horas de estudo com um só recreio de 15 minutos, entre a 2º e 3º hora: 172 faltas.
- 7º Depois de 3 horas de estudos sem recreio: 183 faltas.
- 8º A 2 horas da tarde antes dos estudos: 62 faltas (com 3 horas de ausencia da escola).
- 9º Depois de 1 hora de gymnastica (á tarde): 152 faltas.
- 10º Depois de 2 horas de estudo á tarde, com recreio de 15 minutos, entre as duas horas: 110 faltas.
- 11º Depois de duas horas de estudos a tarde sem recreio: 190 faltas.

A fadiga intellectual está perfeitamente demonstrada no quadro junto.

A atenção voluntaria, realisando trabalho útil, manifesta-se com maior intensidade nas primeiras horas de classe e em progressão decrescente depois das horas de repouso e dos recreios, quando esses não obrigam a excessos phisicos. O recreio exageradamente movimentado concorre para deprimir a atenção voluntaria pela consequencia de dupla fadiga. D’ahi se infere a necessidade de adaptar o tempo e a forma de recreio com a resistência organica dos alumnos.

A preocupação com a fadiga intelectual também proporcionou o surgimento do tempo reservado ao recreio das crianças. Momento do cotidiano escolar no qual a *gymnastica* também esteve presente. Nota-se mais uma vez que, de acordo com as observações dos médicos, não era qualquer atividade que poderia preencher o intervalo entre as aulas. Como vimos anteriormente, a intensidade e a natureza dos exercícios precisavam ser racionalizadas. Por outro lado, em meio a tantas recomendações, a atenção dedicada ao corpo dos meninos e das meninas que freqüentavam a escola passou a receber mais ênfase e destaque. Estamos nos referindo ao crescente

investimento que o mundo ocidental fez sobre a corporalidade¹² no processo de escolarização de massa. Neste sentido, também acreditamos ter sido esta “a dimensão formativa sobre a qual maiores investimentos foram feitos” (TABORDA DE OLIVEIRA 2005, p. 2). Tais investimentos decorrem da idéia de que para estabelecer o cultivo do espírito (educação intelectual), necessário se faz primeiro o desenvolvimento do corpo. Este foi o argumento sob o qual identificamos uma certa primazia da educação física na formação do sujeito. Para Schreber,

a elevação gradual, embora vagarosa, do nível da cultura do espirito reclama tambem, como condição fundamental de bom resultado dos seus progressos ultteriores, um grau de cultura corporal muito mais elevado, e consequente harmonico e equivalente ao grau de cultura do espirito. É evidente que, *para que as flores e fructos da arvore da vida do espirito possam adquirir força e vigor, é necessario que as raizes, de que brotam, se achem sempre em um estado de desenvolvimento regular e de conveniente energia.* Assim como o homem, quando chegou a um elevado grau de civilisação, não pode, comparado com o homem primitivo, limitar-se, como este, a receber directa e positivamente o alimento das mãos da natureza, nem confiar exclusivamente aos recursos d’essa natureza a satisfação de todas as suas necessidades, assim tambem não pode resignar-se a esperar do simples curso da vida o desenvolvimento sufficiente para o cumprimento das outras exigencias physicas. (p. 11, sem grifos no original).

Na busca incessante pelo progresso, o ortopedista de Leipsig alertava para a necessidade de não se descuidar do desenvolvimento do corpo. A importância dada à atividade corporal por parte do autor alemão também contribuiu para que Domingos Nascimento discorresse sobre o assunto e registrasse sua opinião. Para ele, o título do livro era a própria síntese do mesmo, ou seja, representava os fundamentos sob os quais o produziu. Por homem forte o paranaense associava “um estado de energia e de virilidade capazes de predispor o homem para enfrentar obstinadamente o *struggle for life*, sem desfallecimentos nem irresoluções” (p. 13). De nada adiantaria o conhecimento se ele estivesse alojado em um corpo fragilizado. De nada adiantaria a inteligência humana se a humanidade não tivesse força para enfrentar as vicissitudes da vida.

¹² Acerca do conceito aqui utilizado de corporalidade ver Taborda de Oliveira (1999): “Ao conjunto de práticas corporais do homem, sua expressão criativa, seu reconhecimento consciente e sua possibilidade de comunhão e interação na busca da humanização das relações dos homens entre si e com a natureza estamos chamando de *corporalidade*. A corporalidade se consubstancia na prática social a partir das relações de linguagem, poder e trabalho, estruturantes da sociedade” (p. 40).

Desta maneira, a *gymnastica* doméstica, médica e higiênica desenvolvida por Schreber influenciou não só o trabalho de Domingos Nascimento, mas também o encaminhamento dos cuidados com a atividade do corpo na instrução pública do Paraná. A partir do contato com o compêndio alemão, os dirigentes do ensino atentaram para a importância da educação física e a *gymnastica* foi instituída no ensino primário ofertado pelo estado, assim como os professores puderam se apropriar destes conhecimentos para ministrar mais este conteúdo escolarizado.

Apesar disso, como a *gymnastica* aparece nos demais documentos que regulamentaram a instrução pública do estado nos anos seguintes à sua implantação? Para explicar um pouco desta trajetória trabalhamos com uma série de outros documentos. Em vista disso, formulamos um quadro para maior visualização e análise.

QUADRO 2
Organização da *gymnastica* no ensino público primário
Estado do Paraná

DOCUMENTO	ANO	DENOMINAÇÃO	CONTEÚDO
Ato de instituição do ensino de <i>Gymnastica</i>	1882	<i>Gymnastica</i>	Exercícios de acordo com o método de Schreber relacionados no compêndio de “ <i>Gymnastica domestica, medica e hygienica</i> ” de autoria do referido professor.
Regulamento da Instrução Pública	1890	não consta	não consta
Regulamento da Instrução Pública	1895	<i>gymnastica de salão</i>	não consta
Regulamento da Instrução Pública	1901	<i>gymnastica de salão</i>	1ª série: movimento dos braços e das pernas, do tronco e do pescoço. 2ª série: além dos movimentos prescritos para a primeira série, exercícios de formatura e marcha.
Regulamento da Instrução Pública	1907	<i>Educação physica</i>	Jogos dirigidos pelos professores
Regulamento da Instrução Pública	1909	<i>Educação physica</i>	exercícios <i>physicos</i> moderados
Lei n. 1236	1912	<i>Educação physica</i>	exercícios <i>physicos</i> moderados
Portaria n. 4	1914	<i>Gymnastica</i>	exercícios <i>gymnasticos</i> adaptados às condições fisiológicas dos alunos.
Código do Ensino	1915	<i>Gymnastica</i>	exercícios de <i>gymnastica</i>
Código do Ensino	1917	<i>Gymnastica</i>	exercícios de <i>gymnastica</i>
Programa dos Grupos Escolares do Paraná	1921	<i>Gymnastica</i>	Exercícios calistênicos, marchas, corridas, jogos <i>gymnasticos</i> , exercícios militares para a seção masculina.

CAPÍTULO II

A disciplina de *gymnastica* do ponto de vista da legislação do ensino

1. A presença da *gymnastica* nos regulamentos, regimentos e códigos de ensino da instrução pública paranaense

No momento em que o ensino da *gymnastica* é instituído como prática escolar obrigatória nas escolas públicas primárias paranaenses – através do Ato assinado pelo governo do estado em 1882 – o regulamento da instrução pública que estava em vigor datava de abril de 1876. Naquela ocasião o ensino primário era ofertado nas escolas isoladas. Estas instituições eram divididas por sexo de acordo com a população de cada região. Era expressamente proibido aos professores lecionarem para crianças do sexo oposto, com exceção das professoras que poderiam ministrar aulas para meninos de até dez anos de idade. Os conteúdos de ensino compreendiam além da educação elementar – ler, escrever e contar – a instrução moral e religiosa, elementos de desenho linear, de história e geografia, além do ensino de prendas domésticas ministrado somente para o sexo feminino (cf. Regulamento da Instrução Pública de 12 de abril de 1876). Aliás, assim como o ensino de prendas domésticas era destinado somente ao sexo feminino, o ensino da *gymnastica* passou a ser reconhecido no Paraná – pelo menos inicialmente – como prática escolar destinada somente ao sexo masculino.

Após o Regulamento de 1876, o próximo regulamento referente ao ensino primário entrou em vigor por meio do Decreto n. 31 de 29 de janeiro de 1890. Este, por sinal, foi o primeiro regulamento da instrução pública instituído pelo governo republicano. Neste documento encontramos pela primeira vez referência à criação de escolas promíscuas (para alunos dos dois sexos). Estas eram implantadas nas localidades onde não era possível criar uma escola para cada sexo, ficando sob a responsabilidade somente das professoras, tendo em vista que recebiam tanto meninas quanto meninos. Algumas das questões tratadas no documento de 1890 remetem ao de 1876. O que muda deste para aquele, em relação ao ensino primário, consiste no fato de que no documento de 1876 o ensino primário era apenas elementar, já em 1890 este

encontrava-se dividido em dois graus: 1º grau ou elementar e 2º grau ou complementar. No ensino complementar são acrescentadas algumas matérias além das já trabalhadas no ensino elementar (cf. Regulamento da Instrução Pública de 1890). As mudanças em relação aos programas de ensino e o respectivo aumento não só das matérias, mas também dos conteúdos a serem ministrados, são significativas ao longo dos anos. Entretanto, não abordaremos tais alterações. Em decorrência do objeto de nossa pesquisa optamos por dar maior ênfase apenas ao ensino da *gymnastica*. Esta, por sua vez, não consta no rol das disciplinas relacionadas no programa apresentado no regulamento de 1890.

Em 1895 um novo Regulamento da instrução pública paranaense é instituído. A partir desta data, o ensino primário passou a ser dividido em 1º e 2º graus e misto. O ensino misto compreendia o ensino das matérias tanto do primeiro grau como do segundo, e deveria ser ministrado nas regiões cujas escolas existentes eram apenas uma para cada sexo ou uma promiscua. Ou seja, nas localidades onde não existia número de alunos suficientes para criar uma escola de primeiro grau e outra de segundo grau para cada sexo, assim como naquelas em que existia apenas uma escola para ambos os sexos (promiscua), o governo implantou o ensino misto. Neste caso, o regulamento de 1895 deixa claro – em seu art. 8º – que somente nas cidades haveriam escolas de 1º e 2º graus (cf. Decreto n. 35 de 9 de fevereiro de 1895).

No que diz respeito à *gymnastica*, exceto o Ato de 1882, é no regulamento de 1895 que encontramos a primeira menção desta no rol das disciplinas presentes nos programas de ensino. Vale salientar que a reformulação deste documento provavelmente contou com a participação de Domingos Nascimento. Naquela ocasião ele estava em seu primeiro mandato como deputado e participava da comissão que discutia os assuntos referentes à instrução pública. Além desta participação, outra provável intervenção de Domingos Nascimento como parlamentar foi no processo de elaboração de um novo regulamento do ensino que ocorreu em 1907, no seu terceiro e último mandato, conforme veremos mais adiante. No entanto, do processo de instituição do Ato que determinou a obrigatoriedade do ensino da *gymnastica* nas escolas primárias paranaenses até a presença desta nos regulamentos da instrução

pública do estado, nota-se um hiato de um pouco mais de dez anos. Não sabemos qual o motivo desta ausência. Pode ser que depois do Ato instituído em 1882 a prática de *gymnastica* nas escolas tenha caído em desuso. Pode ser também que tais atividades estivessem ocorrendo tão bem, que não precisou tocar neste assunto no regulamento publicado em 1890.

Segundo consta no regulamento de 1895, a prática de *gymnastica de salão* deveria ser ministrada em todos os níveis do ensino primário, ou seja, sua presença estava regulamentada tanto para as escolas de 1º e 2º graus, como para as de ensino misto. Assim como as demais matérias do programa, a parte destinada à *gymnastica de salão* também deveria ser ministrada pelos professores responsáveis pelas respectivas cadeiras ou escolas. Entretanto, no referido documento não constam maiores informações a respeito de como ela deveria ser organizada, bem como quais os conteúdos de ensino deveriam ser ministrados. Também não consta nenhuma observação quanto à obrigatoriedade do ensino desta disciplina somente para o sexo masculino.

QUADRO 3
Organização da *gymnastica* no ensino público primário
Estado do Paraná
1895

Denominação:	<i>gymnastica</i> de salão
Em quais graus ou séries era ofertada:	1º e 2º graus e no ensino misto.
Tempo e espaço:	não consta.
Conteúdos:	não consta.

Fonte: Decreto n. 35 de 09/02/1895 – Regulamento da Instrução Pública do Estado do Paraná.

O próximo regulamento da instrução pública que vigorou após o de 1895 data do início do século XX, trata-se do regulamento de 1901. Desta vez, outras alterações foram feitas como é o caso da supressão do ensino misto. O ensino primário volta a ser dividido apenas em 1º e 2º graus – estes também divididos em duas séries ou anos – sendo as escolas de 2º grau designadas exclusivamente pelo diretor geral e

permanecendo presentes apenas nas cidades (cf. Decreto n. 93 de 11 de março de 1901). Com efeito, é importante destacar que apesar da divisão do ensino primário, proposta desde 1890, a maior parte das escolas que funcionavam em todo o estado do Paraná era de 1º grau.

Em vista disso e, com a execução do regulamento de 1901, a inserção da disciplina de *gymnastica* no ensino público primário paranaense sofre alterações significativas. Apesar de continuar sendo mencionada nos regulamentos, a partir de 1901 ela passa a compor somente o programa das escolas de 2º grau. Nada consta no referido documento justificando a inclusão dos exercícios *gymnasticos* somente para os alunos do 2º grau.

Contudo, a mudança no tratamento dado à *gymnastica* na legislação do ensino datada do início dos novecentos gerou discórdia, se não durante a construção deste regulamento, pelo menos alguns anos depois. É o que constatamos ao observarmos o relatório do delegado fiscal da primeira circunscrição escolar – Laurentino de Azambuja – encaminhado ao diretor geral da instrução pública – Arthur Pedreira de Cerqueira – em 27/12/1907. Ao tratar das questões referentes à educação física, assim expressa Laurentino de Azambuja: “sendo portanto a *gymnastica* racional um dos elementos principaes da educação *physica*, convém a sua introdução nos programmas de ensino official dos dous grãos primarios e não exclusivamente nos cursos do 2º gráo, conforme se verifica do regulamento vigente” (p. 60).

Assim como antes, a responsabilidade de ministrar os exercícios *gymnasticos* era dos próprios professores. Inclusive, é por meio do depoimento da professora responsável pela 1ª Cadeira para o sexo feminino da Capital, Julia Wanderley Petrich, que encontramos maiores informações sobre a presença da *gymnastica* nas escolas. Em seu relatório – encaminhado à diretoria geral da Instrução Pública em novembro de 1908 – a professora comenta que

em obediencia ao desposto no art. 29 do Regimento Interno das Escolas, concedo ás alumnas um recreio geral de meia hora, durante o qual brincam ao ar livre no patêo do jardim desta Escola, cantando, marchando, correndo e fazendo diversos exercicios de *gymnastica* escolar, sob minha direcção.

A associação dos *exercícios de gymnastica escolar* juntamente com a iniciativa de deixar as crianças *brincarem ao ar livre* é uma alternativa que também já foi constatada em escolas de ensino primário do estado de Minas Gerais no mesmo período (cf. VAGO, 2002). Entretanto, apesar do tempo disponível para brincar, as alunas não poderiam se exceder. Mesmo fora da sala de aula elas continuavam sob a direção e o controle da professora. Como nos mostra VAGO (idem, p. 234), “as brincadeiras foram admitidas, mas também foram admitidas as regras da instituição escolar”.

Nota-se, neste caso, que a *gymnastica* também era ministrada para o sexo feminino. Sabemos que da mulher não se vislumbrava a ocupação dos espaços e cargos públicos. No entanto, além da responsabilidade de cuidar da educação, seja dos próprios filhos seja dos filhos da pátria, via-se “na mulher e em seu corpo a matriz das futuras gerações” (TRINDADE 1996, p. 35). Em vista disso, coube aos *exercícios gymnasticos*, indispensáveis para a educação física das crianças, a tarefa de manter a integridade do corpo tanto dos meninos como das meninas que freqüentavam as escolas públicas primárias paranaenses. De acordo com a professora Julia Wanderley, os cuidados com o corpo não poderiam ser negligenciados pelos professores. Segundo ela,

encarando a educação sobre o seu tríplice aspecto e considerando a criança como um composto de corpo e de alma, não deverá o professor esquecer-se de sua natureza physica, tratando em primeiro lugar dos cuidados que devem ser dispensados ao corpo. Mens sana in corpore sano e por isso deve o professor com especial atenção tratar da educação physica dos seus alumnos, afim de conservar-lhes a saúde, desenvolvendo-lhes os membros. A educação dos sentidos é também da mais alta importancia, e para isso deverá o mestre dirigir sempre os necessarios exercicios, na aula, nos passeios e em todas as occasiões oportunas.

Ao mesmo tempo que dirige esses exercicios physicos, deve o mestre especialmente tratar da educação intellectual de seus discipulos, exercitando e desenvolvendo com igual solitudine esse precioso grupo de faculdades que constituem a intelligencia. A percepção, a atenção, o juizo, a memoria e a imaginação serão assim igualmente aperfeçoados e harmonicamente desenvolvidos.

Depois da educação physica e da intellectual, se ocupará o professor da educação moral, porque nesta mesma ordem é que se observa o progresso humano. (cf. relatório encaminhado à diretoria geral da instrução pública em 1905; grifos do original).

É interessante observar o destaque dado à afirmação “mens sana in corpore sano”. Esta frase simboliza o tratamento dado na época à educação física e intelectual

como coisas distintas. Entretanto, ambas faziam parte de um todo que, em conjunto com a educação moral, representavam a educação sobre o seu tríplice aspecto. Desenvolver corpos aprimorados e sadios, proporcionar o equilíbrio das forças, estabelecer a ordem, eis alguns dos objetivos da educação física. Ao contribuir para a formação de uma sociedade mais “civilizada” e “moderna”, a educação física – e com ela a *gymnastica* – ia conquistando seu próprio espaço, tempo e uma importância nada desprezível na educação tanto da infância, quanto da mocidade. Neste sentido e, não por acaso, ela assume o primeiro lugar na ordem apresentada por Julia Wanderley em relação ao progresso do gênero humano.

FIGURA 4

Alunas fazendo *gymnastica* Grupo Escolar Tiradentes



Fonte: Relatórios da Inspeção Geral do Ensino (1920-1924). Acervo: Círculo de Estudos Bandeirante (CEB), prateleira de relatórios do Governo.

Outra proposta decorrente do regulamento de 1901 foi a tarefa designada ao diretor geral em organizar, junto à congregação dos professores do Ginásio Paranaense e Escola Normal, a construção de um regimento interno para as escolas de instrução pública primária do Paraná. Através deste Regimento – submetido à aprovação do governo estadual e estabelecido pelo Decreto n. 263 de 22 de outubro de 1903 – pudemos obter maiores informações em relação às determinações do estado não só no sentido de como deveria ocorrer a organização escolar, mas, sobretudo, de como estava previsto o ensino da *gymnastica* nas escolas.

De acordo com o programa – apresentado mais detalhadamente no regimento – os conteúdos de “*gymnastica de salão*” estavam dispostos de forma gradativa nas duas séries do ensino de 2º grau. Para as aulas da primeira série, “movimentos dos braços e das pernas, do tronco e do pescoço”. Já a parte destinada para a segunda série consiste além dos movimentos trabalhados na primeira série, “exercícios de formatura e marcha”. Apesar do documento não fazer nenhuma referência ao compêndio de Schreber, nota-se a presença dos movimentos articulares recomendados pelo ortopedista alemão.

QUADRO 4
Organização da *gymnastica* no ensino público primário
Estado do Paraná
1901 – 1903

Denominação:	<i>gymnastica</i> de salão
Em quais graus ou séries era ofertada:	Somente no 2º grau
Tempo e espaço:	Nos intervalos de recreio que deveriam ser aplicados no fim de cada hora de estudo e dentro da sala de aula.
Conteúdos:	1ª série: movimento dos braços e das pernas, do tronco e do pescoço. 2ª série: além dos movimentos prescritos para a primeira série, exercícios de formatura e marcha.

Fonte: Decreto n. 93 de 11/03/1901 – Regulamento da Instrução Pública do Estado do Paraná – e Decreto n. 263 de 22/10/1903 – Regimento Interno das Escolas Públicas do Paraná.

Conforme o regimento interno, cabia aos professores organizar o horário de sua escola de acordo com o programa prescrito e com o respectivo grau de ensino ao qual ela pertencesse. Após a divisão do tempo de toda a sessão escolar, também era de sua responsabilidade fixar o horário em lugar acessível aos alunos. Sendo assim, após a organização dos trabalhos escolares, os professores só poderiam colocá-los em prática desde que fossem apreciados positivamente pelo inspetor escolar. Segundo o Art. 29, citado pela professora Julia em seu relatório, “no meio do tempo marcado para os trabalhos escolares deve haver uma interrupção de meia hora, para descanso e recreio dos alumnos, sob a direcção e vigilancia dos professores”. Tendo em vista o exposto por Julia Wanderley e, levando em consideração as prescrições presentes no regimento interno, constatamos que a referida professora realizava os exercícios *gymnasticos* em sua escola – uma das poucas designadas como de 2º grau existentes na capital – no horário destinado ao recreio das alunas. Porém, em outro relatório também de autoria da professora Julia datado de 1905, ao tratar destes exercícios ela faz menção a outros intervalos de recreio. Segundo ela,

como medida de grande alcance higienico, no fim das diversas lições diarias, concedo ás alumnas um pequeno intervallo para repouso do espirito e exercicio dos membros, durante o qual, sob minha immediata direcção, marcham, cantam, e fazem exercicios ao ar livre no vasto jardim que circunda esse edificio escolar.

Nos dois relatórios foram registradas as mesmas atividades, todavia, neste último a professora comenta a aplicação dos exercícios físicos em intervalos menores. Além do recreio de trinta minutos ela também ministrava a *gymnastica* em outros intervalos (mais curtos). O tempo por ela separado para a realização dos exercícios estava de acordo com algumas das recomendações expostas no regimento, inclusive a que aconselhava, de preferência, destinar as primeiras horas de trabalho às atividades e estudos que exigem maior esforço mental (art. 32). Trata-se das recomendações dos médicos higienistas sendo incorporadas não só pelos políticos paranaenses – na legislação que regulamentava a instrução pública do estado – mas pelos professores nas escolas como é o caso de Julia Wanderley.

Parte das preocupações com a distribuição do tempo e dos trabalhos escolares pode ser visualizada no relatório do diretor geral da instrução pública – Victor Ferreira do Amaral e Silva – encaminhado ao presidente do estado – Francisco Xavier da Silva – em 31/12/1903. Segundo ele,

procurei nesse regimento suavizar as horas de trabalho, entremeiando-as de recreios e descanso, com exercicios phisicos e cânticos escolares; profligui o methodo inquisitorial de licções decoradas automaticamente, que faziam a creança sahir da escola detestando o ensino e abominando o mestre.

Justifico a instituição de pequenos recreios, lembrando que a Liga do Ensino Belga, em sua Escola Modelo, limita a três quartos de hora cada licção, abrindo, no fim de cada uma, um recreio de 15 minutos.

Mereceu-me especial atenção a hygiene escolar, tão descurada entre nós, com evidente postergação do universal aphorismo: - mens sana in corpore sano.

Muitas vezes, uma pobre creança, na espectativa de uma instrucção rudimentar, adquiria o germen de uma moléstia ou de um defeito phisico, que lhe comprometia senão a vida, pelo menos o seu estado hygido.

A instrucção primaria que, no dizer de Huxley, é o talher para o banquete da civilisação, é um bem que não deve ser adquirido com sacrificio da saúde. (p. 09)

Em meio às intenções expostas por Vitor do Amaral, nota-se o interesse em transformar a instrução pública primária em algo menos detestável e um pouco mais “prazeroso”. Neste sentido, uma de suas iniciativas está na defesa dos recreios juntamente com a repugnância das práticas mnemônicas. Não obstante, estes não eram sempre tão prazerosos assim. Como pudemos perceber, as crianças não deveriam em nenhum momento escapar ao olhar atento dos professores. De acordo com o diretor geral, os trabalhos escolares não poderiam, em hipótese alguma, deixar de atender aos cuidados necessários à educação física e, muito menos, comprometer a saúde do educando.

Se pegarmos como exemplo o relato da professora Amelia França Gomes – responsável pela escola promíscua do Batel em Curitiba – percebemos que em sua escola “no fim de duas horas de estudo, os alunos marcham na sala de aula, executando alguns exercicios de gymnastica com levantamento e abaixamento dos braços” (cf. relatório encaminhado ao diretor geral, Arthur Pedreira de Cerqueira, em 30/12/1905). Diferente de Julia Wanderley, que preferia realizar os exercícos *gymnasticos* ao ar livre, a professora Amelia Gomes realizava os mesmos na própria

sala de aula. Além dela, outros paranaenses ligados à instrução pública também defendiam a prática destes exercícios dentro da sala de aula. É o caso do delegado fiscal da primeira circunscrição escola – Laurentino de Azambuja – que considerava a *gymnastica* “aplicada á infancia, [como] um importante factor de desenvolvimento physico, principalmente a gymnastica respiratoria e de flexão de troncos e membros, que pódem ser executadas por ambos os sexos nas próprias salas das aulas” (cf. relatório encaminhado ao diretor geral – Arthur Pedreira de Cerqueira – em 27/12/1907).

Realmente, ao longo das prescrições presentes no regimento interno de 1903, encontramos uma associação entre as atividades físicas com o problema referente ao cansaço dos alunos ao precisarem enfrentar sucessivas horas de estudo. Trata-se de outra recomendação decorrente dos estudos médicos¹³ adotada na legislação do ensino público primário paranaense. Segundo o exposto no Art. 30,

para evitar a fadiga de estar sentado muito tempo e para repousar um pouco o espirito, poderão os professores, no fim de cada hora, fazer os alumnos marcharem ordenadamente na propria sala da aula sem grande ruido, e executar alguns exercicios de gymnastica de salão, com levantamento e abaixamento dos braços, entremeiados de canticos escolares, quando possivel.

Apesar da recomendação de um intervalo para o descanso dos trabalhos intelectuais, os alunos deveriam *permanecer em sala*, realizar os exercícios físicos *ordenadamente* e ainda *sem grande ruído*. Tais procedimentos representam algumas das manifestações de uma prática educativa que reconheceu o corpo como objeto sem igual para ser moldado, controlado, padronizado, uniformizado, homogeneizado. No entanto, diferente do exposto no regimento, a professora Amélia Gomes aplicava os intervalos somente depois de duas horas de trabalho. O fato dela não aplicar os recreios de hora em hora nos mostra que, em sua escola, ela reservava para os alunos somente o recreio geral de meia hora (cf. art. 29). De uma forma ou de outra, nota-se a presença da *gymnastica* no cotidiano escolar como uma das práticas previstas para preencher os intervalos ou recreios.

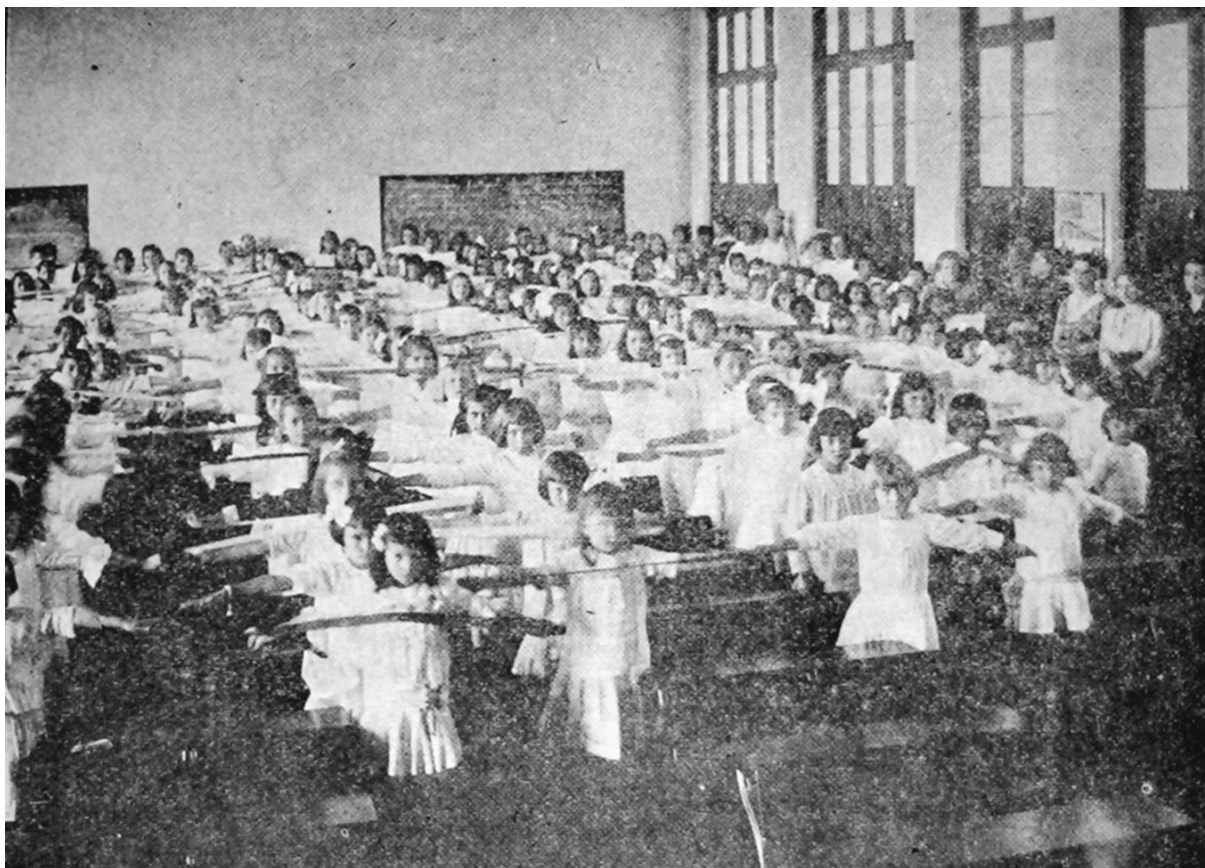
¹³ Sobre a relação entre medicina, higiene e educação escolar ver GONDRA (2000 e 2004). Sobre a presença da higiene nos grupos escolares de Curitiba ver PYKOSZ (2007).

Mesmo sendo uma atividade prevista em lei, a atividade física realizada dentro da sala de aula não era bem vista pelos médicos. De acordo com o Dr. Miguel Santiago, um dos requisitos que o professor não poderia esquecer ao ministrar a *gymnastica* estava relacionado ao fato de que esta deveria ser praticada ao ar livre. Para ele,

os exercicios de marcha nas salas de aula, como se pratica actualmente em algumas de nossas escolas, são inefficazes e contra-indicados, porque obrigam aos alumnos de respirarem a própria poeira que levantam nas suas evoluções e de serem feitos em espaço fechado com cubagem insufficiente (cf. relatório referente à participação no IV Congresso Médico das Nações Latino-Americanas realizado no Rio de Janeiro em 1909).

FIGURA 5

Aula de gymnastica Grupo Escolar Xavier da Silva



Fonte: Relatórios da instrução pública 1916. Acervo: Círculo de Estudos Bandeirante (CEB), prateleira de relatórios do Governo.

Neste sentido, percebemos que com o estabelecimento de novos regulamentos da instrução pública novas propostas para o ensino da *gymnastica* foram levantadas. Este é o caso do regulamento publicado em 1907, o qual estabelece o ensino primário ainda dividido em dois graus – elementar e complementar – e distribuído em cinco anos de curso (cf. Decreto n. 479 de 10 de dezembro de 1907). Neste documento volta-se a cogitar a possibilidade de equipar as escolas com aparelhos para a realização dos exercícios *gymnasticos*. Segundo o Art. 33,

o Diretor Geral da Instrução Publica e os Inspectores Escolares se esforçarão para que as escolas sejam installadas em prédios que tenham as dimensões e condições hygienicas necessarias, e bem assim um pateo para jogos de recreio, no qual serão collocados aparelhos de gymnastica sempre que for isso possivel.

Contudo, vale salientar a dificuldade dos governantes em estruturar as escolas tanto no sentido de viabilizar os pátios de recreio, quanto na aquisição dos aparelhos de *gymnastica*. No material por nós coligido também localizamos requerimentos por parte de alguns professores pedindo a construção de piso nos pátios com o intuito de evitar a poeira. Mesmo ao ar livre, o pó oriundo do chão de terra continuava prejudicando os alunos.

De acordo com o regimento interno das escolas públicas que constitui o anexo n. 1 do regulamento em questão, dentre as inúmeras observações prescritas para o estabelecimento da lei, “a educação *physica* não terá em caso algum o caracter de aula ou de obrigatoriedade; será dada por meio de recreios ou de jogos, dirigidos pelos professores, de modo a desenvolverem as forças *physicas* e a saúde dos alumnos”.

QUADRO 5
Organização da *gymnastica* no ensino público primário
Estado do Paraná
1907

Denominação:	<i>educação physica</i>
Em quais graus ou séries era ofertada:	Não possuía caráter de aula ou de obrigatoriedade.
Tempo e espaço:	No pátio durante os intervalos de recreio.
Conteúdos:	Jogos dirigidos pelos professores.

Fonte: Decreto n. 479 de 10/12/1907 – Regulamento da Instrução Pública do Paraná.

O que levou os dirigentes do ensino a retirarem a obrigatoriedade dos *exercícios gymnasticos* e estabelecerem a realização de recreios ou jogos como sendo facultativo nas escolas? Será que os alunos gostavam dos exercícios de *gymnastica*? Provavelmente existiam os adeptos, mas será que eles eram a maioria? Com efeito, estes exercícios associados às marchas e evoluções exigiam seriedade, atenção, postura e rigidez. Em vista disso, a inserção dos jogos infantis como mais um conteúdo presente no programa nos leva a crer que a partir destas atividades as crianças poderiam ter uma educação (física) mais atrativa e prazerosa.

Esta preocupação em relação à atratividade não só dos exercícios de *gymnastica*, como da rotina escolar de uma maneira geral, parte de indícios suscitados por observações feitas neste regulamento como a que segue:

O professor deve se esforçar para que o alumno tenha amor á escola, e sinta prazer em estar n'ella. A creança deve obedecer por amor e não por mêdo; deve se sentir satisfeita e alegre com o trabalho escolar; deve estar disposta a brincar nos recreios, e não ser obrigada a fazel-o. (Regimento Interno anexo ao Regulamento de 1907, p. 68).

Ao organizar o horário escolar, o professor deveria tomar o devido cuidado para não cansar o aluno com trabalhos muito extensos, sem interrupção, nem prejudicar o ensino destinando muitas horas de recreio (cf. o Regimento Interno anexo ao Regulamento de 1907). Outra observação refere-se à realização dos recreios dos meninos separadamente dos das meninas. Segundo consta no regulamento, “as inclinações, prazeres e diversões não são os mesmos nas creanças dos dois sexos”. Recomendações desta natureza incidiram não apenas na educação das mesmas, como ainda refletiram em sua corporalidade. Todavia, conforme nos mostra VAGO (1999, p. 35), “resta saber se as crianças não faziam usos não-autorizados dos exercícios e do espaço previsto”.

Os debates e tentativas de reforma da instrução pública paranaense foram objeto de disputa no congresso do estado. A cada tentativa de construção de um novo documento nota-se as diferenças provenientes do confronto de idéias, ora convergentes ora divergentes apresentadas pelos políticos ao longo das diferentes administrações do estado. Estas tensões decorrentes das diferentes perspectivas e concepções nos

mostram os conflitos existentes no processo de construção social do currículo (GOODSON, 1995). O documento de 1907, por exemplo, é resultado da tentativa de imprimir uma nova organização do ensino proposta pela gestão encabeçada por Vicente Machado da Silva Lima (1904-1908). Apesar da construção do novo regulamento, este teve uma duração bastante efêmera. O disparate entre as mudanças sugeridas e a realidade da instrução pública paranaense levou a revogação deste documento logo em seguida de sua publicação.

O mesmo irá acontecer com o “Regulamento Orgânico do Ensino Público do Estado do Paraná” com data de 1909. Nele encontramos uma regulamentação bastante detalhada cuja aplicação foi julgada como de grande complicação, tendo em vista, da mesma forma, as condições em que se encontrava o ensino primário naquela ocasião. Neste documento, a instrução primária estava dividida em três cursos: o infantil – realizado nos Jardins de Infância – o elementar e o complementar. Segundo consta, o ensino primário seria ofertado em escolas isoladas ou em grupos escolares, porém, apesar das discussões em relação à inserção dos grupos escolares no estado do Paraná datarem desde os finais dos oitocentos, a realidade da instrução pública paranaense ainda não possibilitava a existência destes estabelecimentos nos moldes como eram previstos nos estudos médicos de higiene.

De acordo com o documento apresentado em 1909 a educação física deveria consistir na instituição, em todas as escolas, de exercícios físicos moderados (Art. 81). Observa-se também, em § Único que: “aos exercícios físicos deve presidir o máximo critério, de forma a serem, sobretudo, atendidas, em justa proporção, a idade e a constituição orgânica de cada aluno” (cf. Decreto n. 510 de 15 de outubro de 1909). Realmente, não era qualquer movimento que deveria ser escolarizado. A formação prevista para a educação física das crianças só tinha validade desde que fosse constituída por uma prática extremamente racionalizada. A inserção destes exercícios no ensino público primário exigia dos professores o entendimento de uma série de observações de caráter metodológico presente nos manuais de *gymnastica*. Exemplo disso eram as recomendações apresentadas por Schreber quanto ao cuidado que os educadores deveriam ter com a frequência e duração dos exercícios. Contudo,

no regulamento em questão não consta em anexo nenhum regimento interno apresentando maiores esclarecimentos para a organização dos trabalhos escolares.

QUADRO 6
Organização da *gymnastica* no ensino público primário
Estado do Paraná
1909

Denominação:	<i>educação physica</i>
Em quais graus ou séries era ofertada:	Tanto no curso elementar quanto no complementar.
Tempo e espaço:	Não consta.
Conteúdos:	Exercícios físicos moderados.
Fonte: Decreto n. 510 de 15/10/1909 – Regulamento Orgânico do Ensino Público do Estado do Paraná.	

Tanto a construção do regulamento de 1907 quanto a do publicado em 1909 ocorreram em decorrência do atraso que os políticos consideravam o regulamento que estava em vigor (Regulamento de 1901). Este, por sua vez, era visto como anacrônico e vigorou por mais de uma década no cenário educacional paranaense. Sua presença por muito tempo na instrução pública do Paraná foi motivo de muita discussão e discórdia entre as autoridades governamentais. Conforme nos mostra SOUZA (2004, p. 80), “o Regulamento de 1901, que de início fora alvo de reparos, teve sua situação agravada no decorrer dos anos, transformando-se em objeto de duras críticas”. Tanto a construção deste documento quanto a proposta apresentada em 1895 foram elaboradas no governo de Francisco Xavier da Silva. De volta à administração do estado, ao assumir um novo mandato de governo (1908-1912) Xavier da Silva procurou atualizar o documento produzido em sua gestão anterior. Em vista disso, tentou implementar outra reforma do ensino por meio da proposta apresentada em 1909. No entanto, as mudanças reclamadas e a construção dos regulamentos de 1907 e de 1909 não foram suficientes para suprimir o de 1901. Como pudemos ver, estes dois documentos foram revogados¹⁴.

¹⁴ Para maiores detalhes sobre a reforma da instrução pública paranaense engendrada no início do século XX, consultar SOUZA (2004).

Diante da necessidade de reestruturar a instrução pública paranaense no intuito de organizá-la de acordo com os preceitos da então denominada “pedagogia moderna”, uma nova configuração do ensino primário se estabeleceu em 1912. Foi em vista disso que Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo – estando à frente da diretoria geral da instrução pública – coordenou os trabalhos cujo resultado culminou na publicação da Lei n. 1236 do dia 2 de maio daquele ano. Apesar de não apresentar um documento extenso e mais pormenorizado, encontra-se na referida lei mudanças significativas na estrutura e no funcionamento do ensino primário, tais como: a implementação do ensino seriado (ou graduado), a organização de grupos e semigrupos escolares, a criação do sistema de escolas agrupadas, entre outras.

No Paraná o processo de construção e implementação dos grupos escolares, apesar de baseado na instrução pública paulista, apresentou uma série de peculiaridades. Para viabilizar a seriação do ensino primário paranaense, Francisco Macedo precisou adequar o programa de ensino com a situação em que encontrava-se a instrução pública ofertada nas diferentes regiões do estado. Em vista disso, as casas que possuíam apenas duas salas passaram a ofertar duas séries em cada uma delas e foram denominadas como semigrupos escolares. Nos povoados que possuíam somente escolas isoladas cada uma delas ficou responsável por uma série do ensino. Naqueles que contavam com apenas duas escolas isoladas eram ofertadas duas séries em cada estabelecimento. Além disso, a responsabilidade pela direção e administração dos trabalhos escolares ficou a cargo de um dos professores, geralmente o que estava a mais tempo no magistério, que acumulava os serviços sem ganhar a mais por isso (Souza, 2004).

Em relação à *gymnastica*, da mesma forma que o regulamento de 1909, no art. 37 da lei n. 1236 determinava-se que além das matérias que compõem os cursos elementar e complementar, deveriam ser instituídos “em cada escola os exercicios estheticos de recitação e canto e os exercicios phisicos moderados”. Neste artigo, em parágrafo único, também se expressava a preocupação quanto à prescrição dos exercícios físicos lembrando que para isso era preciso “o maximo criterio, de forma a ser sobretudo attendida a natureza de cada alumno”.

Para completar as modificações previstas em 1912, dois anos mais tarde Francisco Macedo publica instruções sobre a organização escolar juntamente com um novo programa para o ensino primário (cf. Portaria n. 4 de 17 de janeiro de 1914). Após a relação das matérias consta nas observações do novo programa que “para todas as series [haveria] nos recreios e sob a direcção dos respectivos professores, exercicios gymnasticos adaptados ás condições physiologicas dos alumnos”. Reservar os intervalos de recreio para a prática de *gymnastica* é uma alternativa que já tinha sido cogitada nos regulamentos anteriores.

QUADRO 7
Organização da *gymnastica* no ensino público primário
Estado do Paraná
1912 – 1914

Denominação:	<i>Gymnastica</i>
Em quais graus ou séries era ofertada:	Tanto no curso elementar quanto no complementar.
Tempo e espaço:	Nos intervalos de recreio.
Conteúdos:	Exercícios <i>gymnasticos</i> adaptados às condições fisiológicas dos alunos.

Fonte: Lei n. 1236 do dia 02/05/1912 e Portaria n. 4 de 17 de janeiro de 1914 – Instruções sobre organização escolar e programa de ensino para as escolas públicas do estado do Paraná.

Ainda a cargo da diretoria geral Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo publicou um novo documento referente à organização da instrução pública paranaense. Trata-se do Código do Ensino estabelecido por meio do Decreto n. 710 de 18 de outubro de 1915. Desta vez o conteúdo do texto encontra-se bem mais extenso compreendendo todas as disposições previstas em lei. Com a implantação do novo Código o ensino primário completo foi dividido em quatro séries graduais. Para todas estas, em comum, estava prevista a permanência dos exercícios de *gymnastica*. Quanto aos requisitos necessários para cada prédio escolar, também estava presente a recomendação de “área suficiente para conter os pateos de *gymnastica* e recreio” (cf. art. 173, I - requisitos externos, letra b). Posicionados ao ar livre, estes constituíam o espaço mais apropriado para a realização dos exercícios *gymnasticos*.

QUADRO 8
Organização da *gymnastica* no ensino público primário
Estado do Paraná
1915

Denominação:	<i>Gymnastica</i>
Em quais graus ou séries era ofertada:	Para todas as séries.
Tempo e espaço:	Nos pátios de <i>gymnastica</i> e recreio.
Conteúdos:	Exercícios de <i>gymnastica</i> .

Fonte: Decreto n. 710 de 18 de outubro de 1915 – Código do Ensino do Estado do Paraná.

Em 1917 encontramos a publicação de um novo código do ensino. No entanto, nada muda em relação à presença da *gymnastica* no ensino público primário paranaense (cf. Código do Ensino estabelecido por meio do Decreto n. 17 de 9 de janeiro de 1917). Neste mesmo ano é adotado um novo programa para o Grupo Escolar Modelo de Curitiba e similares (cf. Decreto n. 420 de 19 de junho de 1917). Com os conteúdos de ensino bastante detalhados o referido programa apresenta, disciplina por disciplina, ano por ano, todo o currículo destinado à formação dos alunos que freqüentavam estes estabelecimentos de ensino. Ao analisar as atividades destinadas à *gymnastica* notamos que nestas instituições esta deveria ser ministrada para os alunos dos 2º, 3º e 4º anos, de acordo com o conteúdo expresso no quadro abaixo.

QUADRO 9
Conteúdo de *gymnastica*
Programa do Grupo Escolar Modelo e Similares
1917

FIRME – A esta voz o aluno deverá perfilar-se, com os calcanhares unidos e as pontas dos pés para fóra cerca de 25 cm, o corpo erecto, apurando-se sobre os quadris, peito saliente, braços cahidos ao longo das coxas, palmas das mãos, unidas á roupa e olhar dirigido para a frente.

1ª POSIÇÃO – 4 TEMPOS	2ª POSIÇÃO
I – unir as pontas dos pés-mãos aos quadris. II – afastar as pontas dos pés-mãos ao longo das coxas. III – Idêntico ao I. IV – Idêntico ao II.	I – levantar os braços distendidos lateralmente. II – até acima da cabeça, verticalmente. III – baixar até a posição horisontal. IV – até firme.
a	A
b Direita volver em quatro tempos.	B
c Mais tres vezes a, b.	C

3ª POSIÇÃO		4ª POSIÇÃO	
a	I – levantar o corpo na ponta dos pés, calcanhares e mãos nos quadris, formando o pollegar com o índice um angulo recto. II – voltar a firme. III – identico ao I. IV – identico ao II.	A	I – flexão da cabeça para a frente, conservando o corpo erecto e mãos aos quadris ao mesmo tempo. II – voltar a firme. III – flexão da cabeça para a rectaguarda, etc. IV – identico ao II.
b		B	
c		C	
5ª POSIÇÃO		6ª POSIÇÃO	
a	I – rotação da cabeça para a direita, mãos nos quadris e corpo immovel. II – voltar a firme. III – rotação da cabeça para a esquerda etc. IV – identico ao II.	A	I – levantar os braços distendidos lateralmente até ficar em posição horisontal. II – voltar a palma para cima – torsão. III – voltal-a para baixo. IV – voltar a firme.
b		B	
c		C	
7ª POSIÇÃO		8ª POSIÇÃO	
a	I – afastar o pé direito e mãos aos quadris. II – inclinar o corpo para a direita. III – voltar a I. IV – voltar a firme.	A	I – afastar o pé direito e mãos aos quadris. II – inclinar o corpo para a frente. III – voltar a I. IV – voltar a firme.
b		B	
c	a esquerda II – duas vezes.	C	a rectaguarda II – duas vezes.
9ª POSIÇÃO		10ª POSIÇÃO	
a	I – levantar paralelamente os dois braços até formar recta com o corpo. II – dobrar o corpo para a frente – tronco e pernas formam angulo agudo – tocar ao solo com os dedos. III – voltar a I. IV – voltar a firme.	A	I – fechar as mãos e dobrar o ante-braço com violencia, para cima. II – distender para a frente. III – voltar a I. IV – voltar a firme.
b		B	
c		C	
11ª POSIÇÃO		13ª POSIÇÃO (para meninos)	
a	I – levantar o pé esquerdo, até a coxa formar com o corpo angulo recto, e com a perna ângulo-agudo, mãos aos quadris. II – estical-a para a frente. III – voltar ao I. IV – voltar a firme.	A	I – levantar o corpo nas pontas dos pés, calcanhares unidos e mãos aos quadris. II – apoiando-se nas pontas dos pés, dobrar os joelhos até que as nádegas vão ter aos calcanhares. III – voltar a I. IV – voltar a firme.
b		B	
c		C	

12ª POSIÇÃO

Repetindo a, b, c, da 11ª posição mas com o pé direito.

Notas: estes movimentos serão combinados com a respiração em maior numero de vezes possivel. Depois de bem sabidas estas posições poderão ser dadas outras ao critério do professor, mas obedecendo ao mesmo plano.

Fonte: Programa do Grupo Escolar Modelo e Similares estabelecido por meio do Decreto n. 420 de 19 de junho de 1917.

Simetria, seriedade, postura, atenção, respiração, estes eram alguns dos requisitos indispensáveis para a realização dos movimentos prescritos. Composta de exercícios de alongamento e equilíbrio, a série deveria ser executada em quatro tempos sempre saindo e retornando à posição inicial (FIRME). Responsável pela voz de comando a referência era o professor. Com a movimentação da cabeça, dos braços, das pernas e do tronco, a prática de *gymnastica* também desenvolvia noções de tempo e espaço. Ao observarmos a série de movimentos prescritos no programa de 1917 podemos perceber bastante similaridade entre estes exercícios e os recomendados por Schreber. Tanto uma quanto a outra apresentam exercícios dos membros e das articulações, sendo alguns deles exatamente iguais (comparar com os exercícios de n. 1, 5, 9, 15, 20, 21, 29, 33 e 40 da série de Schreber). A princípio, a execução de todos os exercícios levaria aproximadamente de dez a quinze minutos.

No início dos anos 20 assume o governo do Paraná o vice-governador Caetano Munhoz da Rocha. Segundo MORENO (2003, p. 19) a atuação de Munhoz da Rocha foi marcada “por percepções e atitudes nacionalistas que o diferenciaram de seus antecessores. Seu endosso às reformas da instrução pública se deu sempre nesta vertente de um projeto nacional”. Em vista disso, Munhoz da Rocha criou um novo cargo para responder pela diretoria geral da instrução pública e dar continuidade – de maneira mais intensa – na reforma do ensino, trata-se do então denominado Inspetor Geral do Ensino. Para assumir tal tarefa, Munhoz da Rocha ao invés de mandar nova comissão para observar as inovações pedagógicas implementadas pelo governo paulista, inverte a estratégia e manda trazer de São Paulo um profissional já inserido no contexto de reformas frente à modernização do ensino e à implementação de novas pedagogias. Foi diante disso que chegou ao Paraná o ex-diretor da Escola Normal de Pirassununga/SP, professor César Pietro Martinez. A atuação de Pietro Martinez como responsável pelo melhoramento da instrução pública paranaense naquela ocasião gerou uma avaliação tanto positiva quanto negativa por parte da comunidade e da imprensa local¹⁵. Contudo, não pretendemos em nosso trabalho fazer uma avaliação de sua gestão como dirigente da instrução pública (1920-24), ao contrário, procuramos

¹⁵ Ver estudos de SOUZA (2004) e MORENO (2003).

destacar a seguir apenas as medidas tomadas por ele no que diz respeito à educação física dos alunos e ao ensino da *gymnastica* no ensino público primário do estado do Paraná.

2. Inovação educacional no ensino da *gymnastica*

Ao pisar em terras paranaenses César Pietro Martinez precisava diagnosticar os problemas que assolavam a instrução pública do Estado para então poder traçar suas metas de trabalho. Sendo assim, escreveu sobre inúmeras questões afeitas à educação da população relatando a situação da instrução pública da época e destacando as medidas necessárias para a melhoria do ensino. Entre as várias recomendações estavam aquelas referentes à educação física dos alunos. Assim como outros profissionais do ensino, como a professora Julia Wanderley, por exemplo, também encontra-se em Pietro Martinez esse discurso homogêneo que dava bastante ênfase à importância de não descuidar do aspecto físico na educação ofertada à infância paranaense. Para ele,

a educação physica considerada como base da educação moral e intellectual, deve merecer os mesmos cuidados da educação do espírito, isto é, desenvolver harmonica e progressivamente a robustez e a destreza do corpo, de accôrdo com as condições anatômicas e physiologicas do educando. Si há uma Sciencia da Educação, ella abrange a aptidão physica e estabelece leis tão rigorosas, postulados os mais exigentes, para que essa aptidão realize verdadeira obra de aperfeiçoamento (Relatório de autoria de César Pietro Martinez – Inspetor Geral do Ensino – referente ao ano de 1921, p. 58).

Sem educação física não havia como desenvolver o espírito. Instruir o cidadão cujo organismo era fraco e debilitado era a mesma coisa que semear em terra infértil, ou seja, de nada adiantaria formar intelectual e moralmente o cidadão sem lhe desenvolver o vigor necessário para suportar a rotina de uma vida produtiva.

Nos preceitos da pedagogia em voga no período os cuidados com o corpo eram tidos como essenciais para a formação do homem robusto e ativo. A destreza do corpo adquirida e aperfeiçoada por meio da educação física é parte da concepção do homem como um ser que para se desenvolver precisava se movimentar. Segundo Pietro

Martinez (1921, p. 58), “Dahi a expressão hoje universal de Spencer, considerando, como primeira condição para pleno exito na vida ser um homem um bom animal. Ou então o pensamento de Rousseau: Um corpo debil enfraquece a alma”. Com isso, nota-se a permanência da *gymnastica* nos programas de ensino e no processo de escolarização da nova geração de paranaenses.

Em 1921 a inspetoria geral do ensino organizou um novo programa para os grupos escolares. No início dos anos vinte o Paraná contava com onze grupos em Curitiba e mais quinze grupos espalhados pelo interior do estado em municípios como: Antonina, Campo Largo, Castro, Guarapuava, Jaguariahiva, Jacarezinho, Lapa, Morretes, Palmeira, Paranaguá, Ponta Grossa, Rio Negro, São José dos Pinhais, Tibagy e União da Vitória. De acordo com o referido documento, a *gymnastica* deveria ser ministrada nos quatro anos de duração do curso primário.

QUADRO 10
Programa de *gymnastica* dos grupos escolares do estado do Paraná
1921

1º ANNO
<p>A) Exercicios callisthenicos com precisão de movimentos.</p> <p>B) Flexão lenta das pernas, braços, tronco e cabeça. Movimentos apressados dos braços e das pernas.</p> <p>C) Marchas compassadas e aceleradas.</p> <p>D) Corridas e jogos escolares.</p>
2º ANNO
<p>A) Os mesmos exercicios do primeiro anno acompanhados de canto.</p> <p>B) Formattura para os exercicios gymnasticos.</p> <p>C) Marchas militares, marchas combinadas, marchas em acelerado.</p> <p>D) Corridas com pequenos obstaculos. Corridas de velocidade.</p> <p>E) Jogos gymnasticos.</p>
3º ANNO
<p>A) Exercicios callisthenicos feitos em classe e ao ar livre.</p> <p>B) Passos rithmicos ou de dansa.</p> <p>C) Formaturas e evoluções gymnasticas em passo ordinario e acelerado. Marchas combinadas.</p> <p>D) Pulos, corridas.</p> <p>E) Jogos gymnasticos.</p>

4º ANNO

- A) Exercícios callisthenicos executados com rigor.
- B) Repetição dos exercícios do terceiro anno.
- C) Exercícios com alteres e bastões.
- D) Exercícios militares para a secção masculina.

Fonte: Programa para os grupos escolares do Paraná promulgado por meio da Portaria n. 86 de 19 de agosto de 1921.

Apesar de não sabermos exatamente quais eram os *jogos gymnasticos* mencionados no programa, nota-se que as atividades previstas pela nova inspetoria do ensino eram bem mais dinâmicas. Apesar das aulas ainda permanecerem compostas por movimentos mais estáticos, que exigiam uma maior seriedade e atenção por parte dos alunos, os jogos, a dança, os pulos e as corridas também foram incorporados. Modificações como estas nos mostram que entre um programa e outro os conteúdos muitas vezes permanecem, mas as finalidades do ensino podem mudar (Chervel, 1990). Talvez isso se justifique pela mudança no horário previsto para a *gymnastica*. Antes, esta era ministrada nos intervalos de recreio. Entretanto, no horário publicado no programa de 1921 os *jogos gymnasticos* deveriam ser realizados no último horário de todas as quintas-feiras. Segundo consta, para os primeiros e terceiros anos o horário era das quatro horas às quatro e meia da tarde, perfazendo um total de trinta minutos de aula. Já os alunos dos segundos e quartos anos teriam cinco minutos a mais de aula, sendo esta realizada das três horas e cinquenta e cinco minutos às quatro e meia da tarde. A partir do programa estabelecido em 1921, vemos um lento surgimento do que hoje se coloca como conteúdos clássicos da Educação Física¹⁶.

Conforme as instruções para execução do programa os exercícios poderiam “ser realizados em conjuncto, no pátio de recreio, com outras classes, sob a direcção de um professor. As marchas e formaturas [deveriam] ser feitas com rapidez e energia e os movimentos executados com elegância” (p. 26). Desta maneira os professores poderiam se revezar no ensino da disciplina. Contudo, a constatação do despreparo destes para o ensino da *gymnastica* fez com que Pietro Martinez registrasse em seu

¹⁶ Ver, por exemplo, a organização dos conteúdos da Educação Física em (COLETIVO DE AUTORES, 1992).

relatório o seu descontentamento em relação à inexistência de uma educação física séria. Segundo ele (1921, p. 57 e 58),

a educação physica, entre nós, infelizmente, ainda está por se fazer, não escapando a esta dura regra geral nenhum Estado da Confederação. O que existe nem se pode classificar como um ensaio, pois faltando a base principal de um systema de educação physica, que é o *preparo de profissionais competentes*, não se pode tomar a sério o que actualmente baptisamos com o pomposo titulo de exercicios e jogos gymnasticos.

Si é certo que para se formar a intelligencia e a vontade é mister escolher bons preceptores, também para adestrar o physico é exigível o concurso de competentes professores que saibam ministrar lições em doses perfeitamente assimilaveis e rigorosamente adequadas para cada caso (grifos meus).

Sendo assim, o problema da educação física na escola estava na falta de um profissional especializado que, com competência, ministrasse as aulas da maneira satisfatória. Isso não significa que a culpa era dos professores, pelo contrário, o inspetor acreditava que estes já estavam sobrecarregados em virtude dos esforços despendidos no ensino dos outros saberes, constantes nos programas e horários, que precisavam passar às crianças nas aulas diárias. Para ele, “a creança, em virtude da tendencia natural pelo esporte, consequencia da intensidade da vida que circula em todo o systema arterial e nervoso, póde ainda dar uma hora de esforço suave para os exercicios. O professor, porém, é que não póde sobrecarregar-se” (p. 58 e 59). Pietro Martinez acreditava que ministrar as aulas de *gymnastica* exigia muito esforço e demandava um conhecimento especializado sem o qual, “os exercicios de gymnastica e os jogos escolares deixarão de obedecer a um criterio racional e de proporcionar os resultados que essas aulas reclamam” (p. 107). Em vista disso, o inspetor defendia a necessidade de

entregar essa parte importantíssima da educação a quem disso apenas cuide. Nas cidades onde haja mais de um grupo escolar, devem ser nomeados instructores que se revelem capazes. Na nossa capital a empreza não é difficil, pois dispõe o Estado de magnificos elementos na sua briosa e disciplinada Força Militar, capazes de darem ao ensino da gymnastica uma organização magnifica (p. 59).

Esta transferência da responsabilidade de ministrar estas aulas do normalista para um instrutor exclusivo ou, segundo PAIVA (2003, p. 395), “esse paulatino forjar

da necessidade de formação específica, (...) é um dos indícios que tornam evidentes a constituição de uma especificidade e, portanto, dos processos de engendramento do campo da educação física”.

Conforme observamos anteriormente somente a cidade de Curitiba tinha em sua circunscrição escolar mais de um grupo funcionando. Na tentativa de solucionar o problema Pietro Martinez foi buscar o auxílio dos militares para cuidar com maior dedicação e responsabilidade da educação física das crianças. Neste sentido, a nomeação de um instrutor de *gymnastica* incluiria no cotidiano escolar mais um profissional para quem os alunos deveriam dedicar obediência e atenção.

Dentre muitos, podemos apontar o Tenente Artistoteles Xavier, cuja vocação manifesta pelo esporte e pelo escotismo constitui garantia de pleno êxito. A seu cargo podem ficar os 11 grupos existentes, distribuindo-se as aulas pela manhã e à tarde e ampliando-as em exercícios coletivos nos domingos e dias feriados, nas nossas grandes praças, em horas matutinas (Relatório de autoria de César Pietro Martinez – Inspetor Geral do Ensino – referente ao ano de 1921, p. 59).

Ex-sargento do exército, Aristóteles Xavier foi nomeado para integrar o corpo de bombeiros do estado do Paraná em 1913 (ERVEN, 1954). Como 2º tenente desta corporação escreveu e publicou dois livros: “Elementos de pyrologia applicada ao serviço de bombeiros” (1916) e “Gyria dos Delinquentes – dialecto dos malandros” (1922). Na carreira militar também exerceu o cargo de instrutor da Escola Policial da Guarda Cívica.

Designado pelo Decreto nº 148 de 6 de Fevereiro de 1922, Aristóteles Xavier ficou encarregado de ministrar aulas de *gymnastica* tanto para os alunos dos grupos escolares da capital, quanto para os estudantes da Escola Intermediária¹⁷. Em vista disso, o instrutor precisava circular por todos estes estabelecimentos de ensino ao longo da semana. Analisando os documentos sobre a instrução pública da época não encontramos nenhum registro sobre a existência de proventos referentes ao cargo de instrutor geral de *gymnastica*.

¹⁷ Destinada a habilitar alunos para a matrícula no Ginásio Paranaense e na Escola Normal, a Escola Intermediária recebia estudantes que concluíram o ensino primário ou que eram aprovados nos exames de admissão.

FIGURA 6
Aristóteles Xavier



Fonte: Xavier, Aristóteles. Elementos de pyrologia applicada ao serviço de bombeiros. Curitiba: Typographia da Penitenciaria, 1916.

Apesar de possuir um maior conhecimento em relação à prescrição e realização dos exercícios físicos, será que os militares dariam conta de sozinhos atender as condições fisiológicas de cada aluno de acordo com as recomendações presentes nas teorias pedagógicas da época? Visando melhorar a educação física nas escolas o inspetor geral do ensino além de recorrer aos militares também contou com o auxílio dos médicos.

A avaliação do estado de saúde dos alunos bem como as orientações quanto aos cuidados com a higiene do corpo eram de fundamental importância para diagnosticar problemas e buscar soluções. Em vista disso, o acompanhamento médico por meio de exames tornou-se uma intervenção tida como pré-requisito para a realização e

desenvolvimento das aulas de *gymnastica*. Segundo Pietro Martinez, o exame médico era “a base de todo programma de gymnastica individual, pois nem se comprehende que tratando-se da vida de um ser cujo organismo se desenvolve por edades, se possa por de lado a hygiene e a medicina” (p. 58).

A luta por um serviço de inspeção médico-escolar não era inédita na instrução pública paranaense, não obstante, recomendações dessa natureza já tinham sido feitas em outros momentos por políticos como o ex-secretário do interior, justiça e instrução pública – Luiz Antonio Xavier – em novembro de 1910. Segundo ele,

para se chegar a um resultado convenientete e satisfatorio, tendo-se em vista a natureza de cada alumno, na ministração da gymnastica, bem como das outras medidas higienicas preventivas, é imprescindivel, em nosso meio, o estabelecimento da inspecção medica dos collegiaes, á exemplo do que se realiza com grandes vantagens e exito real em todos os centros adiantados. (p. 17).

Todavia, o serviço de inspeção médico-escolar só foi se concretizar no estado do Paraná por meio da lei n. 2095 de 31 de março de 1921. Inaugurado no mês de julho do mesmo ano este serviço funcionou subordinado à inspetoria geral do ensino, sendo convidado para coordenar os trabalhos o Dr. Mario Gomes¹⁸. De acordo com Pietro Martinez (1920, p.24), caberia à inspeção médico-escolar “a visita ás escolas e grupos, examinando á meúdo seus alumnos e professores”.

Os problemas de saúde que atingiam parte da infância paranaense estavam relacionados sobretudo à falta de hábitos de higiene. Diante disso, promover e difundir noções de higiene na escola primária era um desafio tanto para o Paraná, como para outros estados brasileiros (FARIA FILHO, 2000; ROCHA, 2000; SOUZA, 1998; VAGO, 2002). Após as primeiras inspeções o Dr. Mario Gomes assinala a existência de casos como os de “pediculose, dermatose, anemias de varias natureza, principalmente as ocasionadas por verminose, (...) afora muitos casos de molestias e affecções contagiosas, embora benignas, tambem isolados ou tratados” (Relatório referente ao ano de 1921, p. 125 e 126).

¹⁸ Além de médico, Mario Gomes também atuou a partir de 1920 como lente da cadeira de Toxicologia e Noções de Higiene do curso de Farmácia da Universidade do Paraná (COSTA, Iseu; LIMA, Eduardo, 1992).

Dentre as medidas mais urgentes recomendadas pelo Inspetor Médico-escolar estava a “instituição dos exercícios físicos obrigatórios em todos os estabelecimentos de ensino” (p. 127). Segundo ele, “considerável é o numero de creanças insuficientemente desenvolvidas que tive occasião de observar” (p. 125).

Com efeito, a importância de se exercitar decorre da necessidade de fortalecimento do corpo da nova geração. As soluções para a melhoria da educação física dos alunos estariam – além da nomeação de um militar para exercer o cargo de instrutor dos exercícios físicos e da instituição do serviço médico-escolar – nas medidas provenientes da implementação do que Pietro denominou de “Curso de *Gymnastica*”. Segundo ele,

todos os alunos de idade superior a 9 annos poderão matricular-se nesse curso, depois do indispensável exame medico. Cada um terá a sua folha individual registrada em livro competente e na qual constarão todos os dados relativos á sua saúde, agudeza sensorial, pezo, estatura, índice de respiração, força dynamometrica, estado dos pés e das mãos, índice de robustez, etc. Em outra pagina serão registrados os dados relativos ao seu desenvolvimento, força muscular, de tracção, impulsão, suspensão, corridas, saltos, etc. Semestralmente a folha será substituída por outra, na qual constam as differenças, para mais ou para menos resultantes dos exercícios gymnasticos. (p. 59).

As recomendações de Pietro referentes à educação física também foram discutidas na época por outros profissionais da educação como, por exemplo, Fernando de Azevedo. Em seu trabalho intitulado “Da educação física” – cuja primeira edição foi publicada em 1920, mesmo ano da vinda de Pietro Martinez ao Paraná – Fernando de Azevedo defende a atuação exercida pelo médico em conjunto com o professor dentro da escola. Além da necessidade do exame médico, o autor também defende a importância da avaliação física dos alunos por parte do professor. Para AZEVEDO (1960, p. 91), compete a este constatar “pelos processos vários de mensurações corporais, os resultados de seu ensino, (...), [e fazer] o registro dos benefícios, que provieram dos exercícios, e dos inconvenientes, que determinaram”. Com efeito, através do curso de *gymnastica* sugerido, o instrutor responsável teria um maior controle quanto à organização e registro dos alunos nestas atividades.

INSTRUÇÃO PUBLICA DO ESTADO DO PARANÁ	
EDUCAÇÃO PHYSICA	
FOLHA INDIVIDUAL SEMESTRAL	
De.....de.....a.....de.....de 192.....	
<i>Grupo Escolar</i>	
Nome.....	
Nascido em.....de.....de 19.....	
Matriculado em.....de.....de 19.....	
Classe..... N°.....	
ESCOTISMO	
Brigada.....	
Columna.....	
Bandeira.....	
Pelotão.....	
Reconhecimento ou Companhia.....	
Partido ou Grupo.....	
Patrulha.....	
Graduação.....Classificação.....	

Fonte: Relatório do Inspetor Geral do Ensino – Cesar Pietro Martinez – datado de 1921.

As práticas de medição, observação e classificação dos alunos partiram da constituição de uma pedagogia científica, ou melhor, de uma pedagogia vista como ortopedia (CARVALHO, 1997). Neste sentido, de um lado estavam as características ou o caráter específico do aluno, do outro o tipo ideal que o mesmo deveria se enquadrar – baseado em normas preestabelecidas “que a ciência contemporânea colecionava em seu afã de justificar as desigualdades sociais e de explicar o progresso e o atraso dos povos pela existência de determinações inscritas na natureza dos homens” (idem, p. 278) – e, entre estas balizas, as possíveis correções provenientes dos trabalhos realizados nas aulas.

Conforme as recomendações de Pietro, antes de preencher a folha individual e de matricular-se no curso os alunos deveriam se submeter à avaliação médica. Neste momento as crianças tinham seus corpos minuciosamente examinados e as medidas obtidas eram comparadas com os números recomendados pelos estudos provenientes das faculdades de medicina. Assim, as crianças eram classificadas e separadas de acordo com os resultados alcançados. Surge daí mais um dos objetivos almejados com as aulas de *gymnastica*, qual seja: a busca pela maior aproximação possível dos números correspondentes aos índices considerados positivos de saúde e robustez.

A partir das políticas implementadas por Pietro no que diz respeito à educação física dos alunos, é possível perceber características muito próprias de uma atividade que buscava nada mais nada menos do que a seleção, classificação e padronização do sujeito. Diante destas orientações, nota-se a tentativa idealizada pelos políticos e dirigentes do ensino em regenerar, homogeneizar e disciplinar a população através da educação (CARVALHO, 2003). Tais encaminhamentos, assim como os objetivos com eles almejados, podem ser observados seja por meio da realização de exames médicos, seja pela realização de exames físicos, ou ainda, pelos próprios conteúdos de ensino selecionados (ver o conteúdo dos exames p. 88 e 89).

O acompanhamento dos alunos deveria acontecer por meio da avaliação e registro do desenvolvimento de cada um na realização dos exercícios físicos. Em vista disso, a própria inspetoria geral do ensino determinou o que deveria ser avaliado pelo instrutor. De acordo com o exame físico prescrito, os alunos deveriam apresentar de diferentes maneiras uma série de habilidades como: correr, saltar, trepar e até mesmo nadar e mergulhar.

Contudo, será que era possível a aplicação de tais exercícios e exames nas escolas? Onde os alunos iriam correr os 100, 500 e até 2000 metros? Em que tanque ou piscina eles poderiam nadar e mergulhar? Como pudemos perceber, no Paraná a inexistência de aparelhos de *gymnastica* nas escolas, devido à dificuldade por parte do governo na aquisição dos mesmos, fez com que os próprios governantes optassem por um método de ensino que não exigisse o uso destes equipamentos. Mesmo com algumas reivindicações e tentativas de aquisição dos mesmos, os exercícios dos

membros e das articulações continuaram sendo ministrados ao longo dos anos anteriores à chegada de Pietro. O que levaria o inspetor geral do ensino a acreditar na viabilização destas atividades? Como ele faria para disponibilizar materiais como cordas, pesos e barras? Como veremos no item a seguir, não encontramos nada disso no curso de *gymnastica* organizado pelo tenente Aristóteles Xavier.

EXAME MÉDICO

DATAS			
Estatura			
Peso			
Constituição			
Perimetro Thoraxico			
Natural			
Inspiração			
Expiração			
Ampliação thoraxica. . .			
Capacidade vital			
Dentadura			
Exame dos Sentidos			
Audição/Ouvido			
Direito			
Esquerdo			
Vista/Olho			
Direito			
Esquerdo			
Tacto.			
Olfacto.			
Apparelho respiratório . .			
Coração			
Numero de pulsações . . .			
Extremidades			
Pés.			
Mãos			
Particularidades.			
Índice vital			
Índice de robustez			
Observações			
.....			
.....			
Curitiba,.....de.....de 192.....			
O Medico			
.....			

Fonte: Relatório do Inspetor Geral do Ensino – Cesar Pietro Martinez – de 1921.

EXAME *PHYSICO*

DATAS			
FORÇA			
Em tracção (Kgs) (1). . .			
Por impulsão (Kgs) (1). .			
Por suspensão (Kgs) (1,2).			
CORRIDAS			
De 100 metros			
De 500 metros			
De 800 metros			
De 1000 metros.			
De 1500 metros.			
De 2000 metros.			
De 2000 metros. (50 passos gymn. e 50 ord., altern.)			
SALTOS			
Em altura sem impulso. .			
Em altura com impulso. .			
Em largura sem impulso .			
Em largura com impulso .			
Arremessar peso de Ks. .			
Trepar em uma barra, corda lisa, partindo da posição assentado			
Nado livre de 50 metros .			
Nado livre de 100 metros .			
Mergulhar			
Grupo de instrução			
Frequência.			
Observações			
.....			
.....			
.....			
Curityba,.....de.....de 192.....			
O Instructor			
.....			

Nota:(1) Com ambos as mãos (2) Halteres de hasta longa (3) Média das duas mãos.

Fonte: Relatório do Inspetor Geral do Ensino – César Pietro Martinez – de 1921.

3. A *gymnastica* sob a responsabilidade de Aristóteles Xavier

Ao responder pela *gymnastica*, Aristoteles Xavier se baseou no movimento dos escoteiros para organizar os trabalhos desenvolvidos por ele nas escolas. Segundo as recomendações do inspetor geral do ensino, “cumpre, ao lado da energia *physica*, desenvolver a vontade e neste caso o escotismo, instituição nacional (sic!), [este] apresenta-se como escola de educação e das melhores” (Relatório encaminhado ao Governo do Estado do Paraná em 1921, p. 59).

Criado pelo general inglês Robert Stephenson Smyth Baden Powel por volta de 1907, o escotismo era visto como um importante meio de promoção da educação moral e cívica ao inculcar nas crianças o sentimento de amor à Pátria. Atrelado à políticas de teor nacionalista, suas práticas também contemplavam a educação física dos alunos juntamente com as preocupações com a saúde destes para quem apostava-se o futuro do Brasil. O intuito era formar cidadãos que com suas virtudes, astúcia e educação, não apenas física mas moral e cívica, pudessem contribuir para o desenvolvimento da nação (NASCIMENTO 2004 e SOUZA 2000).

De acordo com as instruções para a organização de núcleos de escoteiros adequados ao ensino da *gymnastica* moderna¹⁹ de autoria de Aristoteles Xavier, os alunos deveriam ser divididos em diferentes facções. No caso dos meninos, a primeira seria denominada de patrulha e era composta de sete escoteiros comandados por um monitor. Em seguida viriam formações como o partido, o reconhecimento e o pelotão. O primeiro seria composto por duas patrulhas comandadas por um guia. O segundo por dois partidos sob o comando de um sub-chefe. Já o terceiro compunha-se de dois reconhecimentos sob o comando de um chefe. Além destes, os últimos escalões existentes eram denominados de bandeira, coluna e brigada. A primeira era composta por dois pelotões comandados por um capitão. A segunda por duas bandeiras chefiadas por um comandante. A brigada, último escalão, deveria ser constituída por duas

¹⁹ Apesar de não identificarmos o que Aristóteles Xavier entendia como “*gymnastica* moderna”, através dos documentos por nós coligidos acreditamos que ele estava se referindo à prescrição e aplicação de atividade física racional, ou seja, de acordo com o conhecimento científico, como os exercícios desenvolvidos por Schreber e diferente da *gymnastica* acrobática criticada por Domingos Nascimento.

colunas sob o comando de um brigadeiro (Revista “O Ensino”, ano II, n. 3. Curitiba, outubro de 1923).

No caso das meninas o número de facções era menor. A primeira formação também denominava-se patrulha e também era composta de sete escoteiras sob o comando de uma monitora. Em seguida viriam o grupo, a companhia e a brigada. O primeiro formado por duas patrulhas sob o comando de uma guia. A segunda por dois grupos comandados por uma sub-chefe. Por último a terceira composta de duas companhias sob o comando de uma escoteira chefe (Idem, sem número de páginas).

Além da hierarquia estabelecida pelas facções os alunos também deveriam ser divididos por idade em: menores de oito anos pertenciam ao grupo dos sub-aspirantes e entre oito e dez anos eram considerados como aspirantes. Segundo Aristóteles Xavier, “os *sub-aspirantes* farão sómente *gymnastica* e os *aspirantes* deverão conhecer ainda o Hymno Nacional, as peças do seu fardamento e o Código dos Escoteiros. Uns e outros não são ainda escoteiros *effectivos*, podendo, no entanto, vestir o uniforme” (grifos do original). Além destes também teriam os considerados noviços, com idade superior a dez anos “que receberão instrução de accôrdo com o programma estabelecido pela Associação Brasileira de Escoteiros”.

Inserir a organização dos escoteiros associada ao ensino da *gymnastica* contribuiu para a aplicação de uma atividade ainda mais militarizada. Uma das principais influências que a educação militar proporcionava era a promoção de hábitos de disciplina. A necessidade de estabelecer consensos quanto à importância do respeito às regras formava nas crianças uma espécie de “unidade de doutrina”. Segundo FERREIRA NETO (1999, p. 22), “na doutrina do Exército, ser disciplinado é aceitar com convicção e sem reservas a necessidade de uma lei comum, que regule e coordene os esforços dos seus quadros”.

Juntamente com os requisitos necessários para a organização de um núcleo de escoteiros também deveriam ser respeitados os preceitos referentes à educação física dos alunos. Em vista disso, estes também precisavam estar dispostos de acordo com os níveis de ensino preestabelecidos, quais sejam: ciclo elementar formado por crianças até dez anos de idade; ciclo médio por crianças de dez a treze anos e ciclo superior por

crianças acima de treze anos. De acordo com o instrutor geral, “Tratando-se de classes mixtas, poderão as creanças de ambos os sexos dos Cyclos Elementar e Médio, fazer exercicios gymnasticos em conjuncto, porém, as do Cyclo Superior executarão esses exercicios separadamente, por sexo”. Tais medidas, no entanto, não deveriam ser vistas de maneira rígida, engessada. Segundo Aristóteles Xavier,

Cumpre-nos referir que a classificação em edades é uma simples indicação, não constituindo regra absoluta. Ao medico, incessante collaborador do instructor, competirá organizar turmas homogeneas, mais pela constituição physica do que pela idade physiologica de cada alumno. Assim, as creanças de uma mesma idade serão classificadas em *fortes* e *fracas*. As fortes serão exercitadas no cyclo correspondente á sua idade, ao passo que as fracas serão incluídas no cyclo antecedente. Supponhamos uma creança de 11 annos considerada *fraca* (cyclo médio). É obvio que, nestas condições, será transferida para o cyclo anterior (cyclo elementar), até ser considerada *forte* pelo medico. (Idem, grifos do original).

Sendo assim, não era a idade que predominava para a organização dos alunos nas aulas e sim o resultado apresentado por estes na realização dos exercícios. Além da possibilidade de identificar alunos mais fracos que os demais colegas da mesma idade, uma criança de dez anos, por exemplo, também poderia apresentar melhores resultados (saltar ou correr mais) do que um aluno mais velho em relação a ela. Classificar as crianças em fortes e fracas era considerada não só uma prática comum, mas cientificamente necessária. Ao esquadrinhar as diferenças em relação ao vigor e porte físico dos alunos os dirigentes do ensino acreditavam que, com isso, chegariam mais rapidamente à formação de indivíduos que com sua constituição forte e robusta poderiam defender os interesses da nação brasileira.

Assumidas as devidas posições, para subir de nível – de uma facção à outra – as crianças deveriam se submeter a exames. Após a aprovação deveriam aguardar um prazo predeterminado entre um exame e outro. Alguns cargos como o de capitão, comandante e brigadeiro, só poderiam ser preenchidos por merecimento e capacidade comprovada. Neste sentido, Aristoteles Xavier destaca a importância e necessidade “que o director do estabelecimento, com habilidade, se sirva dessas promoções para o estímulo dos alumnos nos estudos” (Idem). O instrutor salienta ainda que: “enquanto não se tiver monitores habilitados com os respectivos exames, convirá organizar-se

sómente as patrulhas, em caracter provisorio, sob o commando dos alumnos mais capazes” (Idem).

As instruções recomendadas pelo instrutor geral deveriam nortear os trabalhos dedicados ao ensino da *gymnastica* nas escolas de ensino primário em todo o estado do Paraná. Contudo, algumas alterações devem ser levadas em consideração tendo em vista a necessidade de encarar a realidade apresentada por cada instituição escolar.

As aulas de *gymnastica* ministradas por Aristoteles Xavier – segundo suas anotações registradas em relatório – eram praticadas tanto pelos meninos quanto pelas meninas. Ao contrário do que previa Pietro Martinez, participaram das atividades alunos com idade a partir de oito anos. Entretanto, não foram todos os alunos que freqüentaram tais atividades conforme podemos observar nos quadros 11 e 12.

QUADRO 11
Número de alunos divididos por sexo e idade que freqüentavam as aulas de
***gymnastica* ofertadas nos grupos escolares da Capital.**
1923

GRUPO ESCOLAR ANEXO Á ESCOLA NORMAL			GRUPO ESCOLAR 19 DE DEZEMBRO		
Idade	Sexo Feminino	Sexo Masculino	Idade	Sexo Feminino	Sexo Masculino
8 annos	10	16	8 annos	25	28
9 annos	8	29	9 annos	26	27
10 annos	5	34	10 annos	22	18
11 annos	2	24	11 annos	29	14
12 annos	6	26	12 annos	18	19
13 annos	2	17	13 annos	7	8
14 annos	1	5	14 annos	11	3
TOTAL	34	151	TOTAL	154	143
Monitores(as)	4	19	Monitores(as)	Manhã 2 Tarde 18	Manhã 7 Tarde 12
GRUPO ESCOLAR CONSELHEIRO ZACHARIAS			GRUPO ESCOLAR CRUZ MACHADO		
Idade	Sexo Feminino	Sexo Masculino	Idade	Sexo Feminino	Sexo Masculino
8 annos	25	13	8 annos	11	19
9 annos	9	12	9 annos	14	14
10 annos	24	16	10 annos	21	9
11 annos	14	12	11 annos	4	5
12 annos	7	5	12 annos	10	4
13 annos	-	5	13 annos	3	3
TOTAL	79	63	TOTAL	63	54

Monitores(as)	10	8	Monitores(as)	8	7
GRUPO ESCOLAR PROFESSOR BRANDÃO			GRUPO ESCOLAR OLIVEIRA BELLO E CARVALHO		
Idade	Sexo Feminino	Sexo Masculino	Idade	Sexo Feminino	Sexo Masculino
8 annos	16	20	8 annos	2	23
9 annos	13	15	9 annos	24	12
10 annos	4	11	10 annos	20	23
11 annos	8	16	11 annos	21	13
12 annos	6	9	12 annos	11	10
13 annos	1	2	13 annos	9	7
14 annos	-	4	14 annos	4	-
15 annos	-	1	15 annos	1	-
TOTAL	48	78	TOTAL	92	88
Monitores(as)	6	10	Monitores(as)	12	11
GRUPO ESCOLAR TIRADENTES			GRUPO ESCOLAR DR. XAVIER DA SILVA		
Idade	Sexo Feminino	Sexo Masculino	Idade	Sexo Feminino	Sexo Masculino
8 annos	24	5	8 annos	40	não consta
9 annos	33	5	9 annos	53	não consta
10 annos	23	4	10 annos	72	não consta
11 annos	25	1	11 annos	47	não consta
12 annos	30	1	12 annos	45	não consta
13 annos	17	-	13 annos	21	não consta
14 annos	6	-	14 annos	3	não consta
15 annos	-	-	15 annos	2	não consta
TOTAL	158	16	TOTAL	283	221
Monitores(as)	20	2	Monitores(as)	35	28
GRUPO ESCOLAR PROFESSOR CLETO			GRUPO ESCOLAR RIO BRANCO		
Idade	Sexo Feminino	Sexo Masculino	Idade	Sexo Feminino	Sexo Masculino
8 annos	7	15	8 annos	não consta	não consta
9 annos	18	12	9 annos	não consta	não consta
10 annos	12	12	10 annos	não consta	não consta
11 annos	8	3	11 annos	não consta	não consta
12 annos	4	6	12 annos	não consta	não consta
13 annos	2	3	13 annos	não consta	não consta
TOTAL	51	51	TOTAL	102	107
Monitores(as)	6	6	Monitores(as)	7	5

Fonte: Relatório de autoria do Tenente Aristoteles Xavier – Instructor Geral de Gymnastica – assinado em 3 de julho de 1923 e anexado ao relatório de César Pietro Martinez – Inspetor Geral do Ensino.

QUADRO 12
Resumo do efetivo de alunos divididos por sexo que freqüentavam as aulas de
***gymnastica* ofertadas nos grupos escolares da Capital.**
1923

GRUPOS	Sexo Feminino	Sexo Masculino	TOTAL	Número de Alunos Matriculados*
Annexo á Escola Normal	41	151	192	307
Conselheiro Zacharias	79	63	142	275
Cruz Machado	63	54	117	231
19 de Dezembro	154	143	297	442
Professor Brandão	48	78	126	302
Professor Cleto	51	51	102	229
Oliveira Bello e Carvalho	92	88	180	403
Rio Branco	102	107	209	467
Tiradentes	158	16	174	338
Dr. Xavier da Silva	283	221	504	766
TOTAL	1.071	972	2.043	3.760

(*) Números relacionados de acordo com o relatório do serviço de estatística de 1923 referente ao ano de 1922 anexo ao relatório do Inspetor Geral do Ensino – Cesar Pietro Martinez.

Fonte: Relatório de autoria do Tenente Aristoteles Xavier – Instructor Geral de *Gymnastica* – assinado em 3 de julho de 1923 e anexado ao relatório de Cesar Pietro Martinez .

As aulas de *gymnastica* dos grupos escolares de Curitiba a cargo de Aristóteles Xavier acarretaram uma mudança no horário inicialmente previsto por Pietro Martinez para o ensino desta disciplina. A necessidade de visitar os onze grupos escolares distribuídos em toda a capital fez com que o instrutor ministrasse algumas de suas aulas fora do horário regular (conforme veremos mais adiante). A partir dos números acima apresentados nota-se uma queda acentuada entre os alunos matriculados nos grupos escolares de Curitiba e aqueles que freqüentavam as aulas de *gymnastica*. Os dados computados e acima relacionados nos fazem questionar até que ponto estas aulas, sob a responsabilidade de um instrutor específico, foram bem vistas pelos alunos. Como justificar a ausência nestas atividades de quase a metade dos estudantes matriculados nos diferentes grupos? Não temos como precisar quais foram os verdadeiros motivos desta discrepância entre os dados. Porém, é preciso salientar as possíveis desistências – não só dos exercícios físicos – por parte de alguns alunos ao longo do ano, ocasionando, desta maneira, uma queda no número de freqüência em relação ao número de matrícula. Nota-se também que a inexistência de alunos com idade inferior a oito anos na realização destas atividades era outro fator que

contribuiria para aumentar a diferença entre os alunos matriculados nos grupos e aqueles que realmente praticavam os exercícios *gymnasticos*.

Seguindo suas próprias recomendações, para auxiliar na prescrição dos exercícios Aristóteles Xavier contou com o auxílio dos alunos destacando os mais capazes e nomeando-os monitores. A distinção na realização das atividades dava a oportunidade de fazer parte do grupo dos mais aptos e que, por isso, teriam condições de por meio do exemplo auxiliar o instrutor na exposição dos exercícios. Esta ascensão se dava por meio da graduação nos diferentes níveis de liderança tais como: monitor de patrulha, monitor de classe e monitor chefe. Ao monitor de patrulha ficaria a responsabilidade de cuidar de um conjunto de sete alunos. Em cada classe era eleito um monitor de classe e em cada grupo escolar um monitor chefe. Assim como a classificação dos alunos, na organização dos trabalhos as hierarquias também deveriam ser respeitadas. Trata-se de procedimentos baseados, sobretudo, na meritocracia. Segundo Aristóteles Xavier, “tal organização, inspirada nas organizações escotistas, deu os melhores resultados, tanto mais que estabeleci distintivos para os graduados” (Relatório de autoria do Tenente Aristoteles Xavier – Instructor Geral de Gymnastica – assinado em 3 de julho de 1923 e anexado ao relatório de Cesar Pietro Martinez, p. 73).

No que diz respeito à classificação dos alunos, encontramos registros da divisão destes em três classes distintas formadas de acordo com o grau de adiantamento de cada um. Esta classificação se deu a partir da realização de exames cuja nota era o determinante para a distribuição dos mesmos. Os valores das notas eram os mesmos adotados nos grupos escolares, ou seja: 0 – péssima, 1 – má, 2 – sofrível, 3 – regular, 4 – boa, 5 – ótima. Desta maneira, os alunos que passavam nos exames de *gymnastica* com nota máxima faziam parte da primeira classe, os que atingiam resultados entre quatro e cinco pontos formavam a segunda classe, e os que ficavam com a média inferior a quatro constituíam a terceira classe (Idem, p. 73). De acordo com Aristoteles Xavier,

Na 1ª quinzena de junho de 1922 fiz um concurso geral individual entre os alumnos dos Grupos para tirar a média de cada um delles e assim certificar-me do seu grau de adiantamento. Organisei, então, o seguinte programma, para os exames individuaes:

- a) Posição inicial e de descanso;
- b) Voltas;
- c) Marchas;
- d) Séries de Gymnastica (4 séries).

Os monitores deviam apresentar as notas contendo os nomes dos examinados e dar as vozes de commando.

Vozes: Descançar! Sentido! Oitava á direita-volver! Oitava á esquerda-volver! Esquerda-volver! Direita-volver! Meia volta-volver! Marcar passo! Alto! Ordinario-marche! Alto! Tomar duplos intervallos á esquerda ou á direita-marche! 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, série de gymnastica! Começar! Retomar os intervallos-marche! (O alumno deverá saber trocar passo e alinhar-se).

Baixei as seguintes instrucções para a bõa regularidade dos exames:

- a) Os que faltarem aos concursos sem causa justificada, tirarão a nota 0 (zero).
- b) Somente poderão tomar parte nos exercícios collectivos os monitores e os alumnos de 1ª e 2ª classes.
- c) Os alumnos de 3ª classe (aprendizes), soffrerão nova instrucção desde o inicio, inclusive os que faltarem.

Durante a realização do exame, o aluno deveria demonstrar o domínio dos movimentos mais requisitados associados ao conhecimento dos principais comandos para a realização dos exercícios e das séries. Sendo estas de maior complexidade uma vez que envolvia o deslocamento – que nos exercícios de *gymnastica* de conjunto deveria ocorrer de maneira sincrônica demonstrando o entrosamento entre os alunos – por meio das marchas, voltas e combinação das diferentes posições.

Para o sucesso das atividades não era apenas o comprometimento ou o interesse dos alumnos que eram avaliados. Lembre-se que, não neste caso, mas no exame físico mencionado anteriormente (p. 89), estes deveriam realizar uma série de exercícios extenuantes. Nota-se com isso muito mais a idéia de atingir resultados do que a valorização da participação dos alumnos propriamente dita. No entanto, analisando o quadro contendo o número de alumnos examinados por Aristóteles Xavier juntamente com as médias de cada grupo escolar percebemos que, em alguns casos, muitas crianças não compareceram ao exame. Fato este que aconteceu de maneira mais expressiva no grupo escolar Cruz Machado onde das 117 crianças que freqüentavam as aulas de *gymnastica* somente 18 fizeram o exame.

QUADRO 13
Médias dos exames individuais aplicados aos alunos que freqüentavam as aulas
de *gymnastica* ofertadas nos grupos escolares da Capital.
1923

GRUPOS	N. Alunos	Média
Annexo á Escola Normal	116	4,3
Conselheiro Zacharias	61	4,4
Cruz Machado	18	3,1
19 de Dezembro	91	3,5
Professor Brandão	58	4
Professor Cleto	40	3,4
Oliveira Bello e Carvalho	78	3,6
Rio Branco	72	4,8
Tiradentes	101	4,5
Dr. Xavier da Silva	273	4,4

Fonte: Relatório de autoria do Tenente Aristoteles Xavier – Instructor Geral de *Gymnastica* – assinado em 3 de julho de 1923 e anexado ao relatório de César Pietro Martinez – Inspetor Geral do Ensino.

Como pudemos observar, a realização do exame era muito importante para a continuidade do trabalho. Para transmitir aos alunos esta importância e no intuito de evitar a ausência dos mesmos Aristóteles Xavier relacionou uma série de medidas como, por exemplo, aceitar somente os alunos com bom desempenho na participação dos exercícios coletivos e zerar a nota daqueles que não comparecessem. Além destas, após o exame o instrutor resolveu adotar mais uma. Segundo ele, “não obstante tantas medidas tendentes a evitar abusos, tornou-se necessario que varios directores viessem em meu auxilio e levassem em conta no boletim mensal as notas obtidas nas aulas de *gymnastica*” (p. 79). Os abusos aos quais o instrutor se referia era justamente a aparente falta de comprometimento dos alunos. Neste sentido, destaca-se o uso da nota como meio de punição. Estamos nos referindo à transição dos métodos de admoestação que deixa de lado o uso dos castigos corporais e passa a adotar os exames dos alunos. Conforme nos mostra FOUCAULT (1999, p. 154), o exame “é um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados”.

Ao relatar sua experiência, Aristóteles Xavier aos poucos revelava os obstáculos encontrados com o desenvolvimento do trabalho. Trata-se dos embaraços

decorrentes das primeiras tentativas de implementação do novo, ou seja, da necessidade de executar aquilo que nunca foi testado e que por meio do teste vai se moldando, se aperfeiçoando. Em vista disso, escreveu o instrutor: “encontrei serias dificuldades no desempenho de minhas funções, mas, graças ao auxílio que me foi prestado pela maioria dos Srs. Directores e Professores dos grupos, consegui vencel-as uma á uma” (p. 72). Dentre os problemas levantados por ele encontra-se

a má compreensão de muitos paes, alguns dos quais chegaram a retirar os filhos dos estabelecimentos para não fazerem exercicios phisicos! Uns diziam não terem seus filhos para serem soldados (!), outros mandavam-me recados pelos proprios filhos, dizendo-me estarem elles na escola para aprenderem a fazer contas (sic) e outras parvoices ... (p. 72).

A reação dos pais reitera a associação das atividades aplicadas por Aristóteles Xavier à educação de cunho militarista. No entanto, por que eles não queriam que seus filhos fossem militarizados? Atitudes como estas nos mostram as resistências à escolarização de determinados conteúdos de ensino. Mesmo assim, o que levaria a má compreensão por parte destes pais? Neste caso fica difícil fazermos qualquer tipo de afirmação, entretanto, o trabalho com a documentação referente à instrução pública da época nos faz pensar em algumas possibilidades. O estilo de vida – a maioria vivia do trabalho rural, outros eram empregados das primeiras e poucas fábricas existentes na capital, poucos eram comerciantes – era um fator que impedia os pais de liberarem seus filhos tendo em vista que as crianças precisavam ajudar no trabalho doméstico ou até mesmo auxiliá-los a adquirirem o sustento da família. No manuseio das fontes, percebemos a existência de registros de pais que retiravam seus filhos da escola assim que os mesmos aprendessem a ler, escrever e contar. Conseqüentemente, a revolta não seria pelo fato de as aulas de *gymnastica*, em alguns casos, passarem a acontecer fora do horário regular em um período no qual as crianças já estariam ocupadas? De acordo com o programa dos grupos escolares do estado do Paraná publicado em 1921, o horário das aulas era das 12 horas às 16:30 horas (comparar com o quadro 14). Neste sentido, tais aulas não seriam bem vindas uma vez que a presença em mais estas atividades faria com que os pais perdessem a oportunidade de contar com a ajuda dos filhos.

De acordo com Aristóteles Xavier, o horário era mais uma de suas dificuldades. Para ele, “difficilmente, trabalhando diariamente desde às 8 horas da manhã até às 41/2 da tarde, consegui dar uma aula por semana para cada estabelecimento” (p. 72). Na tentativa de solucionar mais este problema, o instrutor desta vez recorreu à inspetoria geral do ensino.

Dahi o meu pedido para nomeação dos instructores auxiliares Snr. Tenente Arthur Praxedes de Miranda, 1º Sargento Manoel Coelho e 2º dito Manoel de Almeida.

Tendo o 1º Sargento Manoel Coelho, seguido quasi nas vésperas da festa para Campo Largo, afim de preparar o grupo local em gymnastica de conjuncto, foi substituido pelo 2º sargento João Evangelista.

Todos pertencem á Força Militar do Estado e muito nos auxiliaram, embora não conhecessem bem os movimentos gymnasticos que foram por mim organizados. Devo, porem, dizer que consegui um poderoso auxilio dos proprios alumnos, nomeando os mais capazes, monitores (p. 72 e 73).

Como podemos perceber, a demanda em trabalhar com as crianças os *movimentos gymnasticos* era considerável para ficar sob a responsabilidade de um único instrutor. Em vista disso, Aristóteles Xavier utilizou-se da classificação dos alunos e da hierarquia militar para receber auxílio dos monitores por ele nomeados. Tais procedimentos decorrem da influência do escotismo em suas aulas. Por outro lado, assim como não encontramos nenhum registro em relação aos proventos decorrentes da nomeação ao cargo de instrutor geral, também não encontramos nada referente à remuneração proveniente da nomeação de instructores auxiliares. Provavelmente tais cargos não eram remunerados pelos cofres públicos.

Apesar das dificuldades em cumprir toda a rotina de trabalho, o novo horário reservado às aulas de *gymnastica* contemplava todos os 11 grupos escolares de Curitiba e mais a Escola Intermediária conforme estava previsto pela inspetoria geral do ensino. As aulas foram previstas com duas horas de duração sendo uma aula por semana para cada grupo. A semana estava toda preenchida com três aulas por dia de segunda a sábado. Não podemos deixar de considerar também o tempo de deslocamento necessário para que o referido instrutor circulasse entre um grupo e outro. Mesmo com o horário fechado, Aristóteles Xavier precisou modificá-lo em virtude de sua nomeação para atuar como instrutor da Guarda Cívica – por meio da

Portaria n. 99 de 3 de agosto de 1922, ou seja, 6 meses após ser nomeado instrutor geral de *gymnastica* – o que aumentaria ainda mais sua jornada de trabalho devido ao acúmulo de cargos (Relatório de autoria do Tenente Aristoteles Xavier – instrutor geral de *gymnastica* – assinado em 3 de julho de 1923 e anexado ao relatório de Cesar Pietro Martinez, p. 79)²⁰.

QUADRO 14
Horário das aulas de *gymnastica* dos grupos escolares de Curitiba.
1923

HORÁRIO	8:00 – 10:00	12:00 – 14:00	14:30 – 16:30
SEGUNDA	Oliveira Bello e Carvalho	Dr. Xavier da Silva (sexo masculino)	Rio Branco
TERÇA	Cruz Machado	Cruz Machado	19 de Dezembro
QUARTA	Anexo à Escola Normal	Anexo à Escola Normal	Professor Cleto
QUINTA	Oliveira Bello e Carvalho	Oliveira Bello e Carvalho	Conselheiro Zacharias
SEXTA	Presidente Pedrosa	Tiradentes	Professor Brandão
SÁBADO	19 de Dezembro	Escola Intermediária	Dr. Xavier da Silva (sexo feminino)

Fonte: Relatório de autoria do Tenente Aristoteles Xavier – Instrutor Geral de *Gymnastica* – assinado em 3 de julho de 1923 e anexado ao relatório de César Pietro Martinez – Inspetor Geral do Ensino.

Apesar de apresentar em relatório o horário das aulas em todos os estabelecimentos de ensino, não sabemos qual o critério por ele utilizado para a construção do mesmo. Nota-se a falta de racionalidade na distribuição do tempo das aulas. Segundo a grade horária cada aula tinha duas horas de duração. Vejam que a recomendação era não deixar de reservar um período pra a atividade do corpo, assim como não deixar muito tempo para este mister sob o risco de cansaço excessivo dos alunos. De fato a carga horária de Aristóteles Xavier estava completamente preenchida. Não fossem as aulas ministradas de segunda a sábado, o instrutor geral ainda precisava dar conta dos “exercícios collectivos nos domingos e dias feriados, nas nossas grandes praças, em horas matutinas” (Relatório de autoria de César Pietro Martinez – Inspetor Geral do Ensino – referente ao ano de 1921, p. 59).

²⁰ Não encontramos nenhuma informação a respeito de como ficou organizado o novo horário da *gymnastica* modificado por Aristóteles Xavier.

Visando atender as recomendações da inspetoria geral do ensino e, de acordo com Aristóteles, “afim de [intensificar] a instrução de *gymnastica* nos Grupos, em 9 de julho de 1922 iniciei uma série de concursos entre os mesmos, sendo julgadores uma comissão de sub-inspectores designados por essa inspetoria, conforme combinamos” (Relatório de autoria do Tenente Aristóteles Xavier – instrutor geral de *gymnastica* – assinado em 3 de julho de 1923 e anexado ao relatório de Cesar Pietro Martinez, p. 79).

Para isso foram organizados dez concursos ao longo dos meses de julho e agosto de 1922 com a participação dos grupos escolares de Curitiba. No mês de julho as atividades aconteceram nas seguintes datas: dia 9 tendo a participação dos grupos “Zacharias” e “Brandão”, no Passeio Público; dia 14 com a participação dos grupos “Rio Branco” e “19 de Dezembro”, na praça Ouvidor Pardini; dia 16 com a participação conjunta dos grupos “Anexo à Escola Normal” e “Tiradentes” versus “Dr. Xavier da Silva”, na praça da República; dia 23 com a participação dos grupos “Oliveira Bello e Carvalho” e “Professor Brandão”, na Praça da República; e no dia 30 com a participação dos grupos “Cruz Machado” e “Professor Cleto” no pátio do Grupo 19 de Dezembro. Já no mês de agosto a ordem de participação e o local de realização dos concursos foram as seguintes: no dia 6 com a participação dos grupos “Zacharias”, “Brandão” e “Tiradentes”, no Passeio Público; no dia 13 com a participação dos grupos “Rio Branco”, “19 de Dezembro” e “Cruz Machado” na praça Theodoro Bayma; no dia 15 com a participação dos grupos “Oliveira Bello e Carvalho”, “Professor Cleto” e “Anexo à Escola Normal”, no Passeio Público; e no dia 20 com a participação dos grupos “Xavier da Silva”, “19 de Dezembro” e “Professor Cleto”, na Praça Ouvidor Pardini. No último domingo do mês de agosto, dia 27, foi realizado um concurso geral no Campo do Internacional F. Club (Relatório de autoria do Tenente Aristoteles Xavier – Instrutor Geral de *Gymnastica* – assinado em 3 de julho de 1923 e anexado ao relatório de Cesar Pietro Martinez, p. 79 e 80).

Para a realização dos concursos Aristoteles Xavier elaborou toda a programação (extraída do relatório supracitado) do que deveria ser realizado, bem como os quesitos que deveriam ser avaliados. Segundo ele,

estabeleci o seguinte programma para os concursos:

- a) Chegada (marcha em desfile, cantando, e voltas);
- b) Estender (á 4 formar e tomar duplos intervallos);
- c) 6 séries de gymnastica, cantando;
- d) Unir (retomar os intervallos e á 2 formar);
- e) Retirada (á 1 formar, marcha em desfile, cantando, e voltas).

Notar:

- a) passo certo, cadencia, alto, as voltas e o canto;
- b) exactidão e uniformidade na manobra;
- c) idem, idem nos movimentos, alinhamentos e canto;
- d) idem, idem nas manobras;
- e) a mesma nota da letra a).

Os movimentos avaliados nos concursos compunham uma apresentação na qual as crianças precisavam mostrar-se consoantes e coesas. Para isso, deveriam observar cada movimento para que não houvesse erros. Tanto nas chegadas como nas retiradas os cuidados estavam direcionados ao passo certo nas marchas em desfiles, assim como também eram observados o ritmo e o compasso tanto no deslocamento e nas voltas como no canto que, por sua vez, também deveria ser alto de maneira que todos pudessem ouvir com clareza. As tomadas e retomadas de posição e intervallos, a realização das séries de *gymnastica*, o entoar dos hinos e das canções, tudo deveria ocorrer na mais perfeita exatidão e uniformidade como se todos se reunissem em um só corpo.

Com efeito, organizar os alunos para a participação dos exercícios *gymnasticos* não era uma tarefa nada fácil. Para a realização dos mesmos era preciso dividir os alunos de acordo com o grau de desenvolvimento de cada um. Nível este determinado não pela idade cronológica e sim biológica da criança. Por isso a ajuda dos médicos, pautada pela necessidade do levantamento dos dados referentes à saúde dos alunos. Devido à grande quantidade de crianças nas aulas constata-se também a nomeação de monitores para auxiliar na instrução dos exercícios, bem como na aplicação de exames realizados periodicamente para mensurar o desenvolvimento alcançado. Soma-se a tudo isso a importância da repetição para maior assimilação dos movimentos, tendo

em vista que o erro não era permitido. Enfim, uma grande quantidade de pré-requisitos necessários para tornar as crianças fortes, robustas e acima de tudo saudáveis.

No que diz respeito à organização do ensino da *gymnastica* percebemos que entre um documento e outro, algumas das práticas presentes nos programas de ensino publicados no início do século passado permanecem até os dias de hoje como conteúdos concernentes à Educação Física escolar.

CONCLUSÃO

Ao longo do século XIX médicos como Schreber dedicaram-se ao estudo da *gymnastica* como possibilidade de promover a educação física das pessoas. No caso dos trabalhos desenvolvidos pelo ortopedista alemão, este publicou métodos próprios de como praticá-la e ensiná-la para as crianças. Na mesma direção, no início do século XX, militares como Domingos Nascimento também se debruçaram na tentativa de aprimorar não só os métodos utilizados para o ensino dos exercícios *gymnasticos*, como os corpos daqueles que os praticavam.

Ao investigarmos a implantação da *gymnastica* como prática escolar obrigatória no ensino público primário paranaense, percebemos que este processo partiu do reconhecimento e adoção das análises, observações e prescrições desenvolvidas por Schreber. Através das recomendações apresentadas por ele em seu compêndio, uma série de exercícios dos membros e das articulações foi implementada nas escolas. Inicialmente esta era ministrada apenas ao sexo masculino, mas, com o passar dos anos, também foi aplicada para o sexo feminino. Os próprios professores dos estabelecimentos de ensino ficaram responsáveis pela transmissão de mais este saber escolarizado. De acordo com os dirigentes da instrução pública, por se tratar de exercícios aplicados à infância e à mocidade paranaense, os professores não poderiam deixar de atender às características individuais dos alunos como a idade e a constituição física de cada um.

Com a influência do escotismo e a partir das práticas implementadas por Aristóteles Xavier, a *gymnastica* realizada no início dos anos vinte do século passado ficou ainda mais militarizada. Naquela ocasião notamos uma preocupação não só com a saúde e a educação física da nova geração, mas, sobretudo, com a associação desta à educação moral e cívica. Neste sentido, notamos também a presença de uma prática voltada para a formação de uma identidade nacional. Os exercícios *gymnasticos* foram ministrados dentro das escolas da mesma forma que ocuparam o espaço da cidade.

Do processo de implantação da *gymnastica* até as inovações apresentadas pela gestão de Pietro Martinez uma série de conflitos marcaram as prescrições sobre a

instrução pública paranaense e, com isso, aquelas referentes à educação física nas escolas. No que diz respeito à organização dos exercícios *gymnásticos*, percebemos que esta também foi objeto de disputa apresentando algumas divergências entre os políticos paranaenses. No embate das idéias e na proposição das questões existiram: aqueles que acreditavam que os exercícios deveriam ser ministrados sem o uso de aparelhos e os que defendiam a aquisição de tais equipamentos; aqueles que apostavam na realização dos exercícios dentro da sala de aula e os que defendiam a prática dos mesmos no pátio das escolas; aqueles que acreditavam que tais atividades deveriam ser de caráter obrigatório e os que achavam que não; aqueles para quem os exercícios deveriam ser lecionados pelos próprios professores e os que reservaram esta parte do programa para um instrutor que cuidasse apenas disso. Percebemos, com isso, a construção social do currículo marcada por um processo de tensão entre diferentes concepções (GOODSON, 1995). Vale lembrar que no desenrolar destas discussões, o reconhecimento e a adoção de uma forma de organizar os trabalhos escolares não significa que as demais não estiveram presentes nas escolas.

A partir das reformas efetuadas na instrução pública primária paranaense localizamos um processo de afirmação da *gymnastica*, principalmente em decorrência da implantação do ensino seriado. Além do tempo, espaço, conteúdos, métodos e objetivos que foram considerados ao longo das reformas anteriores, com a implementação do ensino seriado e com o advento dos grupos escolares esta passou a contar com um instrutor exclusivo. A possibilidade de reunir os alunos de diferentes séries para que juntos pudessem realizar os exercícios *gymnásticos* só foi possível com este tipo de organização do ensino primário. A nomeação de um instrutor responsável apenas por estes conteúdos, e não mais a aplicação dos mesmos pelos próprios professores em algumas escolas, manifestou indícios de um “paulatino forjar da necessidade de formação específica” (PAIVA 2003).

Na medida em que novos regimentos e regulamentos foram construídos novas formas de organizar o ensino da *gymnastica* foram pensadas. Entre um documento e outro, os programas foram preenchidos seja por meio dos exercícios físicos moderados, seja a partir dos jogos *gymnásticos*, ou ainda através da realização de

ambos juntamente com as marchas, formaturas, evoluções, corridas, entre outros. No entanto, os conteúdos que permaneceram no decorrer de todo o período por nós investigado foram os exercícios dos membros e das articulações conforme os desenvolvidos por Schreber.

Com a inserção destas atividades no ensino público primário, notamos a pretensão de alguns políticos paranaenses – como foi o caso de Carlos de Carvalho por exemplo – de melhorar a educação física das crianças que freqüentavam as escolas. A partir da realização dos exercícios físicos e de *gymnastica* acreditava-se na possibilidade de estabelecer o equilíbrio entre as capacidades tanto físicas quanto intelectuais. Neste sentido, com a prescrição de mais este saber juntamente com os intervalos de recreio, pretendia-se combater a fadiga intelectual ou estafa mental (*surmenagem*) dos alunos. Além de promover e preservar a saúde por meio do desenvolvimento físico daqueles que a praticavam, os dirigentes do ensino também procuraram inculcar nos mesmos o hábito de manter em constante desenvolvimento a atividade do corpo para que, com isso, pudessem ter um corpo forte e saudável. Com efeito, medidas como estas corresponderam à crença na educação física como base fundamental do processo de formação das novas gerações.

Na tessitura da escrita da história da *gymnastica* muitas questões suscitam investigação e análise. Mapear o processo de inserção e organização desta no ensino público primário ofertado nas diferentes regiões do nosso país é determinante para um melhor entendimento da educação física no Brasil. Para isso, acompanhar a publicação e a adoção de compêndios relacionados à prática e ao ensino destas atividades nas escolas é uma operação que não pode ser desconsiderada. Mesmo não se tratando de uma história do livro didático, a análise deste material como fonte nos auxilia no entendimento de como a *gymnastica* foi pensada por aqueles que resolveram escrever sobre este assunto. Como vimos, a história do livro didático apresenta uma interação importante com a história das disciplinas escolares (BITTENCOURT, 1993).

No desenvolvimento desta pesquisa percebemos um grande interesse por parte do estado na formação do cidadão – o cidadão do futuro – por meio do processo de escolarização de massa. Formação esta que passava em grande medida pela

intervenção no corpo daqueles que ocuparam os bancos, carteiras e espaços escolares. Daí a inserção dos exercícios *gymnasticos* nos programas do ensino primário. Contudo, é importante atentarmos para a função social, ou para as diferentes funções sociais almeçadas com o ensino destes conteúdos, assim como para o interesse de políticos e intelectuais brasileiros de promover o desenvolvimento e afirmação da nação via instituição escolar. Neste sentido, além dos relatórios da instrução pública, da legislação e dos documentos que regulamentaram a organização dos trabalhos pedagógicos, também é importante mapearmos possíveis debates parlamentares a respeito da contribuição da educação física e da *gymnastica* para o sucesso de mais esta empreitada. Trata-se de possibilidades investigativas para a construção de uma outra história.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Fernando de. *Da Educação Física: o que ela é, o que tem sido e o que deveria ser*. Melhoramentos, 3ª edição, 1960.
- BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Arquitetura e espaço escolar: reflexões acerca do processo de implantação dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903-1928). In: *Educar em Revista*. Curitiba, PR: Ed. da UFPR, n.º 18, p. 103-142, 2001.
- BITTENCOURT, Circe. Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.
- CARVALHO, Marta M. C. de. *A Escola e a República e outros ensaios*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.
- _____. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997.
- CHERVEL, André. 1990. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. In: *Teoria e Educação*, Porto Alegre, n. 2, pp. 177-229, 1990.
- CHOPPIN, Alain. Pasado y presente de los manuales escolares. In: BERRIO, Julio R. (Org.). *La cultura escolar de Europa: tendencias históricas emergentes*. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2000.
- _____. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. In: *Educação e pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, set./dez. 2004.
- COELHO, Mariana. *O Paraná mental*. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2ª edição, 2002.
- COLETIVO DE AUTORES. *Metodologia do ensino de Educação Física*. São Paulo: Cortez, 1992.
- COSTA, Iseu; LIMA, Eduardo (Org.). *O Ensino da Medicina na Universidade Federal do Paraná*. Curitiba: Editora da UFPR, 1992.
- ERVEN, Herbert Munhoz Van. *Bombeiros do Paraná: histórico do corpo de bombeiros do Paraná*. Curitiba: edição do autor, 1954.

- FARIA FILHO, Luciano Mendes. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo: UPF, 2000.
- FERREIRA NETO, Amarílio. *A pedagogia no exército e na escola: a educação física brasileira (1880-1950)*. Aracruz, ES: FACHA, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- GINZBURG, Carlo. Provas e possibilidades à margem de “Il ritorno de Martin Guerres” e Natalie Zemon Davis. In: *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989.
- GONDRA, José. G. Medicina, higiene e educação escolar. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira et alii (Orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- _____. *Artes de Civilizar: medicina, higiene e educação escolar na corte imperial*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.
- GOODSON, Ivor. *Currículo: teoria e história*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- HAMILTON, David. Notas de lugar nenhum: sobre os primórdios da escolarização moderna. In: *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 1, p. 45-73, jan./jun. 2001.
- HEBRARD, Jean. A escolarização dos saberes elementares na época moderna. In: *Teoria e Educação*, Porto Alegre, n. 2, pp. 65-110, 1990.
- JULIA, Dominique. *A Cultura Escolar como objeto histórico*. In: *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas, n.º 1, p. 9-43, 2001.
- _____. Disciplinas escolares: objetivos, ensino e apropriação. In: LOPES, Alice Casimiro e MACEDO, Elizabeth (orgs.). *Disciplinas e integração curricular: história e políticas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- LINHALES, Meily A. *A escola, o esporte e a “energização do caráter”*: projetos culturais em circulação na Associação Brasileira de Educação (1925-1935). Tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.
- MARACH, Caroline. *Idéias e itinerários no periódico “A Escola” (1906-1910)*. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

- MARINHO, Inezil Penna. *Sistemas e métodos de educação física*. Brasil: DEF-MES, 5ª ed., s.d.
- MORENO, Jean Carlo. *Inventando a escola, inventando a nação: discursos e práticas em torno da escolarização paranaense (1920-1928)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.
- NASCIMENTO, Adalson de Oliveira. Educação e civismo: movimento escoteiro em Minas Gerais (1926-1930). In: *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 7, jan./jun. 2004, p. 57-73.
- NICOLAS, Maria. *Cem anos de vida parlamentar. Deputados provinciais e estaduais do Paraná (1854-1954)* Curitiba, 1954.
- NIEDERLAND, William G. *O caso Schreber: um perfil psicanalítico de uma personalidade paranóide*. Tradução de Carlos Roberto Oliveira. Rio de Janeiro: Campus, 1981.
- PAGNI, Pedro Angelo. A prescrição dos exercícios físicos e do esporte no Brasil (1850-1920): cuidados com o corpo, educação física e formação moral. In: FERREIRA NETO, Amarílio (org.). *Pesquisa Histórica na Educação Física*. Vitória: CEFD/UFES, 1997.
- PAIVA, Fernanda Simone Lopes de. *Sobre o pensamento médico-higienista e a escolarização: condições de possibilidade para o engendramento do campo da Educação Física no Brasil*. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.
- PYKOSZ, Lausane C. *A higiene nos grupos escolares curitibanos: fragmentos da história de uma disciplina escolar (1917-1932)*. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.
- ROCHA, Heloisa H. P. Prescrevendo regras de bem viver: cultura escolar e racionalidade científica. In: *Cadernos CEDES*, 2000, n. 52, p. 55-73.
- SANT'ANNA, Denise B. de (Org.). *Políticas do Corpo*. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.
- SCHMITT, Jean-Claude. A Moral dos Gestos. In: SANT'ANNA, Denise B. de (Org.). *Políticas do Corpo*. São Paulo: Estação Liberdade, p. 141-161, 1995.

- SCHREBER, Daniel Paul. *Memória de um doente dos nervos*. Tradução e introdução de Marilene Carone. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ª ed., 2006.
- SOARES, Carmen Lúcia. *Educação Física: raízes européias e Brasil*. Campinas/SP: Autores Associados, 2001.
- _____. *Imagens da educação no corpo: estudo a partir da ginástica francesa no século XIX*. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.
- _____. Corpo, conhecimento e educação: notas esparsas. In: SOARES, Carmen Lúcia (Org.). *Corpo e História*. Campinas, SP: Autores Associados, p. 109-129, 2001.
- SOUZA, Gizele de. *Instrução, o talher para o banquete da civilização: cultura escolar dos jardins-de-infância e grupos escolares no Paraná (1900-1929)*. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em História, Política, Sociedade – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.
- SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de Civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Unesp, 1998.
- _____. Inovação educacional no século XIX: A construção do currículo da escola primária no Brasil. In: *Caderno CEDES*, 1ª ed. 2000, n. 51, p. 9-28.
- _____. A militarização da infância: expressões do nacionalismo na cultura brasileira. In: *Caderno CEDES*, ano XIX, n. 52, nov./2000, p. 104-121.
- TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus A. Existe espaço para o ensino de Educação Física na escola básica? *Discorpo*, São Paulo, n. 9, pp. 29-44, 1999.
- _____. *Educação Física Escolar e ditadura militar no Brasil (1968-1984): entre a adesão e a resistência*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.
- _____. Currículo e Educação do corpo: história do currículo da instrução pública primária no Paraná (1882-1926). UFPR (projeto de pesquisa n. 2005016463), 2005.
- _____. Educação pelo corpo: saberes e práticas na instrução pública primária. In: II Seminário de pesquisa sobre “*Cultura escolar: perspectivas históricas*”. Curitiba/PR, 07 a 10 de novembro de 2005b.
- TRINDADE, Etelvina. Clotildes ou Marias: mulheres de Curitiba na primeira república. Curitiba: Fundação Cultural, 1996.
- VAGO, Tarcísio Mauro. *Cultura escolar e cultivo de corpos: Educação Physica e Gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino*

- público primário de Belo Horizonte (1906-1920). Bragança Paulista: EDUSF, 2002.
- VAGO, Tarcísio Mauro. Início e fim do século XX: maneiras de fazer Educação Física na escola. In: *Cadernos CEDES*, ano XIX, n. 48, p. 30-51, 1999.
- VIÑAO, Antonio. Historia de la educación e historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, p. 63-82, set./dez., 1995.
- WILLIAMS, Raymond. *Palabras clave: un vocabulario de la cultura y la sociedad*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2001.

FONTES

Leis, decretos e regulamentos.

- PARANÁ. Regulamento da Instrução Pública de 16/07/1876. Acervo: Círculo de Estudos Bandeirante (CEB), prateleira de Leis, Decretos e Regulamentos.
- _____. Ato de Instituição do ensino de *Gymnastica* assinado pelo então Presidente da Província Carlos de Carvalho em 30/06/1882. Acervo: Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP/PR), Coleção de Leis, Decretos e Regulamentos, nº de chamada: 340.098162 P223 1881.
- _____. Decreto n. 31 de 29/01/1890 – Regulamento da Instrução Pública do Estado do Paraná. Acervo: Círculo de Estudos Bandeirante (CEB), prateleira de Leis, Decretos e Regulamentos.
- _____. Decreto n. 35 de 09/02/1895 – Regulamento da Instrução Pública do Estado do Paraná. Acervo: Círculo de Estudos Bandeirante (CEB), prateleira Leis, Decretos e Regulamentos.
- _____. Decreto n. 93 de 11/03/1901 – Regulamento da Instrução Pública do Estado do Paraná. Acervo: Círculo de Estudos Bandeirante (CEB), prateleira de Leis, Decretos e Regulamentos.
- _____. Decreto n. 263 de 22/10/1903 – Regimento Interno das Escolas Públicas do Paraná. Acervo: Círculo de Estudos Bandeirante (CEB), prateleira de Leis, Decretos e Regulamentos.

PARANÁ. Decreto n. 479 de 10/12/1907 – Regulamento da Instrução Pública do Estado do Paraná. Acervo: Círculo de Estudos Bandeirante (CEB), prateleira de Leis, Decretos e Regulamentos.

_____. Decreto n. 510 de 15/10/1909 – Regulamento Orgânico do Ensino Público do Estado do Paraná. Acervo: Círculo de Estudos Bandeirante (CEB), prateleira de Leis, Decretos e Regulamentos.

_____. Lei n. 1236 do dia 02/05/1912. Acervo: Círculo de Estudos Bandeirante (CEB), prateleira de Leis, Decretos e Regulamentos.

_____. Portaria n. 4 de 17 de janeiro de 1914 – Instruções sobre organização escolar e programa de ensino para as escolas públicas do estado do Paraná. Acervo: Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP/PR), Coleção Diário Oficial, n. 574, ano 2, 30/01/1914, p. 3.

_____. Decreto n. 710 de 18/10/1915 – Código do Ensino. Acervo: Círculo de Estudos Bandeirante (CEB), prateleira de Leis, Decretos e Regulamentos.

_____. Decreto n. 17 de 09/01/1917 – Código do Ensino. Acervo: Círculo de Estudos Bandeirante (CEB), prateleira de Leis, Decretos e Regulamentos.

Relatórios

AZAMBUJA, Laurentino de. Relatório encaminhado ao Diretor Geral da Instrução Pública – Arthur Pedreira de Cerqueira – em 27/12/1907. Acervo: Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP/PR), Relatórios da Instrução Pública do Estado, nº de chamada: 353.3 P223 <MFN 0722>, 1907.

CHAVES, Antonio Augusto de Carvalho. Relatório apresentado ao Governador do Estado do Paraná, José Pereira de Santos Andrade em 1896. Acervo: Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP/PR), Relatórios da Instrução Pública, localização: 353-3 P223, 1896.

LOYOLA, Arthur Ferreira de. Relatório encaminhado ao Inspetor Escolar de Antonina, João Manuel Ribeiro Vianna, em dezembro de 1882. Acervo: Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP/PR), Coleção Correspondências do Governo, v. 27, AP 673, p. 160-163.

MARTINEZ, Cesar Pietro. Relatórios da Inspeção Geral do Ensino (1920-1924). Acervo: Círculo de Estudos Bandeirante (CEB), prateleira de relatórios do Governo.

PARANÁ, Elvira da Costa Faria. Relatório encaminhado à diretoria geral da Instrução Pública em dezembro de 1908. Acervo: Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP/PR), Coleção Correspondência do Governo, v. 26, AP 1321, 1908, p.136-138.

PETRICH, Julia Wanderley. Relatório encaminhado à Diretoria Geral da Instrução Pública em 1905. Acervo: Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP/PR), Coleção Correspondência do Governo, v. 17, AP 1229, 1905, p. 112-124.

_____. Relatório encaminhado à Diretoria Geral da Instrução Pública em novembro de 1908. Acervo: Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP/PR), Coleção Correspondência do Governo, v. 25, AP 1320, 1908, p. 06-19.

SANTIAGO, Miguel. Relatório encaminhado em agosto de 1909. Acervo: Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP/PR), Relatórios da Instrução Pública do Estado, nº de chamada: 353.3 P223 <MFN 0728>, 1909.

SILVA, Victor Ferreira do Amaral e. Relatório encaminhado ao Presidente do Estado – Francisco Xavier da Silva – em 31/12/1903. Acervo: Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP/PR), Relatórios da Instrução Pública do Estado, nº de chamada: 353.3 P223 <MFN 0696>, 1903.

XAVIER, Aristoteles. Relatório encaminhado à Inspeção Geral do Ensino em 03/07/1923. Acervo: Círculo de Estudos Bandeirante (CEB), prateleira de relatórios do Governo.

Ofícios

BASTOS, Lindolpho de Siqueira. Ofício encaminhado ao Diretor Geral da Instrução Pública, José Joaquim Franco Valle, em 19/07/1882. Acervo: Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP/PR), Coleção Correspondências do Governo, v. 16, AP 662, p. 117.

BOESE, Ernesto. Ofício encaminhado ao Diretor Geral da Instrução Pública – João Manoel da Cunha – em 15/09/1883. Acervo: Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP/PR), Coleção Correspondências do Governo, v. 21, AP 700, p. 195.

CARVALHO, Carlos de. Ofício encaminhado ao Diretor Geral da Instrução Pública, José Joaquim Franco Valle, em 30/06/1882. Acervo: Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP/PR), Coleção Correspondências do Governo, v. 12, AP 658, p. 132.

CARVALHO, Carlos de. Ofício encaminhado ao Diretor Geral da Instrução Pública, José Joaquim Franco Valle, em 03/07/1882. Acervo: Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP/PR), Coleção Correspondências do Governo, v. 14, AP 660, p. 133.

_____. Ofício encaminhado ao Diretor Geral da Instrução Pública, José Joaquim Franco Valle, em 10/07/1882. Acervo: Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP/PR), Coleção Correspondências do Governo, v. 14, AP 660, p. 139.

FORTUNATO, Pedro. Ofício encaminhado ao Diretor Geral da Instrução Pública, José Joaquim Franco Valle, em 18/07/1882. Acervo: Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP/PR), Coleção Correspondências do Governo, v. 16, AP 662, p. 224.

FREITAS, Paulino Eugênio de. Ofício encaminhado ao Presidente da Província, Carlos de Carvalho, em 16/06/1883. Acervo: Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP/PR), Coleção Correspondências do Governo, v. 21, AP 700, p. 106.

MASCARENHAS, Pedro Saturino d'Oliveira. Ofício encaminhado ao Diretor Geral da Instrução Pública, Moyses Marcondes, em 06/08/1882. Acervo: Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP/PR), Coleção Correspondências do Governo, v. 19, AP 665, p. 193.

MORAES, José Gonçalves de. Ofício encaminhado ao Diretor Geral da Instrução Pública, José Joaquim Franco Valle, em 17/07/1882. Acervo: Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP/PR), Coleção Correspondências do Governo, v. 15, AP 661, p. 56.

_____. Ofício encaminhado à Diretoria Geral da Instrução Pública em 24/07/1882. Acervo: Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP/PR), Coleção Correspondências do Governo, v. 25, AP 671, p. 199.

_____. Ofício encaminhado à Diretoria Geral da Instrução Pública em 27/07/1882. Acervo: Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP/PR), Coleção Correspondências do Governo, v. 25, AP 671, p. 202.

MOURA, Euclides Francisco de. Ofício encaminhado à Diretoria Geral da Instrução Pública em 26/09/1882. Acervo: Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP/PR), Coleção Correspondências do Governo, v. 26, AP 672, p. 224.

NASCIMENTO, Domingos. Ofício enviado ao Diretor Geral da Instrução Pública – Arthur Pedreira de Cerqueira – em agosto de 1905. Acervo: Departamento

Estadual de Arquivo Público (DEAP/PR), Coleção Correspondência do Governo, v. 13, AP 1225, 1905, p. 125.

PIMENTEL, Raphael T. C.; CAMARGO, Joaquim D.; MASCARENHAS, Pedro. Ofício encaminhado à Diretoria Geral da Instrução Pública em 29/11/1882. Acervo: Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP/PR), Coleção Correspondências do Governo, v. 26, AP 672, p. 145.

_____. Ofício encaminhado à Diretoria Geral da Instrução Pública em 30/11/1882. Acervo: Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP/PR), Coleção Correspondências do Governo, v. 26, AP 672, p. 121.

ROSA, Francisco Tavares da. Ofício encaminhado ao Inspetor Escolar de Antonina. Acervo: Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP/PR), Coleção Correspondência do Governo, v. 8, AP 1246, 1906, p. 73 e 74.

SILVINO, Cassiano N. Ofício encaminhado à Diretoria Geral da Instrução Pública em 19/07/1882. Acervo: Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP/PR), Coleção Correspondências do Governo, v. 14, AP 660, p. 155.

VALLE, José Joaquim Franco. Ofício encaminhado ao Inspetor das escolas de Ponta Grossa, Tristão Cardoso de Menezes, em 11/07/1882. Acervo: Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP/PR), Coleção Correspondências do Governo, v. 15, AP 661, p. 59 e 60.

Termos de Visita

MOURA, Euclides Francisco de. Termo de visita encaminhado à Diretoria Geral da Instrução Pública em 21/07/1882. Acervo: Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP/PR), Coleção Correspondências do Governo, v. 15, AP 662, p. 22.

_____. Termo de visita encaminhado à Diretoria Geral da Instrução Pública em 30/08/1882. Acervo: Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP/PR), Coleção Correspondências do Governo, v. 15, AP 661, p. 18.

_____. Termo de visita encaminhado à Diretoria Geral da Instrução Pública em 31/08/1882. Acervo: Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP/PR), Coleção Correspondências do Governo, v. 15, AP 661, p. 15.

Compêndios de Gymnastica

NASCIMENTO, Domingos. *Homem Forte* – gymnastica domestica – natação – esgrima – tiro ao alvo. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1905.

SCHREBER, Daniel Gottlieb Moritz. *Gymnastica doméstica, médica e higiênica* ou representação e descrição de movimentos *gymnasticos* que não exigem aparelho algum nem auxílio estranho e podem ser executados em qualquer ocasião e lugar para uso dos dois sexos e para todas as idades acompanhada com aplicações a diferentes afecções. Lisboa: Candido Magalhães, s/d. Acervo: Divisão de obras raras da Biblioteca Nacional.

Artigos publicados em periódicos.

XAVIER, Aristoteles. Methodo pratico para se organizar um núcleo de escoteiros, adequado ao ensino da gymnastica moderna (instruções provisórias). Artigo publicado na revista “O Ensino”, ano II, n. 3. Curitiba, outubro de 1923. Acervo: Memorial Lysimaco Ferreira da Costa.